

TEXTOS & DEBATES

Revista de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Federal de Roraima

NÚMERO 15
JULHO A DEZEMBRO DE 2008



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

Reitor: Roberto Ramos
Vice-Reitora: Gioconda Martinez
Diretor da Editora da UFRR: Rafael da Silva Oliveira

CONSELHO EDITORIAL PROFESSORES CONSELHEIROS

Alexander Sibajev	Nilza Pereira de Araújo
Armando José da Silva	Rafael da Silva Oliveira
Fábio L. Wankler	Robson Fernandes Farias
Jaci Guilherme Vieira	Rubens Savaris Leal
Marlene Grade	Simão Farias Almeida

TEXTOS & DEBATES REVISTA DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

Comitê Editorial
Ana Lúcia de Sousa
Maria Luiza Fernandes

Conselho Editorial

Prof. Dra. Ana Lúcia de Sousa (UFRR)	Prof. Dra. Maria das Graças Santos D. Magalhães (UFRR)
Prof. Dra. Carla Monteiro de Souza (UFRR)	Prof. Dra. Maria Luiza Fernandes (UFRR)
Prof. Dr. Carlos Alberto Marinho Cirino (UFRR)	Prof. Dr. Maxim Repetto (UFRR)
Prof. Dra. Déborah de B. A. P. Freitas (UFRR)	Prof. Dr. Nélvio Paulo Dutra Santos (UFRR)
Prof. Dra. Francilene dos Santos Rodrigues (UFRR)	Prof. Dr. Reginaldo Gomes de Oliveira (UFRR)
Prof. Dr. Jaci Guilherme Vieira (UFRR)	Prof. Dr. Roberto Ramos Santos (UFRR)
Prof. Dra. Madalena Vange M. C. Borges (UFRR)	

Conselho Consultivo

Prof. Dr. Antonio Emílio Morga (UFAM)	Prof. Dr. Manoel Luiz Salgado Guimarães (UFRJ)
Prof. Dr. Antônio Paulo Rezende (UFPE)	Prof. Dra. Maria Denise Guedes (UFSCar)
Prof. Dr. Durval Muniz de A. Júnior (UFRN)	Prof. Dr. Nilson Cortez Crócia de Barros (UFPE)
Prof. Dr. José Ribamar Bessa Freire (UERJ)	Prof. Dr. Ramòn Peña Castro (UFSCar)

Ilustração de Capa
Rafaella Ráfea da Silva Pereira
Editoração
Vera Paula Oliveira Duarte

A exatidão das informações, conceitos e opiniões são de exclusiva responsabilidade dos autores

Dados Internacionais e Catalogação na Publicação (CIP)

TEXTOS e Debates/Universidade Federal de Roraima,
Centro de Ciências Humanas - V.1,n.1 (Ago - Dez 1995)
Boa Vista/RR: Editora UFRR, CCH, 1995.

Periodicidade Semestral
ISSN 1413-9987

1. Periódicos. 2.Ciências Sociais. 3.História -
Universidade Federal de Roraima

CDU:0 (05)

5 APRESENTAÇÃO

7 SECAS, MIGRAÇÕES E REPRESENTAÇÕES DO SEMI-ÁRIDO NA LITERATURA REGIONAL: POR UMA HISTÓRIA AMBIENTAL DOS SERTÕES DO NORDESTE BRASILEIRO

CATARINA DE OLIVEIRA BURITI
JOSÉ OTÁVIO AGUIAR

32 BALANÇO SOCIAL EM UMA EMPRESA DE RORAIMA: UM ESTUDO DE CASO DA ELETRONORTE E SUAS AÇÕES SOCIAIS NO PERÍODO DE 2004 A 2006

EMERSON CLAYTON ARANTES
LUCIANA SILVA DE SOUZA
MARIA CRISTINA DE ANDRADE DE SOUZA
ROMINA BATISTA DE LUCENA DE SOUZA

58 MEMÓRIAS SOBRE A TUBERCULOSE: NARRATIVAS DE FAMÍLIAS E DE CURADORES

LORENA ALMEIDA GILL

76 NOTÍCIAS SOBRE JOAQUIM NABUCO, OLIVEIRA LIMA E SALVADOR DE MENDONÇA

AMÉRICO ALVES DE LYRA JÚNIOR

98 EDUCAÇÃO MUSICAL E EDUCAÇÃO ESPECIAL: PROCESSO DE INCLUSÃO NO SISTEMA REGULAR DE ENSINO

PATRÍCIA KEBACH
ROSANGELA DUARTE

112 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DURANTE OS GOVERNOS MILITARES: IDÉIAS, PRÁTICAS E IMAGENS (1964 - 1984)

THIAGO GEHRE

LIVRARIA & PAPELARIA DA EdUFRR

Nossa livraria é a única em
Roraima que trabalha exclusivamente
com livros de editoras universitárias.
Faça-nos uma visita!

EDUSC - PUC/SP - EDUFMG - EdUFBA - EDUSP -
EdFSM - EdUFG - EDITORA DA UNISINOS - EdUFSCar -
EdUERJ - EdUFRJ - EdUFSC - EdUFRGS - EDITORA DA UnB -
EDITORA DA UNESP - EDITORA DA FIOCRUZ - ASSOCIAÇÃO
EDITORIAL HUMANITAS - EDIPUCRS - EDUA - EDITORA DA UFV -
EDUFLA - EDITORA DA ULBRA - EdFRO - EDUFPA -
ENTRE OUTRAS..

ALÉM DA CLACSO (ARGENTINA) E UNESCO



www.editoraufrr.com.br



APRESENTAÇÃO

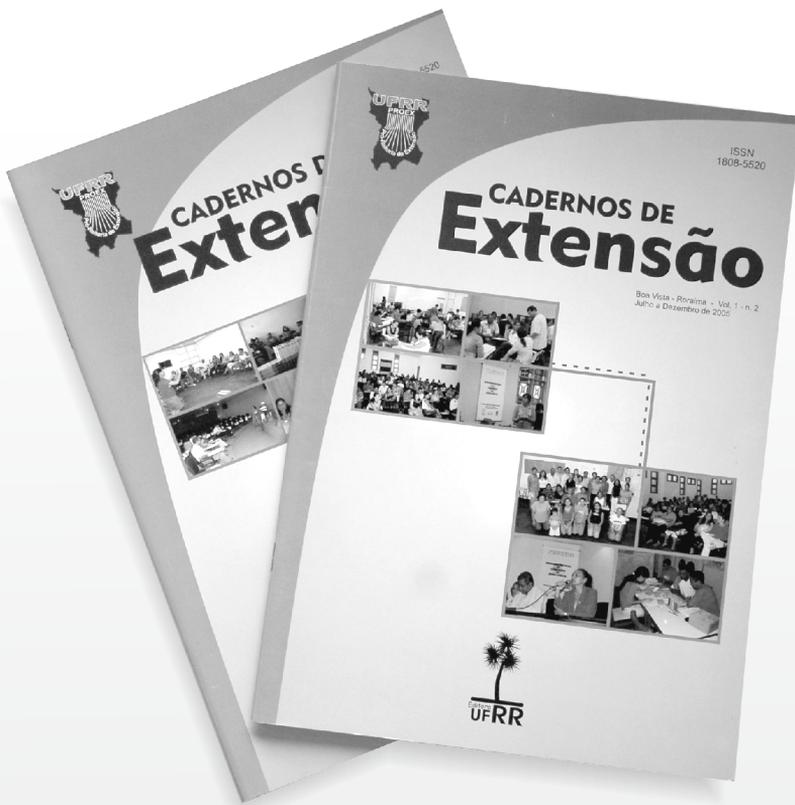
É com muita alegria que aceitei o convite para apresentar mais um número da nossa Revista. Por ser a primeira publicação científica criada em nossa jovem universidade, a Revista Textos & Debates é uma referência dentro e fora da UFRR. Os trabalhos publicados, a seriedade do Conselho Editorial e o empenho e perseverança da editoria garantem que cada número seja sempre comemorado como mais uma conquista de todos os que integram o Centro de Ciências Humanas.

Neste número, trazemos a público um conjunto de artigos que faz jus a orientação multidisciplinar de nossa publicação. Apresentamos trabalhos nas áreas da História, das Artes, da Economia, das Relações Internacionais, assinados por pesquisadores da UFRR e de outras instituições. Agradecemos a participação dos autores que integram esta edição, convidando-os para que continuem a prestigiar a nossa Revista.

Agradecemos também a todos que contribuíram para a publicação de mais este número da Textos & Debates, conscientes de que ainda temos muito o que conquistar. Neste aspecto, as parcerias, os compromissos e os esforços assumidos pela comunidade do Centro de Ciências Humanas, pela Administração Superior da UFRR e pela EDUFRR, e que garantiram a existência e o sucesso da nossa Revista até hoje, mais do que nunca são fundamentais.

Desejamos uma boa leitura e convidamos aos interessados em divulgar seus trabalhos que acessem o sítio da UFRR na internet (www.ufrb.br), para que se informem sobre as chamadas para os próximos números.

Doutora Carla Monteiro de Souza
Professora do Departamento de História
e do Mestrado em Letras da UFRR
Membro do Conselho Editorial.



CADERNOS DE EXTENSÃO
Revista da Pró-Reitoria de Extensão
Publicação semestral



ARTIGO

SECAS, MIGRAÇÕES E REPRESENTAÇÕES DO SEMI-ÁRIDO NA LITERATURA REGIONAL: POR UMA HISTÓRIA AMBIENTAL DOS SERTÕES DO NORDESTE BRASILEIRO

RESUMO: Este artigo propõe uma reflexão acerca do movimento migratório de trabalhadores nordestinos, a partir da década de 1930. Não obstante certa historiografia tenha frequentemente atribuído como a causa dessa prática as pressões naturais/climáticas peculiares a um clima semi-árido, a literatura a aponta como decorrente das ingerências política e econômica locais, que viriam à tona ou eram intensificados nos períodos de secas prolongadas. Trata-se de desconstruir idéias deterministas que situavam a migração como decorrente apenas do clima, erigindo a imagem de uma natureza “hostil”, “adversa” e “imutável”, responsável pelos maiores problemas dessa sociedade. Nesse sentido, busca-se apreciar na literatura a forma como, simultaneamente, dos encontros criativos advindos da humanização do bioma Caatinga pelas culturas híbridas surgidas da formação pluriétnica dos homens dos “sertões”, surgiam estratégias transculturais e reordenamentos outros que permitiam a sobrevivência biológica e cultural naqueles regimes específicos de historicidade.

Palavras-chave: História ambiental, Semi-árido, migração, Literatura regional

¹Mestranda vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFCG; Graduada em jornalismo pela UEPB e concluinte do curso de Licenciatura em História da UFCG; Bolsista pela Capes. E-mail: catyburiti@yahoo.com.br

²Doutor em história e culturas políticas pela UFMG; professor do curso de graduação, do Programa de Pós-graduação (Mestrado) em História e do Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais (mestrado e doutorado) da UFCG. Pós-doutorando em História pela UFPE. E-mail: j.otavio.a@hotmail.com

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O Brasil, ao longo de sua trajetória histórica e social de auto-representação oficial e politicamente independente, quase nunca reservou para um quadro de privilégio as paisagens do semi-árido nordestino. Isso, talvez, porque elas não corroborassem as representações do verde, como o que figura em nossa bandeira, tão caras, no Império, ao “nacionalismo florestal” de um José Bonifácio de Andrada e Silva, ou, mais tarde, na República, ao patriotismo naturalista de propaganda de um conde republicano como Afonso Celso, famoso escritor do paradidático dos anos de 1910 intitulado “Porque me Ufano de meu País”. A caatinga, entretanto, reúne um conjunto de ecossistemas de variegada biodiversidade, agregadores de biotas raras e endêmicas, que formou cenário de parte significativa das movimentações e encontros transculturais que teceram o cotidiano de lutas e invenções criativas de um contingente significativo da população brasileira.

Historicamente, as secas prolongadas típicas do Semi-árido do Nordeste brasileiro acompanharam a trajetória das gerações de homens e mulheres que se sucederam nesse espaço e que criaram/desenvolveram características múltiplas para assegurar a sua sobrevivência em meio a essas especificidades climáticas. O objetivo deste artigo é analisar na literatura regional do Nordeste brasileiro dos anos de 1930, a história dos movimentos migratórios de nordestinos em direção ao Sul do país e às terras da Amazônia como uma alternativa encontrada para fugir não necessariamente a essas “adversidades” naturais, mas aos (des)mandos político e econômico locais, intensificados nos momentos das secas prolongadas. Trata-se de desconstruir idéias deterministas que situavam a migração como decorrente apenas do clima, erigindo a imagem de uma natureza “hostil”, “adversa”, “imutável” e responsável pelos maiores problemas dessa sociedade, buscando-se apreciar na literatura regional, sobretudo na obra *Vidas Secas* (1938), de Graciliano Ramos, a forma como, simultaneamente, dos encontros criativos advindos da humanização do bioma Caatinga pelas culturas híbridas surgidas da formação pluriétnica dos homens dos “sertões”, surgiam estratégias transculturais e reordenamentos outros que permitiam a sobrevivência biológica e cultural naqueles regimes específicos de historicidade.

Levando-se em consideração que a paisagem possa ser um texto em que gerações sucessivas escrevem suas obsessões recorrentes, buscar-se-á na literatura regional dos anos 1930, atingir as historicidades que a permeiam em relação ao modo como as comunidades percebem e interagem com os fenômenos climáticos e com a natureza semi-árida. Espaço marcado por incertezas e vulnerabilidades em decorrência das grandes secas, o Semi-árido recebeu das populações que o habitaram naquela delimitação temporal circunscrita, um conjunto de idéias e valores em relação aos aspectos da cultura, do homem e do meio ambiente que perpassaram os usos e práticas associadas a apropriação dessa natureza. Estes serão tematizados ao longo deste artigo.

Entre as cinco macro-regiões fisiobiogeográficas do país, o bioma Caatinga constitui-se como a que possui os mais fortes contrastes sociais, econômicos, culturais e ecológicos. Entre as contradições e fragilidades que marcam a vida neste território, a estiagem pode ser destacada como um dos principais fenômenos da natureza que acentuam os problemas sociais da região, levando-a a apresentar os mais elevados índices de pobreza do país. Convém ressaltar, no entanto, que esses problemas sociais não decorrem, em última instância, das especificidades naturais regionais, pois, esses personagens que o habitaram interagiam e criavam astúcias de convivência com esse ambiente. A questão reside na forma como os sertanejos eram explorados pelos grupos oligárquicos rurais aos quais estavam subordinados e que monopolizavam os recursos naturais como as terras para cultivo e pecuária, os reservatórios de águas, etc.

O processo de desmatamento das zonas semi-áridas nordestinas, provocado pela ação humana, somados às características climáticas específicas deste bioma, marcadamente, às condições ecológicas das secas com cujas temperaturas altas degradavam os solos, salinizando-os, apresenta este território como uma das áreas do Brasil mais degradadas e com fortes tendências à desertificação. (MARIANO NETO, 2001).

Localizada em área tida como de alta susceptibilidade e alta ocorrência do processo de desertificação, a região do Semi-árido do Nordeste brasileiro, além de sofrer a ação dos processos naturais de degradação, passa por níveis

intensos de antropização, principalmente no que se refere aos processos de agriculturização e pecuarização. Dentre estes, os desmate e desflorestamento intensivos para ampliação de áreas agrícolas e de pastagem; o uso intensivo do solo; o desrespeito a capacidade de suporte animal nas pastagens nativas e artificiais; a presença acentuada de processos erosivos e assoreamento de cursos d'água e mananciais e o surgimento de núcleos de salinização.

Difícilmente a *Questão Ambiental* permeia as discussões sobre Questão Agrária, Política Agrária e Reforma Agrária e este tema é problematizado apenas no meio acadêmico, geralmente dissociado dos atores envolvidos nas discussões acima citadas. Só recentemente, dispositivos legais foram enviados no sentido de coibir a profusão de Projetos de Assentamento em áreas onde o quadro natural não permita as sustentabilidades, econômica, social e ambiental (PEREIRA, 2006).

As raras políticas públicas direcionadas para a Caatinga sempre têm enfatizado o uso alternativo do solo em detrimento do manejo florestal e dos sistemas agroflorestais, verdadeiras vocações do Bioma. Numa proposta de política pública mais realista e direcionada é preciso a avaliação econômica dos recursos ambientais existentes para que só assim se possa ter idéia de estoque, de uso imediato e de uso futuro. No ritmo de devastação atual é possível que em determinados locais (núcleos de desertificação) só seja possível a valoração do passivo ambiental existente. Entretanto, mesmo na valoração de passivos se faz necessário à valoração de áreas próximas e integras do ponto de vista ambiental, para que só assim se possa realizar a devida comparação (PEREIRA, 2006).

Na obra *O campo e a cidade*, publicada no final dos anos 1980, o crítico literário e de cultura inglês, Raymond Williams, examina, na história e na literatura, as alterações ocorridas nas relações entre campo e cidade na Inglaterra durante as extensões oitocentistas da Revolução Industrial e dos cercamentos. Seu objetivo é descrever e analisar como comunidades historicamente variadas, cristalizaram e constelaram idéias, atitudes emocionais, imagens e associações positivas e negativas em torno desses dois modos de vida humanos freqüentemente contrastados.

Tomando como ponto de partida reflexivo uma das obras-primas da literatura regional do Nordeste brasileiro, *Vidas Secas* (1938), romance de

Graciliano Ramos, este trabalho consiste em analisar como o fenômeno das secas que historicamente marcaram a região alterou as relações estabelecidas entre campo e cidade, levando governos e populações a buscarem alternativas para solucionar a fome, a sede, a doença e o desespero trazidos à tona nos períodos de secas prolongadas.

É importante evidenciar que a abordagem aqui encetada encerra a análise da história das migrações e seus significados. O Sul se transformou no “Eldorado mítico” de milhares de nordestinos expulsos do Semi-árido em busca da “terra desconhecida e civilizada”, cartografia imaginária instituída como intuito de fugir às adversidades cotidianas com as quais se deparavam. Essa migração se deu, também, em direção ao Norte, à Amazônia. Durante o governo de Getúlio Vargas, as autoridades do Estado Novo passaram a incentivar a migração de trabalhadores nordestinos para se dirigirem aos seringais da Amazônia. Elaborou-se, então, uma forte propaganda política centrando foco na desconstrução da imagem de Inferno Verde, afirmando que a Amazônia, com o concurso de trabalhadores nordestinos, tornar-se-ia o Vale da Promissão através da intervenção estatal que promovia a colonização da região, bem como seu saneamento.

A partir da seca de 1877 e durante todo o final do século XX, quando o Nordeste passou a ser significado como “região-problema” no cenário nacional, diversas destas propostas de “solução contra os efeitos das secas” passou a ser defendida pelos grupos de poder político e econômico dessa configuração territorial, entre eles a migração ou evacuação do espaço em busca de lugares com clima “sadio”. Os destinos dos migrantes nesse momento eram variados: ora para outras províncias, especialmente para a Amazonas, o Pará ou as colônias agrícolas que seriam fundadas em regiões de clima mais ameno no Meio Norte, sobretudo, no Maranhão e Piauí foi a partir desse período que a floresta amazônica passou a ser palmilhada pelos sertanejos do Nordeste; ora para as regiões de Brejo ou para as zonas litorâneas da própria região, áreas menos suscetíveis à escassez de chuvas. Sobre isso, lembremos, por exemplo, José Lins do Rego que, já nos anos 1930, ao escrever sobre a civilização açucareira, de base patriarcal e escravocrata que se desenvolveu na Zona da Mata do Nordeste, em determinados trechos de

sua obra corrobora essas visões elaboradas pela elite litorânea a respeito do Sertão, retomando aquela dicotomia assinalada por Freyre de que pelo menos dois nordestes podem ser delimitados na história da região: o açucareiro e o pecuarista. Em *Usina*, o romancista relata sobre os sertanejos “que haviam descido em bandos, trazendo as mulheres e os filhos” para trabalhar nas várzeas de cana-de-açúcar, por ocasião da seca no Sertão naquele ano, onde eram aterrorizados pela fome e epidemias. Chegavam em situação de miséria “como verdadeiros cacós humanos” e “vinham trabalhar por um quase nada que lhes desse para comer e beber”, pois “sertanejo só se lembrava da várzea nos tempos de seca”, mas logo que os relâmpagos apontavam nas cabeceiras do rio Paraíba, retornavam para as suas “terras chovidas e felizes” pois “com chuva a terra deles se tornava um presente do céu”. (REGO, 2002. p. 167; 216; 335-336).

Esses fragmentos literários demonstram que embora o sertão fosse um lugar feliz para se viver, nos anos de seca uma das alternativas que restava aos sertanejos era se retirarem para o Litoral. Fugindo das pressões sociais intensificadas nos períodos de seca, os retirantes buscavam as cidades maiores do Sertão, que serviam como entrepostos comerciais, à procura de ajuda. Embora o Sertão fosse percebido pelos moradores dos canaviais como terra de “desterro”, que “nem água tinha” e a terra era “dura para trabalhar, cheia de pedras”, com as primeiras chuvas os sertanejos retornavam àquela região que se tornava um “presente do céu”. Nesse sentido, observa-se que mesmo nessa literatura sobre o litoral, a seca é situada como a causa de todos os “pavores” na vida dos sertanejos, confirmando toda aquela conotação fatalista que mencionada anteriormente no que se refere às representações do Sertão nos períodos de seca.

Nesse cenário, observa-se que diversas alternativas apontadas por políticos, comerciantes e latifundiários da região como “solução” para o “problema” das secas do Semiárido, são carregadas de conotações negativas sobre o espaço do Sertão. Os próprios sertanejos eram pejorativamente chamados de “flagelados”, que “invadiam” os grandes centros urbanos como “desocupados” que se tornavam uma “ameaça” à “ordem” e à higiene enfaticamente propalada pelos médicos e sanitaristas daquele período.

Isto se torna compreensível se levarmos em consideração que, nas primeiras décadas do século XX, muitas cidades nordestinas, alimentavam o ideal de higienizar e modernizar seus ares, a fim de atingirem maiores estágios de *civilidade*, tais como outras cidades brasileiras que, sob inspiração das elegantes urbes européias, levavam a efeito as propaladas reformas urbanas. E, para higienizar esses ambientes urbanos, principalmente, quando se tratava das capitais dos Estados, era necessário disciplinar os fluxos e segregar populações pobres em espaços modestos e afastados. No discurso médico-higienista, o pobre, “flagelado”, não teria recinto nesses centros, que buscavam, através de certas conquistas materiais e simbólicas, modernizarem-se; daí os diversos incentivos públicos implementados para manter os sertanejos em suas terras. (VILLA, 2000, p. 57; p. 146).

Assim, se em fins do século XIX e no início do XX, a noção de evacuação desse território através da migração constituiu-se na tônica dos projetos políticos, a partir dos anos 1930, a nova reordenação econômica do país caracterizada pelo processo urbano-industrial do Sudeste, redefiniram o programa de migração, desta vez direcionada para aquela região, conseqüentemente, as representações elaboradas a respeito do Semiárido ganharam novas roupagens, embora permanecesse sob a tônica de significar a região como seca, “inóspita e desértica.

Observa-se, neste ponto, que essa migração não se deu, exclusivamente, por conta de fatores climáticos ou da seca. Ela se calcou, também, nos regimes de centralização da propriedade dos recursos hídricos por parte de uma elite secular que comandava as relações de mando locais e a sucessão política ao nível dos Estados. A Revolução política de 1930, centralizou o poder na Presidência da República, indicando interventores designados para o lugar dos antigos “presidentes de Estado”, na tentativa de quebrar o poder das elites locais organizadas. De 1937 a 1945, o Brasil viveu sob o comando da ditadura estadonovista do Presidente Getúlio Vargas. Partindo de um enorme investimento estatal, o maior país das Américas sulinas caminhava para a construção do seu parque industrial de base, erigindo siderúrgicas, fundando uma companhia de Petróleo, centrando as preocupações do Estado na organização de programas de prospecção de

recursos naturais, na tentativa de racionalizar a exploração do território. Compreender as particularidades dos biomas do Brasil Central, era, então, uma necessidade imperiosa. Um grande programa de migração orientada para o Oeste foi implementado. Culturas indígenas isoladas eram contatadas pelo Marechal Cândido Mariano Rondon, um dos condutores da empreitada de estabelecer populações nos territórios de fronteira, para que estas garantissem a soberania nacional sobre eles. Como observou Warren Dean, desde o século XVI, a ocupação do território nacional havia se concentrado no litoral. O Nordeste interior havia sido ocupado de forma esparsa para uma pecuária de extensão que produzia poucos impactos ambientais. À cultura sertaneja e nordestina que aí se estabeleceu, Capistrano de Abreu, célebre historiador cearense do final do século XIX, chamou, em seu *Capítulos de História Colonial: a Civilização do Couro*.

A economia nacional abandonava a secular orientação agrário-exportadora e caminhava no sentido de variegar as fontes e alvos de investimento. São Paulo, uma pequena vila no século XIX, conheceu, a partir de meados do século XX, o movimento migratório que a faria a megalópole referencial do Sudeste brasileiro. A maior parte desse fluxo migratório veio do Nordeste. Por meio desse êxodo rural, que, de forma diferente, alcançou espaços variados do território nacional, o Brasil despovoava sistematicamente suas “roças”, superpovoando suas cidades. Este movimento de migração do campo para a cidade, iniciado com a abolição da escravidão, influenciou a formação dos bairros pobres e morenos das megalópoles do Sudeste e do Sul. Negros alijados da cidadania plena, lançados a um mercado de trabalho que não conseguia absorver a todos se juntaram a nordestinos emigrados em favelas, mangues e cortiços do sul.

O trabalhador rural do Nordeste brasileiro, ao longo da história, lutou, cotidianamente, contra as adversidades provocadas pelo clima, escassez de água e alimentos, carência econômica ou insensibilidade política. Ademais, a seca decantada e utilizada estrategicamente pelas elites locais, é apenas uma faceta da problemática, não obstante sociólogos, agraristas e antropólogos afirmarem não ser problema conviver com a situação, uma vez que é possível criar mecanismos que possibilitem um relação harmônica com as intempéries.

Atualmente, o debate sobre a movimentação do trabalhador nordestino, em particular, os que se deslocam das áreas rurais, no espaço geográfico brasileiro tem gerado controvérsias nos debates acadêmicos e governamentais. Questiona-se se a desruralização progressiva é um fato ou, de maneira hodierna, vem ocorrendo um retorno do nordestino migrante-rural à sua região de origem.

O foco do debate pode ser direcionado para a discussão de duas teses, quais sejam: a corrente que defende que vem ocorrendo um retorno ao campo dos trabalhadores que migraram para as cidades; e a outra, que advoga a tese do envelhecimento e masculinização do homem do meio rural nordestino. Tais teses devem ser desnudadas, de forma integrada com o processo de vulnerabilidades econômico-sociais e ambientais, redescobrimo-se as potencialidades de desenvolvimento da região rural nordestina. Essa argumentação integrada poderá contribuir com a proposição de alternativas para a fixação do trabalhador rural em sua região de origem. Contudo, ressalta-se que, sem implementação de políticas públicas de desenvolvimento humano, não se alcançará tal intento.

Ainda são grandes as vulnerabilidades econômico-sociais do Nordeste; talvez possamos afirmar que, em face do altíssimo grau de dependência regional de transferência de renda, repartido pelo princípio da federação que, na prática, funciona de forma desproporcional e paralelo a essa desproporcionalidade, há uma má gestão dos recursos, no próprio espaço nordestino. Na década de 1960, o volume líquido de emigrantes do Nordeste rural foi de 4,1 milhões, dos quais 42% ficaram retidos no meio urbano regional, com os restantes 58%, seguindo para outras regiões, em especial, para as grandes metrópoles do Sudeste. Já nos anos 1970, aquele volume correspondeu a 4,5 milhões, com as cidades do Nordeste apresentando maior poder de absorção: 63% (2,9 milhões). Isso significa que o Nordeste agrário tem revelado baixíssima capacidade de retenção relativa de crescimento vegetativo de sua população: de 28% dele na década de 1960 para 16% na de 1970. Nos anos 1980, essa capacidade tornou-se negativa, porquanto o Nordeste apresentou redução da sua população rural. Algumas outras características econômico-sociais da população pobre, nos anos 1960, do

Nordeste rural, confirmam a persistência, ali, da situação de grandes carências. Viviam da agricultura de subsistência 83% dos chefes de famílias pobres, cuja renda familiar dependia em 76% daquela atividade.

Os dados apresentados sobre a condição nordestina do campo brasileiro compõem apenas uma síntese do descaso dos Governos federal, estadual e municipal para com os Trabalhadores Rurais do território pesquisado.

Consideramos importante ressaltar que o Nordeste Rural é marcado por vários contrastes: por um lado, parte da região é subdesenvolvida, enquanto que, por outro, ainda há grandes áreas com potencialidades turísticas, agrícolas e sócioeconômicas, mas que tendem a se degradar se não for adotado um planejamento ambiental sustentado na região.

A obra *Vidas Secas*, com sua descrição minuciosa das paisagens e cenários ambientais típicos das zonas semi-áridas nordestinas, torna-se emblemática para problematizar esta questão, uma vez que conta a saga de uma família de retirantes que, pressionados pelos efeitos das secas, atravessam o Sertão em busca de meios para sobreviver. Os personagens “andavam para o Sul, metidos naquele sonho. Uma cidade grande, cheia de pessoas fortes”, para onde milhares de nordestinos fugiram na esperança de uma vida nova em uma terra desconhecida e civilizada, onde cultivariam um pedaço de terra. Mudar-se-iam depois para a cidade e os meninos freqüentariam escolas, seriam diferentes deles.

Uma primeira reflexão acerca da recorrência à literatura para fins deste trabalho pode ser buscada em Raymond Williams, o qual recorre às fontes literárias não com a preocupação de investigar a veracidade dos relatos, mas, no caso, considera que o importante é recuperá-los para fins de atendimento a uma determinada perspectiva histórica, atentando para os significados que os literatos atribuem ao que está sendo relatado. Para esse autor, as testemunhas citadas não levantam apenas questões de perspectivas e fatos literários, mas também de perspectiva e fatos históricos. A escrita de cada literato está impregnada de elementos de suas vivências pessoais.

Assim, buscar-se-á neste trabalho atingir a historicidade das narrativas da literatura regional do Nordeste brasileiro, através da trama discursiva que constrói sentidos sobre a natureza, especialmente, sobre o fenômeno das

secas e suas interfaces na sociedade, política, economia e cultura das zonas semi-áridas.

A literatura regionalista, por centrar a atenção no percurso e nos dramas vivenciados pelos retirantes em direção a terras desconhecidas, constitui-se como uma importante fonte para o estudo dos processos migratórios decorrentes da região do Semi-árido. Entretanto, consideramos importante salientar que os escritores regionalistas vincularam, no mais das vezes, a migração à seca, privilegiando o aspecto ambiental e explicando a migração como um processo determinado geograficamente ou como uma imposição das condições econômicas e sociais ou ambientais. Dessa forma, fornecem uma explicação unilateral que naturaliza e justifica os movimentos migratórios apenas como resultado das condições climáticas da região.

Nessa perspectiva, a dimensão histórica, o socialmente construído, aparece como natural. Tal também ocorre quando situamos a migração como fenômeno social atrelado à idéia de imutabilidade, de que em diversos contextos de historicidade, as secas provocam migração no Nordeste. Contrariamente a essa idéia de imutabilidade relativa ao Nordeste e a seca como únicos em espaços e temporalidades diversas, cumpre-nos demonstrar como essas mudanças introduzidas pelas migrações são significativas no jogo das "permanências" ou das mudanças, no jogo político da dominação social, levando-se em consideração, portanto, que essa região e as suas peculiaridades climáticas, é perpassada por mudanças cotidianas, das próprias pessoas que se mudam todos os dias, seja porque estão em migração, seja porque vivem em precariedade.

Estudiosos das relações entre história e natureza, os historiadores, são confrontados com freqüência pela detecção de espaços nos quais as escolhas humanas se mantêm preservadas, não obstante as inegáveis influências do clima, da vegetação, do solo, dos micoroorganismos, e até das tendências genéticas, em suas variegadas manifestações genotípicas e fenotípicas. É certo que a natureza e os fatores sociais e históricos influenciam nossas escolhas até certo ponto, sem, entretanto, determiná-las em absoluto.

O filósofo francês Cornelius Castoriadis, contrapondo-se à idéia de determinidade defendida pelos estruturalistas, afirma que as possibilidades

de criação no domínio de um dado contexto social-histórico, tornam-se possíveis pelo fato de as sociedades humanas serem diversas, autônomas e marcadas por escolhas criativas e particulares. Toda sociedade é uma construção, uma constituição, uma criação de um mundo, de seu próprio mundo. O indivíduo autônomo só existe na e pela sociedade e esta por sua vez sempre é histórica.

Nesse sentido, entendemos que o movimento migratório deve ser compreendido não apenas como uma forma de fugir das secas e da natureza “hostil” e “adversa”; tal mobilidade foi provocada por um sistema que marginalizava os homens livres pobres, uma vez que, apenas eram aproveitados, residualmente, pelo monopólio da propriedade da terra, pelo grande latifúndio e pela presença da mão-de-obra escrava. Migrar seria, em última instância, dizer não à situação em que se vivia, não conformar-se a ela, resgatando sonhos e esperanças de uma vida melhor ou mesmo diferente.

Migrar pode ser entendido como estratégia não só para minimizar as penúrias do cotidiano, a fome, a miséria, as epidemias, mas também para buscar um lugar social onde se pudesse driblar o sistema excludente pretendido pelas elites brasileiras. Para superar uma violência que se entrelaçava ao mando local e aos recrutamentos forçados, que permitia contornar a posse desigual das terras, dos latifúndios, fugir das intempéries que inviabilizavam o sobreviver apresentava-se como uma das alternativas mais viáveis.

OLIGARQUIAS RURAIS, VIDAS SECAS E MIGRAÇÃO: O SUL-MARAVILHA E AS MÚLTIPLAS CARTOGRAFIAS IMAGINÁRIAS

Trata-se, aqui, de analisar na literatura regional nordestina como a elite local utilizou-se da idéia de uma natureza “adversa” como estratégia para reforçar o seu poder econômico e político; também propomos identificar como a população flagelada que sofria com a falta d'água nessas regiões assoladas pela estiagem, muniu-se de um conjunto de astúcias com o intuito de superar os momentos de fome e desespero.

Na obra *Vida e morte no Sertão: História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*, o historiador e sociólogo Marco Antônio Villa reconstrói a saga

dos retirantes e milhões de flagelados fugitivos da destruição trazida pelas grandes secas, e analisa os principais momentos de devastação econômica e miséria dos sertanejos, provocados pelas contínuas estiagens na região. Situando historicamente as diversas secas que assolaram a região e conduziram à morte de milhares de brasileiros, também menciona a questão de os escritores ligados à literatura regional que tematiza as secas nas zonas semi-áridas, apresentarem a migração para o Sul ou para a Amazônia como estratégias utilizadas pelas elites brasileiras para solucionar o problema.

Caberia, aqui, antes de abordarmos o processo de nomadismo dos trabalhadores nordestinos, em busca de novas geografias, apresentarmos o quadro em que estes se encontravam durante as crises provocadas pela escassez de água na região.

Frederico de Castro Neves aponta o emergencialismo como uma solução encontrada pelas elites do Nordeste para a crise social pungente, que reclamava soluções imediatas. As frentes de emergência contra as secas foram instituídas pelo Governo Federal, em 1979, tendo em vista propiciar uma ocupação permanente à mão-de-obra liberada pela agricultura, em consequência direta da prolongada estiagem. Considera-se, no entanto, que a proposta de “dar ocupação permanente” significava, na prática, recolocar em funcionamento uma economia abalada e em crise, impedindo a mobilidade do homem do campo, para que não houvesse carência de mão-de-obra e para que a exploração econômica da região por parte dos grandes latifundiários fosse mantida. (*Ibidem*).

Muito aquém de solucionar o problema da demanda por trabalho, as frentes de emergência foram uma forma encontrada pelos políticos para ocupar a população flagelada nos “Bolsões da seca”. A ocupação desses trabalhadores foi uma forma de impedir que eles se deslocassem, em grandes levas, para provocar “aglomerações perigosas” nos grandes centros urbanos.

Isto se torna compreensível se levarmos em consideração que, nas primeiras décadas do século XX, muitas cidades nordestinas, alimentavam o ideal de higienizar e modernizar seus ares, a fim de atingirem maiores estágios de *civilidade*, tais como outras cidades brasileiras que, sob inspiração das elegantes urbes européias, levaram a efeito as prolapadas reformas urbanas.

E, para higienizar esses ambientes urbanos, principalmente, quando se tratava de capitais de Estados, era necessário disciplinar os fluxos e segregar populações em espaços modestos ou elitizados. No discurso médico-sanitarista, o pobre, flagelado, não teria recinto nos grandes centros urbanos, que buscavam, através de certas conquistas materiais e simbólicas, modernizarem-se; daí o fato de terem sido incentivados a manterem-se nos campos - e as frentes de emergência constituem-se como uma dessas tentativas - ou, se caso, “invadissem” as cidades, eram expulsos para as periferias ou instigados a buscarem outras paragens.

Além disso, ainda no que se refere ao emergencialismo, pode-se acrescentar que também se oferecia como uma base, a partir da qual, originam-se as urgentes preocupações e propostas para fazer frente à idéia de desertificação, provocada pelas secas, e, evitar o despovoamento progressivo da região do Semi-árido.

Feitas essas considerações, retornamos à problemática abordada no início em relação ao processo migratório provocado pela negligência dos governantes nos momentos de escassez de água e alimentação, conseqüentes das grandes secas. A questão é que, esses programas implementados pelos governos para amenizar o problema dos flagelados, não surtiram o efeito esperado pelas elites, principalmente pela corrupção e incúria governamental que marcou a operacionalização desses projetos.

A análise da história das secas no Nordeste brasileiro revela o descaso a que foi submetida a população da região nos momentos em que tinha de enfrentar o flagelos. Autoridades e governos de todos os níveis, que tinham o dever de amenizar a situação dos flagelados que sofriam sob os efeitos da seca, pareciam estar mais preocupados em tirar dela o melhor proveito, o que reflete a hipocrisia em face da gravidade do problema por parte de setores importantes da sociedade brasileira. (VILLA, *Op. cit.*).

Proposta interessante seria a de analisar na literatura regional nordestina como a elite local utilizou-se da idéia de uma natureza “adversa” como estratégia para reforçar o seu poder econômico e político e também a proposta de identificar a forma como a população flagelada que sofria com a falta d'água nessas regiões assoladas pela estiagem munuiu-se de um conjunto

de astúcias com o intuito de superar os momentos de fome e desespero. Os que fazem a elite local do Nordeste e/ou seus representantes no Parlamento e na imprensa, utilizaram-se da idéia de uma natureza “adversa”, que provocaria secas “pavorosas”, como simples meios estratégicos para causar impacto e para sensibilizar, quando o que realmente pretendiam era que os recursos chegassem, reforçando assim o poder econômico e político daqueles que se dizem preocupados com a “miséria” da região.

Significa afirmar que as elites locais utilizaram-se da imagem de uma região seca, “flagelada”, muito mais com o interesse de explorar politicamente o “sofrimento” e a “miséria” daí decorrente. Os parlamentares da região elaboraram uma eficaz rede imagético-discursiva em torno da região do Semi-árido, sedimentando a idéia de um Norte, atual Nordeste, “sofrido” e em crise por ocasião das secas prolongadas, reivindicando a aquisição de alguns equipamentos modernos, sendo as estradas de ferro consideradas o meio mais adequado para prevenir-se contra esse “sofrimento” ou para sua futura prosperidade³. (ARANHA, 2001).

Percebe-se, neste contexto, que, durante muito tempo, o bioma Caatinga foi associado ao deserto e as suas potencialidades foram negadas. Lugar apenas de pedras e espinhos, a microrregião servia à retórica da seca, que beneficiava a políticos oportunistas oriundos de um sistema de coronelato.

Na falta de um combate sistemático aos efeitos das secas por parte das elites políticas brasileiras, milhares de retirantes deixaram os campos e intensificaram os saques e as invasões às grandes cidades. Isto se tornou um grave problema a ser enfrentado pelos governantes da região que começaram a articular meios para solucioná-lo.

Pretendendo fugir a uma análise reducionista na abordagem feita às ações dos saques e das invasões na região, levamos em consideração que se trata, em primeira instância, de “motins da fome”, porém, não esgotamos, aqui,

³ Referimo-nos ao termo Norte por considerar que até fins do século XIX, a geografia do país era dividida em duas grandes regiões monolíticas: Norte e Sul. Embora a idéia desse recorte que hoje chamamos Nordeste já fosse configurada pela imprensa e pelos discursos dos parlamentares da região, somente na primeira década do século XX o Nordeste recebeu essa denominação, quando se começou a implementar os primeiros projetos político de combate aos efeitos das secas, notadamente, da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), fundada em 1909. Para saber mais, ver Aranha, 2001.

uma apreciação mais crítica nesta evidência. Esta só será possível, se levarmos em consideração que, os motivos dessas ações diretas, levada a efeito pelos agricultores e desempregados, não se explicam apenas como sendo resultado de atitudes instintivas e irracionais por conta da fome e do desespero a que estavam submetidos. Os trabalhadores que participavam dos saques e das invasões estavam interagindo em um contexto social, político e econômico específico, manifestando seu descontentamento em relação à corrupção e ao descaso dos governantes. Inclusive, o que assegura esta constatação é que, em determinadas situações em que a crise se agravava, os trabalhadores passaram a saquear não apenas feiras e o comércio local, mas passaram a invadir e saquear instituições públicas, principalmente aqueles em que eram armazenados os mantimentos e as verbas para serem distribuídos aos flagelados. (NEVES, 1994).

Diante deste problema, as elites políticas da região começaram a articular discursos de incentivo ao deslocamento das populações atingidas pelas secas para outras regiões do país, tanto para o Sul, que se transformou no “Eldorado mítico” dos nordestinos expulsos do Semi-árido, - como podemos observar nos romances da literatura regional que abordam essa temática - como também para a Amazônia, para onde se formou um grande êxodo de trabalhadores nordestinos em direção às terras dos seringueiros. (GUILLEN, 2006).

Não estava nos planos oficiais do Governo Federal destinar recursos para enfrentar as secas ou, efetivamente, desenvolver a região. Mantinha-se o discurso da necessidade de modernizar o Nordeste e a ênfase ainda era dada à industrialização, abandonando o Sertão seco à própria sorte.

E modernizar significava, antes de mais, superar a seca, considerada como sendo o maior obstáculo imposto pela natureza ao desenvolvimento da região. Nesse sentido, constata-se que, ao invés de buscar alternativas que propiciassem a convivência da população que vivia na miséria, em decorrência das secas prolongadas, a imagem que se construía em relação à natureza e seus fenômenos climáticos, era de “adversidade” e “pavor”.

Observa-se que desde o século XIX, a natureza semi-árida era percebida como principal causa dos problemas da região, e, as elites regionais utilizaram-se amplamente dessa idéia para obtenção de maiores benefícios. A noção de

que o clima Semi-árido era o principal responsável pelo atraso do Nordeste, marcou profundamente o imaginário regional e nacional, revelando-se a percepção na qual o determinismo da natureza estava implícito. A imagem de uma natureza “adversa” condena a região e seu povo à miséria, à pobreza e ao sofrimento.

Nessa perspectiva, a seca deixa de ser vista como um fenômeno natural representado pela estiagem prolongada e torna-se o símbolo identificador do Nordeste e de todos os problemas sócio-econômicos que são peculiares a uma natureza “hostil”, como miséria aguda, doenças ou epidemias, fome, analfabetismo, enorme migração, choro, desespero, etc.

Vale lembrar também que, atribuir à seca esta pensada como fenômeno da natureza ou como vontade divina como sendo responsável por todos os problemas do Nordeste, constituiu-se, também, em uma forma de as elites políticas escamotear os problemas sócio-econômicos e a fome que assolava a população da região.

Graciliano descreve em *Vidas secas* uma geografia criada por uma família de retirantes que foge do Sertão em busca de uma cidade imaginária, onde a fartura e a dignidade lhes seriam restituídos. Estes são momentos marcados pela emoção, bravura e sofrimento das “vidas secas” que mantêm profundos laços e raízes afetivas pelo lugar, mas que se vêem submetidas a buscarem melhores condições de sobrevivência em virtude dos (des)mandos sociais e políticos que os destituem dos direitos que lhes são mais fundamentais.

“Os infelizes tinham caminhado o dia inteiro, estavam cansados e famintos” (RAMOS, 1996, p. 3): a família de retirantes busca terras desconhecidas, onde correria leite e mel, imagens de suas cartografias imaginárias a que, certamente nunca alcançaram. Eram “infelizes” não pelo clima, pela natureza regional, mas pelos problemas sociais que os destituíam da posse da terra, da água, etc.. Espetáculo natural marcado pela fantasia que a perseguia e a impulsionava. Percursos marcados pela fé, a dor, a fome e o sofrimento. Cenários construídos que retratam homens, natureza, rios, animais, paisagens típicas da região. “A catinga estendia-se, de um vermelho indeciso salpicado de manchas brancas que eram ossadas”, “A fome apertara demais os retirantes e por ali não existia sinal de comida”. Eis um das descrições do sertão seco do Nordeste, que não é predominante, entretanto,

nas imagens configuradas na literatura, que também abordam os períodos de chuva, de fartura e prosperidade no ambiente dos sertões.

O trecho a seguir delinea alguns matizes da saga desses “videntes” marcadas por uma seqüência de sofrimento, resignação e desespero, mas também de alegria, esperança e sentimentos topofílicos à terra e à natureza, sobretudo nos períodos de inverno:

Fabiano seguiu-a com a vista e espantou-se uma sombra passava por cima do monte. Tocou o braço da mulher, apontou o céu, ficaram os dois algum tempo agüentando a claridade do sol. Enxugaram as lágrimas, foram agachar-se perto dos filhos, suspirando conservaram-se encolhidos, temendo que a nuvem se tivesse desfeito, vencida pelo azul terrível, aquele azul que deslumbrava e endoidecia a gente. [...] O coração de Fabiano bateu junto do coração de Sinha Vitória, um abraço cansado aproximou os farrapos que os cobriam. Resistiram a fraqueza, afastaram-se envergonhados, sem ânimo de afrontar de novo a luz dura, receosos de perder a esperança que os alentava. (*Ibidem*, p. 5).

Esse trecho figura um desses momentos de esperança de uma vida feliz no ambiente de caatinga. A imagem da nuvem assinala a perspectiva da chegada de inverno no sertão e de um período de relativa estabilidade em interação com esse ambiente, o que assinala que a literatura não homogeneiza as representações das paisagens do Semi-árido como sendo apenas seca, “inóspita”, “adversa”, “hostil”.

Os objetivos de modernizar a região não foram concretizados, as medidas governamentais foram adotadas com atraso e eram insuficientes diante da extensão do flagelo, o desespero dos sertanejos não parava de aumentar.

O percurso continuava, muitos bateram em retirada por uma esperança que os guiou em busca de uma Terra prometida, de um Eldorado mítico, de um Vale da promessa.

MARCHA PARA O OESTE: FIGURA MÍTICA, A AMAZÔNIA COMO VALE DA PROMISSÃO

A migração nordestina em direção às terras amazônicas remonta ao final do século XIX, sobretudo a partir da grande seca de 1877 e foi intensificada a partir do início da Segunda Grande Guerra. Em 1938, Getúlio Vargas e os ideólogos do Estado Novo colocavam a Amazônia, efetivamente, na campanha nacional da Marcha para o Oeste que representaria a idéia de uma nação em movimento em busca da conquista, da expansão e do “verdadeiro sentido da brasilidade”.

As autoridades do Estado Novo elaboraram uma forte propaganda política centrando foco na desconstrução da imagem de Inferno Verde, presente na literatura que tem como tema o seringal, afirmando que a Amazônia, com o concurso de trabalhadores nordestinos, tornar-se-ia o Vale da Promissão através da intervenção estatal que promoveria a colonização da região, bem como seu saneamento.

A Amazônia tinha a vocação mítica de tornar-se uma Canaã que, guiada por um redentor, Getúlio Vargas, retiraria do deserto o povo escolhido, os nordestinos que, no Cativeiro, tinham sido vítimas da opressão e submetidos ao descaso por muitas gerações. Logo estes que até então padeciam no deserto e há muito esperavam pela remissão seriam levados a um grande êxodo e guiados pelo grande líder em direção ao Vale da Promissão. Tal era a mística da libertação e simbologia cristã contida nas imagens trabalhadas discursivamente durante o Estado Novo. (GUILLEN, 2006).

A proposta inicial de se buscar, a todo custo, manter os flagelados nordestinos em suas regiões de origem a fim de impedir os fluxos para as capitais, através da implementação de programas emergenciais que visavam fixar os trabalhadores no campo, logo foram descartadas e a migração interna perdeu o seu sentido funesto que muitos lhes atribuíam até então e passou a ser considerada como fator de desenvolvimento e solução para alguns problemas. Em primeiro lugar, para os nordestinos que buscariam uma terra promissora que lhes proporcionassem melhores condições de vida e também diminuiria as responsabilidades do Estado em face dos problemas sociais nordestinos.

Caberia ainda acrescentar que a colonização do interior do Brasil asseguraria a soberania do país nas fronteiras daquela região.

Convém ressaltar que quando tratamos da propaganda política do período varguista incentivadora da migração nordestinos em direção ao “vale prodigioso” da Amazônia, não estamos considerando-a como tendo o poder de efetivá-la por si só, mas levamos em consideração a multiplicidade de anseios, de desejos e de escolhas criativas desses trabalhadores.

A *Batalha da Borracha* foi uma campanha nacional implementada durante a Segunda Guerra Mundial, em pleno governo de Getúlio Vargas, como resultado de acordos firmados com os Estados Unidos, em março de 1942, que objetivavam aumentar a produção de matérias-primas estratégicas para a guerra, tais como a borracha e alguns minerais. Em troca, os acordos de Washington previam a ajuda técnica e financeira dos Estados Unidos ao Brasil como material bélico, financiamento para programas de saneamentos e abastecimento alimentar, dentre outros.

A partir de 1940, antes de o Governo assinar os acordos com Washington, já havia, ainda que de forma dispersa, uma prática que incentivava a migração para a Amazônia como forma de resolver, ao menos em parte, o problema da seca, que já grassava pelo Sertão do Nordeste e dos problemas sociais dela decorrentes.

A migração passava agora a ser incentivada como uma operação estratégica, pois através dos Acordos firmados com o Governo estadunidense, seria necessário ampliar o deslocamento de trabalhadores nordestinos para prover de mão-de-obra os seringais com o objetivo de intensificar a produção de borracha e suprir as necessidades bélicas dos aliados.

Percebemos, neste cenário, que a idéia de “Vale da Promissão” constantemente incentivada pela propaganda política no governo de Vargas, tanto nas campanhas da Marcha para o Oeste quanto na Batalha da Borracha, ampliaram os horizontes de expectativas para os camponeses nordestinos, que acreditaram que teriam facilidades para conseguir terras, água e recursos. Entretanto, logo se observa que os migrantes sentiram os descompassos entre a propaganda política e a vida cotidiana nas hospedarias e trataram de reivindicar os direitos apregoados.

Com o término do Estado Novo, o discurso amplamente difundido no Nordeste quando do recrutamento dos trabalhadores de que os seringais amazônicos ofereciam a possibilidade de enriquecimento rápido, desfazia-se diante dos migrantes que retornavam.

Errantes da selva, os trabalhadores nordestinos que migraram para a Amazônia não encontraram o Vale da Promissão ou a terra de Canaã que o Governo havia prometido, pelo contrário, como afirmou Euclides da Cunha ao palmilhar essas terras desérticas e ignotas, penetraram pelas duas portas no inferno dantesco dos seringais. Considerando esse movimento migratório como anárquico e desordenado, afirma que o estado social, a instabilidade e fraqueza com que chegavam, as péssimas condições de trabalho no seringal, a falta de uma alimentação adequada, o escritor considera que o inferno se revela o lugar onde o homem “trabalha para escravizar-se”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alternativa para a permanência de mulheres e homens no meio rural nordestino poderá ser revertida em médio prazo, se o poder estatal implementar políticas públicas que levem em consideração as reais potencialidades do espaço geográfico; também é necessário que, por meio de um viés dialógico, formule com os atores sociais envolvidos um *Plano de Desenvolvimento do Semi-Árido do Nordeste*. Contudo, o diferencial desse plano não está apenas na formatação do financiamento bancário, nem na “pura” doação de terras, muito menos, nas políticas assistencialistas das frentes de emergência de combate à seca; reside no *novo arranjo socioproductivo dos recursos naturais*. Significa afirmar que deverá ser *construído um projeto socioeconômico-ambiental*, no seio da comunidade local, que agregue, além dos aspectos positivos já incluídos nos projetos tradicionais, valores e idéias geradas no âmbito local, que certamente contribuirão com a eficiência e eficácia do projeto, com melhorias reais de qualidade de vida e preservação ambiental.

Esses diferenciadores *rearranjos dos recursos naturais* ainda são pontuais e deveriam ser estimulados pelo poder público, por instituições

educacionais e organizações não-governamentais. Devem ser criados incentivos fiscais, entre outros benefícios da relação público-privado para empresas que venham a se instalar na região do Semi-árido do Nordeste, desde que estas respeitem o *princípio da conservação ambiental*, contribuindo, assim, com o desenvolvimento sustentável.

A consequência dessa propositura poderá contribuir com a diminuição do fluxo migratório de mulheres e homens do território campesino para as grandes metrópoles, além de desenvolver sustentavelmente a região e diminuir o desemprego dos trabalhadores rurais. (BARBOSA, 2007).

Alguns pesquisadores têm enfatizado que a produtividade agrícola da região apresenta uma tendência de queda, sobretudo quando comparada com as áreas mais dinâmicas do Brasil e que a população na faixa etária intermediária tende a abandonar o Semi-árido permanecendo no local apenas os mais novos e idosos, boa parte deles aposentados. Um reflexo desse quadro de redução da atividade econômica é a importância crescente que as transferências governamentais (aposentadoria, FPM, etc) passam a ter na circulação da renda na região Semi-árida. Não há respostas adequadas para os questionamentos e discussões acerca das potencialidades dos ecossistemas do Bioma Caatinga. Entretanto, é unanimidade que, mais do que nunca, é preciso desenvolver um trabalho sistemático de incentivo e de valorização desse espaço. E o primeiro passo para se iniciar essa ação é começar a valorizar o seu potencial econômico (LOPES & TEUCHLER, 2002).

A análise das historicidades que permearam a criação artística dos escritores ligados ao regionalismo nordestino de 1930, notadamente, do romance *Vidas Secas*, um dos seus maiores ícones, permitiu-nos elencar um conjunto de elementos simbólicos e imagens que cristalizaram o imaginário do Semi-árido, tanto no nível regional quanto nacional.

Tentamos demonstrar, ao longo deste transcurso, como as secas deixaram de ser consideradas como um fenômeno natural e passaram a ser associadas a todos os tipos e possibilidades de problemas sócio-econômicos do Nordeste brasileiro. Grupos político-oligárquicos da região através de seus representantes no parlamento e/ou na mídia, passaram a se utilizar da imagem de uma natureza “adversa” como estratégia para reforçar o seu poder

econômico e político. São os chamados “industriais da seca” (latifundiários, prefeitos, deputados e governadores) que, através dos “votos de cabresto”, garantiam o poder regional. Estes mandatários do Nordeste faziam questão de identificar a seca como algo incerto, imprevisível, e atribuíam toda a sorte de problemas a este fenômeno natural.

A corrupção e a inoperância das elites políticas brasileiras em relação à busca de soluções para os efeitos das secas prolongadas na região Nordeste, levaram os segmentos sociais mais prejudicados e excluídos das decisões e das divisões dos bens sociais, a elaborarem um conjunto de imagens e mitos, e a buscarem novas paragens, geografias desconhecidas, presentes apenas no imaginário das pessoas que idealizaram esses novos solos e essas visões do Paraíso, como o Vale da Promissão, o Eldorado mítico, etc.

Este ensaio propõe uma reflexão em torno das conseqüências das secas no Nordeste brasileiro, sendo uma delas o nomadismo, tentando identificar as alterações que esse processo migratório provocou nas relações entre campo e cidade. Trata-se de compreender a história dos retirantes ou fugitivos (das secas) que saíram em busca de novos territórios na esperança de encontrarem melhores condições de sobrevivência e que se tornaram um problema para as elites regionais que logo elaboraram estratégias para retirá-los da região e enviá-los para outras terras.

Situar os processos migratórios como decorrentes das secas, construindo a imagem de uma região e de uma natureza hostil, adversa e imutável, seria lançar mão de idéias deterministas, em que a geografia e o meio ambiente são colocados como responsáveis pelos maiores problemas dessa sociedade. Pretendemos, ao longo deste ensaio, situar o homem nordestino como criador de diversos contextos de historicidade no domínio social.

Muito além de naturalizar os problemas dessa sociedade, elencamos um conjunto de fatores: mando local, recrutamentos forçados, que permitiam contornar a posse desigual das terras, dos latifúndios, um conjunto de intempéries que inviabilizavam o sobreviver, como responsáveis por impulsionarem o homem nordestino migrante a elaborar linhas e meios para fugir das péssimas condições de vida em que estava imerso. Significa, portanto, colocar o trabalhador nordestino como criativo, como agente e sujeito

de sua própria subsistência, em busca de dias melhores e de uma terra prometida, onde correria leite e mel.

O sonho e a busca por Canaã permanece, mas, com novas roupagens, novos personagens, outras fugas, trajetórias variadas, eldorados que se transformaram até mesmo no imaginário destes homens, as vidas secas que habitam esta natureza agreste. A saga desses sertanejos continua, mas enquanto gerações se sucedem, o Nordeste não é mais o mesmo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 1999.

ARANHA, Gervácio Batista. *Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas e práticas culturais (1880-1925)*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2001.

BARBOSA, Erivaldo Moreira; ALMEIDA JÚNIOR, Hélio Santa Cruz de. O trabalhador rural na região Nordeste. In: *Trabalhador rural: uma análise no contexto sociopolítico, jurídico e econômico brasileiro*. Curitiba, PR: Juruá, 2007.

CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do labirinto: os domínios do homem*. Tradução José Oscar de Almeida Marques. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: As artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHIAPPINI, Lígia. Raquel de Queiroz: invenção do Nordeste e muito mais. In: CHIAPPINI, Lígia; BRESCIANI, Maria Stella. (Org.). *Literatura e cultura no Brasil: identidades e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 159-176.

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 4(8), 1991, p.177-197.

DUARTE, Regina Horta. *História e natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. *Raízes da indústria das secas: o caso da Paraíba*. João Pessoa, PB: Editora Universitária/UFPB, 1993.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *Errantes da selva: história da migração nordestina para a Amazônia*. Recife, PE: Ed. Universitária da UFPE, 2006. 304 p.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Montaillou: povoado occitânico (1294-1324)*. Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARIANO NETO, Belarmino. *Ecologia e imaginário: memória cultural, natureza e submundialização*. João Pessoa, PB: Editora Universitária/UFPB, 2001. 206p.

MARTINS, Marcos Lobato. *História e meio-ambiente*. São Paulo: Faculdades Pedro Leopoldo, 1997.

MATTOS, Izabel Missagia de. “*Civilização e revolta*”: povos Botocudo e indigenismo missionário na Província de Minas. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2002, (Tese de Doutorado em Ciências Sociais).

NEVES, Frederico de Castro. *Imagens do Nordeste: a construção da memória regional*. Fortaleza, CE: SECULT, 1994. 198p. (Coleção Teses Cearenses).

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento ambiental e crítica escravista no Brasil (1779-1888)*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

PEREIRA, D. D. Potencialidades da Produção Sustentável e Preservação Ambiental nas Áreas Susceptíveis ao Processo de Desertificação. In: Combate a Desertificação: Um Desafio para a Escola. MEC/SED/TV Escola/Salto para o Futuro. Boletim 08. 2006a. 74 p.

_____. Quando as políticas públicas auxiliam o processo da desertificação: o caso do Cariri Paraibano. In: MOREIRA, E. (ORG.) Agricultura Familiar e Desertificação. João Pessoa, PB: EDUFPB, 2006b, 300p.

RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. São Paulo: Record, 1996.

REGO, José Lins. *Usina: romance*. 15. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. *Florestas anãs do sertão: o cerrado na história de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Cia. das letras, 1996.

VILLA, Marco Antônio. *Vida e morte no sertão: História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Ática, 2000. 269 p.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

WOSTER, Donald. Para fazer história ambiental. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 4(8), 1991, p.198-215.

ARTIGO

**BALANÇO SOCIAL EM UMA EMPRESA DE RORAIMA:
UM ESTUDO DE CASO DA ELETRONORTE E SUAS
AÇÕES SOCIAIS NO PERÍODO DE 2004 A 2006⁵**

RESUMO: A sociedade atualmente não aceita que a empresa vise somente a maximização dos lucros e não contribua de alguma forma para minimizar os problemas sociais. Surge, então, o balanço social, fazendo com que as empresas divulguem seus projetos e realizações na área social, pois não existe uma obrigatoriedade com a comunidade na qual estão inseridas, proporcionando melhor qualidade de vida para todos. Este artigo teve como objetivo analisar a evolução dos indicadores sociais apresentados no balanço social da empresa Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (Eletronorte), no período de 2004 a 2006. Como resultado, observou-se que a esta divulgou as informações sociais, econômicas e ambientais, com aderência total ao modelo padrão do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), a partir do ano de 2004, fator determinante para a execução da análise.

Palavras-chave: balanço social, responsabilidade social, indicadores sociais.

1 Administrador, Especialista em Desenvolvimento Regional Sustentável e Políticas Públicas, Mestrando em Economia UFRGS/UFRR. E-mail: emersonclaytonarantes@gmail.com.

2 Economista, Especialista em Desenvolvimento Regional Sustentável e Políticas Públicas, Mestranda em Economia UFRGS/UFRR. E-mail: lucianasouza@click21.com.br.

3 Administradora, Especialista em Consultoria de Micro e Pequenas Empresas, Mestranda em Economia UFRGS/UFRR. E-mail: cristina@rr.sebrae.com.br.

4 Doutora em Economia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora do Departamento de Contabilidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: rominabls@gmail.com.

5 Artigo aprovado e apresentado no 2º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças & Iniciação Científica em Contabilidade, ocorrido de 8 a 10 de outubro de 2008, em Florianópolis SC. Disponível em: < <http://www.ccn.ufsc.br/congresso> >. Acesso em 10 dez. 2008.

ABSTRACT: The currently society does not accept that the company only aimed at the maximization of profits and not contribute in anyway to minimize the social problems. It appears then the social balance, so that companies disclose their projects and achievements in the social area, because there is in a obligation to the community in which they are inserted, providing to the better quality of life for all. This article aims to analyze the social evolution indicators presented in the balance sheet of the Power Plants North of Brazil S/A (Eletronorte) in the period from 2004 to 2006. As result, it was observed that this it divulged the social information, economic and ambient with total tack to the standard model of the Brazilian Institute of Social Analyses an Economics (IBASE), from the year of 2004, determinative factor pair the execution of the analysis.

Key Words: Social Balance, social responsibility, social indicators.

INTRODUÇÃO

Percebe-se que as empresas vêm dando atualmente um tratamento especial à questão da responsabilidade social. Existem empresas que divulgam as ações que realizam em benefício da sociedade, da economia e do meio ambiente, por meio de um relatório social.

Nesse relatório, conhecido como Balanço Social (BS), que desperta o interesse de vários usuários, tais como acionistas, sociedade, governo, sindicatos, entre outros, estão inseridas informações que aparentam serem relevantes, ajudando a empresa a ser vista pela sociedade como um agente social.

O termo “responsabilidade social” está sendo bastante utilizado recentemente no Brasil, tanto nos meios de comunicação, quanto no meio acadêmico, há ainda pouca convergência de opiniões sobre a definição conceitual de “empresas socialmente responsáveis” e sobre as formas adequadas de avaliá-las.

Assim, a Responsabilidade Social é um tema recente, mas de crescente interesse na mídia, empresariado, academia, governo, e sociedade civil no Brasil. Dentre as várias empresas interessadas em publicar o balanço social, encontra-se as Centrais Elétricas do Norte - Eletronorte, que segue o modelo IBASE na elaboração do demonstrativo e que expõe no *site* da empresa, o compromisso da organização com a responsabilidade social mostrando o resultado de suas ações em benefício das comunidades.

Diante do exposto, o problema que se apresenta é: qual a evolução dos indicadores sociais apresentados no balanço social desta empresa do setor elétrico? Nesse sentido, o artigo tem como objetivo analisar a evolução dos indicadores sociais apresentados no balanço social da Eletronorte especificamente no período de 2004 a 2006.

A pesquisa se justifica pelo fato de que a Responsabilidade Social aparenta capacitar a empresa a crescer e permanecer no mercado, hoje globalizado e cada dia mais competitivo. Assim, a organização que assumir seu compromisso com o social poderá contribuir de maneira decisiva, para a sua sustentabilidade e para o seu desempenho. Nesse sentido, para melhor atender a sociedade e aos usuários em geral, é importante que os relatórios sociais sejam feitos de forma padronizada (PEROTTONI, 2000).

Dessa forma, esta pesquisa confronta o que é apresentado pela empresa com o modelo que é sugerido pelo IBASE. Mesmo não havendo uma obrigatoriedade, é importante saber se as empresas estão seguindo algum modelo, pois dessa maneira facilitaria a comparação entre as mesmas e a própria empresa em períodos distintos.

METODOLOGIA

A pesquisa foi feita por meio de estudos bibliográficos e entrevistas semi-estruturadas na sede da Eletronorte em Roraima, de forma a oferecer uma solução ao problema da pesquisa.

Dessa forma, os balanços foram coletados no site da empresa e elaborado um estudo de caso com a Eletronorte e suas ações em Roraima, analisando os Balanços Sociais, nos anos de 2004 a 2006, pois em 2004 esta aderiu de forma total ao padrão de balanço social do IBASE.

Para a análise da evolução dos indicadores do balanço social foi efetuada por meio da técnica de análise horizontal, que de acordo com Marques (2004, p. 199), “consiste em comparar a evolução de contas ou grupos de elementos ao longo de determinado tempo e pressupõe uma série histórica de dados que se inicia com um índice-base, de modo a servir de referência”.

CONTABILIDADE AMBIENTAL, BALANÇO SOCIAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Contabilidade Ambiental

A contabilidade tem como função primordial o acompanhamento das atividades econômicas, no papel de mensurar e relatar a situação patrimonial das empresas aos principais usuários das informações contábeis, administrativas, sociais, econômicas e ambientais, acompanhando sua evolução no decorrer do tempo. O relato do nível de conscientização atingido pela entidade cabe a contabilidade, a responsabilidade pela orientação na elaboração de diretrizes de como produzir o que deve ser evidenciado.

Com a evolução e diferenciação das necessidades dos usuários, a contabilidade abriu dentro de seu leque de especializações, o ramo da contabilidade ambiental, parte integrante de seu enfoque social, sendo de suma importância para que se possa analisar a valoração dos recursos naturais. Segundo Kraemer (2003, p. 2), “a contabilidade ambiental é o processo que facilita as decisões relativas à atuação ambiental da empresa a partir da seleção de indicadores e análises de dados, da avaliação destas informações com relação aos critérios de atuação ambiental, da comunicação, e da revisão e melhora periódica de tais procedimentos”.

A finalidade da contabilidade ambiental de maneira geral visa atender a sociedade, por meio das demonstrações e relatórios, informando a atuação da empresa no que diz respeito ao meio ambiente. E através destas demonstrações é elaborado um relatório conhecido como “Balanço Social” que foi feito pela primeira vez nos anos 70.

Balanço Social

Na evolução dos sistemas contábeis que se limitava às informações de ordem patrimonial, financeira e econômica e que desconsiderava as de origem social e ecológica, assuntos de extrema relevância, não evidenciados talvez pela dificuldade e/ou inexistência de produção de um conjunto de

demonstrações contábeis capazes de incorporar variáveis tangíveis e intangíveis, mensuráveis ou não mensuráveis, ganha impulso com a origem do Balanço Social⁶. Este é Instrumento que tem sido evocado pelas organizações para divulgar informações referentes a essas práticas, no qual é possível revelar as relações da empresa para com empregados, seus fornecedores, clientes, com a comunidade, com o meio ambiente e o Governo. É, portanto, um registro do perfil social da empresa.

Segundo Tinoco (2001, p. 14), Balanço Social é um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, da forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários, entre estes os funcionários.

Para Magnago e Bortolini (2005), BS é o meio pelo qual as empresas apresentam suas ações no campo econômico, social e ambiental à sociedade em geral, clientes, fornecedores, governo e financiadores, é por intermédio de relatório social, mais conhecido por Balanço Social, que pode ser visto também como uma forma de divulgar a imagem, apesar de os benefícios trazidos pela prática da responsabilidade social serem de difícil mensuração, por muitas vezes tratarem-se de valores subjetivos.

Assim, o Balanço Social é um relatório que apresenta um conjunto de informações econômicas e sociais, com o objetivo de demonstrar os gastos e investimentos realizados em benefício dos empregados, da comunidade e do meio ambiente e informações sobre a formação e distribuição da riqueza gerada, portanto um instrumento de gestão estratégica.

As perspectivas acerca da evolução do debate em torno do Balanço Social vêm ganhando contornos mais favoráveis nos últimos anos, devido também a atuação das demais organizações voltadas para a promoção e divulgação do conceito e dos objetivos do documento.

⁶“O Balanço Social não pode ser uma peça de marketing, mas uma demonstração responsável de investimentos sociais realizados pelas empresas.” (Herbert de Souza, 1997). É um registro do perfil social da empresa.

Estrutura do Balanço Social

Para estimular as empresas a publicarem um relatório padronizado, várias instituições se empenharam em criar modelos específicos, cada um com suas características e suas peculiaridades, de forma a facilitar o entendimento dos usuários dessas informações. Um modelo muito utilizado pelas empresas brasileiras é o modelo do IBASE.

Segundo Pires (2002, p. 26), o IBASE “teve como objetivo inicial o incentivo ao desenvolvimento de uma política de abordagem social por parte das empresas, deixando de lado uma postura paternalista que até então era defendida pelas empresas e aceita pela sociedade”. Para a análise de indicadores do Balanço Social, têm-se exemplos de empresas que utilizam o modelo IBASE como forma de seguir uma padronização como: Aracruz Celulose, Banco do Brasil, Vale do Rio Doce entre outras. A Eletronorte, empresa analisada neste trabalho também adota este modelo desde 2004 (ELETRONORTE, 2004).

Segundo o IBASE (2005), por meio desse demonstrativo é possível verificar informações sobre: receita líquida, lucro operacional, folha de pagamento bruta, alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada, saúde, educação, creches/auxílio creche, participação nos lucros ou resultados e outros benefícios. No aspecto social são observadas informações sobre tributos, contribuições para a sociedade/investimentos na cidadania como educação e cultura, saúde e saneamento, habitação, esporte e lazer, creches, alimentação, e investimento em meio ambiente.

Não existe, ainda, consenso quanto à forma da apresentação do balanço social: se livre ou padronizado, se obrigatório ou voluntário, ou sobre quais informações, especificamente, ele deveria evidenciar. Algumas empresas, que vêm apresentando seus balanços sociais, o fazem no modelo do IBASE ou similar, com pequenas variações.

Vieira Filho (1999) destaca que a divulgação do Balanço Social não é uma obrigação legal, mas sua publicação tem sido adotada por um grande número de empresas interessadas na demonstração, para toda a sociedade, de que elas estão preocupadas com a responsabilidade social corporativa e meio ambiente.

Responsabilidade Social

Em um mundo cada vez mais globalizado, as organizações devem ter bem claras, para si e para seus empregados, o conceito de responsabilidade social. As demandas sociais, inicialmente por via de legislação federal e estadual dos anos 80 e 90, colocaram o cidadão e o cliente no centro das atenções. As empresas se convenceram de que seu papel expandiu-se para incluir muito mais do que a mera produção de bens e serviços.

A incorporação de aspectos sociais nas decisões estratégicas empresariais é hoje o maior desafio das corporações de todos os portes em todo mundo. As transformações das relações pessoais, sociais e ambientais nos últimos anos mudaram o eixo da visão de política pública, que deixa de ser somente governamental e de caráter puramente assistencialista e passa ser aberta, participativa, envolvendo diversos agentes - públicos, privados, terceiro setor - em sua definição, desenvolvimento e implementação.

Segundo Tinoco (2001 p.120), as preocupações com a questão do desenvolvimento sustentável - econômico, ambiental e social vêm sendo incorporadas às demandas dos consumidores, aos códigos de condutas e valores empresariais e às rodadas de negociações internacionais, aliando investidores com empresas que tenham desempenho ético e social.

A idéia da responsabilidade social empresarial nasceu a partir de reflexões especialmente norte-americanas direcionadas para a determinação da função da empresa em relação à sociedade no contexto social, político e econômico das primeiras décadas do século XX.

Quem melhor identificou o surgimento deste “novo Terceiro Setor” foi Peter Druker (1994), que o caracterizou como uma nova esfera da economia, denominada de “economia social”. Para Druker, “foi o setor que mais cresceu, movimentou recursos, gerou empregos e foi o mais lucrativo na economia norte-americana nos últimos vinte anos” (MELO NETO; FROES, 2004).

Analisando as publicações produzidas recentemente no Brasil pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social com o objetivo de disseminar o conceito e práticas de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) no segmento empresarial, observa-se uma presença significativa da abordagem que vincula a responsabilidade social empresarial a modelos de gerenciamento de redes interorganizacionais.

Observa-se nas publicações produzidas no âmbito do *Projeto Ethos-Sebrae de Responsabilidade Social para Micro e Pequenas Empresas* que a responsabilidade social empresarial é definida como uma forma específica de gestão de negócios, cujo foco principal de atuação volta-se para o gerenciamento dos relacionamentos da organização com grupos com os quais esta tem contato, além dos critérios que utilizam para a tomada de decisões e os valores que definem suas prioridades.

Já há algum tempo, em função da acirrada competição mercadológica, produzir produtos e/ou serviços de qualidade deixou de marcar a diferença entre as empresas. Cada vez mais, os consumidores estão se tornando exigentes em relação aos produtos que consomem, às normas éticas e à legislação existente.

A mídia, tem contribuído expressivamente na maturação deste processo, influenciando e impulsionando as empresas a repensarem a responsabilidade que possuem em relação à comunidade em que estão inseridas, uma vez que usufruem os recursos naturais (renováveis ou não) em benefício próprio, na garantia de sua sobrevivência, contraindo, por conseguinte, uma dívida social para com a sociedade.

Neste sentido, Melo Neto e Froes (1999, p. 82) afirmam que a responsabilidade social é vista como um compromisso da empresa com relação à sociedade e à humanidade em geral, e uma forma de prestação de contas do seu desempenho, baseada na apropriação e uso de recursos que originalmente não lhe pertencem.

CARACTERIZAÇÃO DA ELETRONORTE

As Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A. (Eletronorte), é uma concessionária de serviço público de energia elétrica. Sociedade anônima de economia mista, subsidiária das Centrais Elétricas Brasileiras S. A. (Eletrobrás). Tem como finalidade a realização de estudos, projetos, construção e operação de usinas geradoras e de sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica, diretamente ou por meio de suas subsidiárias integrais: Boa Vista Energia S.A. e Manaus Energia S.A., bem como a

celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades. Criada pela Lei 5.824, de 14 de novembro de 1972, constituída por escritura pública em 20 de junho de 1973 e autorizada a funcionar como concessionária de serviços públicos de energia elétrica pelo Decreto nº. 72.548, de 30 julho de 1973.

Em 1987 a Eletronorte firmou um convênio perante a FUNAI com o compromisso de patrocinar integralmente, durante 25 anos, em Roraima, a empresa desenvolve ações de proteção ambiental na Terra Indígena São Marcos, em Roraima, devido à passagem da interligação elétrica com a Venezuela.

ANÁLISE DOS INDICADORES DO BALANÇO SOCIAL DA ELETRONORTE DE 2004 À 2006

Para a análise dos indicadores sociais da Eletronorte, será utilizada a técnica conhecida como Análise Horizontal (AH), que consiste em verificar a evolução dos elementos que compõe o balanço social ou de resultado durante um determinado período.

Este tipo de análise possibilita a comparação entre os valores de uma mesma conta ou grupo de contas em diferentes exercícios sociais. Conforme Assaf Neto (2000, p.292), “a análise horizontal consiste em uma comparação de cada conta ou grupo da demonstração financeira em dado período, com o valor da mesma conta em uma determinada data anterior, tida como base”.

Os elementos comparados são homogêneos, mas os períodos de avaliação são diferentes. É um instrumental que calcula a variação percentual ocorrida de um período para outro, buscando evidenciar o crescimento, ou a diminuição do item analisado, conforme a fórmula descrita abaixo:

$$\Delta H\% = \left(\frac{\text{Ano1}}{\text{Ano0}} \right) \times 100\% \quad \text{ou} \quad \frac{\text{VALOR ATUAL DO ITEM}}{\text{VALOR DO ITEM NO PERÍODO BASE (ANTERIOR)}} \times 100$$

O cálculo da análise horizontal é feito através da fórmula acima especificada. Mostra a variação que ocorreu, ou seja, as mudanças que aconteceram de um ano para outro. A utilidade dessa fórmula nesta análise é perceber o que está crescendo ou diminuindo no balanço social e as conseqüências a partir daí, ou seja, o Ano 0 na fórmula é considerado a base, e seu valor será associado a 100.

Delta é uma letra grega, e pra descobrir o valor depende em que está sendo aplicado. O Delta pode ser visto com uma variação aplicando os conceitos da física, sendo assim, delta sempre será o valor final menos o valor inicial. Pode ser delta de espaço, delta de tempo, delta de aceleração, sempre lembrando que é valor final menos o valor inicial. Nas matemáticas e ciências aplicadas, delta é utilizado como uma variável para indicar uma diferença no valor dessa variável.

No exemplo a seguir, percebemos que o capital inicial do ativo circulante em Ano 0 era de \$100 e em Ano 1 se transformou em \$150, enquanto que o realizável a longo prazo passou de \$ 300 para \$500 no mesmo período analisado.

Dividindo o ativo circulante do Ano 1 pelo ativo circulante do Ano 0, temos: $150 / 100 = 1,5$, que é equivalente a 150%. Tal resultado demonstra que essa conta do Ativo teve um aumento de 50% (150-100) em relação ao ano anterior (ano base).

Assim, pela análise horizontal, podemos observar que o ativo circulante no Ano 1 era correspondente a 150% do valor do Ano 0, ou seja, no

<u>ATIVO</u>	<u>Ano 0</u>	<u>Ano 1</u>
Circulante	100	150
Realizável a Longo Prazo	300	500
Permanente	400	800
TOTAL	800	1.450

Quadro 02: Exemplo de Análise Horizontal
Fonte: Elaboração dos autores.

Ano 1, ele sofreu aumento de 50% em relação ao Ano 0. Para fins didáticos acrescenta-se na fórmula o -1, pois o crescimento real foi de 50% e não 150%. Portanto, para completar a nossa fórmula, devemos efetuar o seguinte ajuste no nosso cálculo:

$$\Delta H\% = \left(\left(\frac{\text{Ano1}}{\text{Ano0}} \right) - 1 \right) \times 100\%$$

Assim, o objetivo da análise horizontal é avaliar o aumento ou a diminuição dos valores que expressam os elementos do balanço, numa

determinada série histórica de exercícios. Para o cálculo é atribuído a base 100% para verificar a variação percentual para os demais períodos.

Memória de Cálculo dos Indicadores Sociais do Balanço

No período de 2004 a 2006, anos contemplados para pesquisa neste trabalho, passam pela análise, os principais grupos de indicadores do balanço social da Eletronorte, assim listados: base de cálculo, indicadores sociais internos, indicadores sociais externos, indicadores ambientais, indicadores do corpo funcional e informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial.

Para o período em análise, é utilizado o modelo de balanço social IBASE. Em relação aos valores de cada um dos indicadores, é importante frisar especificamente para os anos de 2005 e 2004, que estes foram extraídos dos balanços sociais de 2006 e 2005 respectivamente, por se tratarem de valores mais atualizados.

A tabela 01 referente à “Base de Cálculo” mostra os valores e a análise horizontal do primeiro item que compõe o balanço social da Eletronorte para o horizonte temporal deste estudo. Os dados da tabela 01 mostram que a receita líquida da Eletronorte em 2005 fechou com R\$ 2.508.461 (mil), diminuindo em relação a 2004, que foi de R\$ 2.954.826 (mil).

Portanto houve uma variação negativa de R\$ 446.365 (mil), ou seja, houve o decréscimo nesse período de aproximadamente 15,11%, revertendo esse quadro na variação de 2005/2006, onde houve um crescimento de 27,11%. No item folha de pagamento bruta, nota-se que houve um crescimento de 30,71% de 2004 a 2005 e apenas 9,86% de 2005 a 2006.

É importante ressaltar que a Eletronorte vem publicando seu Balanço Social e Ambiental desde 2003, tendo publicado o Balanço Social e Ambiental 2004/2005 e Balanço Social e Ambiental 2006. E somente a partir de 2004 passou a divulgar o Resultado Operacional (RO).

Base de Cálculo	2004		2005		2006		? 04/05	? 05/06
	Valor (Mil)	AH	Valor (Mil)	AH	Valor (Mil)	AH		
Receita Líquida (RL)	2.954.826	100%	2.508.461	(84,89)%	3.203.672	127,71%	(15,11)%	27,71%
Resultado Operacional (RO)	-1.045.539	100%	-291.643	(27,89)%	-323.962	111,08%	(72,11)%	11,08%
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	193.501	100%	252.917	130,71%	277.867	109,86%	30,71%	9,86%

Tabela 01 AH: Base de Cálculo.

Fonte: Elaboração dos autores com base nos balanços sociais da ELETRONORTE, modelo IBASE.

Indicadores Sociais Internos

A tabela 02 mostra a análise horizontal dos “Indicadores Sociais Internos”. Nesse indicador, o item alimentação houve uma variação positiva de 62,63% de 2004/2005. Merece destaque a variação de crescimento no período de 2005/2006 na previdência privada que foi de 184,87%. Referente ao auxílio creche, benefício importante para os trabalhadores, nota-se que houve uma redução de 2004/2005 que caiu 11,02%, bem como na variação de 2005/2006 que foi de 9,96%.

Indicadores Sociais Internos	2004		2005		2006		? 04/05	? 05/06
	Valor (Mil)	AH	Valor (Mil)	AH	Valor (Mil)	AH		
Alimentação	11.516	100%	18.729	162,63%	23.986	128,07%	62,63%	28,07%
Encargos Sociais Compulsórios	68.772	100%	90.332	131,35%	101.277	112,12%	31,35%	12,12%
Previdência Privada	8.851	100%	12.261	138,53%	34.928	284,87%	38,43%	184,87%
Saúde	16.705	100%	19.763	118,31%	22.419	113,44%	18,31%	13,44%
Segurança e saúde no trabalho	0	100%	52	-	12	(23,08)%	-	(76,92)%
Educação	0	100%	1.486	-	2.030	136,61%	-	36,61%
Cultura	0	100%	0	-	0	-	-	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	11.142	100%	11.118	99,78%	14.191	127,64%	(21,54)%	27,64%
Creches ou auxílio creche	1.388	100%	1.235	(88,98)%	1.112	(90,04)%	(11,02)%	(9,96)%
Participação nos lucros ou resultados	16.861	100%	15.646	(92,79)%	35.903	229,47%	(7,21)%	129,47%
Outros	1.824	100%	3.448	189,04%	3.604	104,52%	89,04%	4,52%
Total - Indicadores Sociais Internos	137.059	100%	174.070	127,00%	239.462	137,57%	27,00%	37,57%

Tabela 02 AH: Indicadores Sociais Internos.

Fonte: Elaboração dos autores com base nos balanços sociais da ELETRONORTE, Modelo IBASE.

O indicador saúde variou positivamente ao longo do período. Vale frisar que a Eletronorte desenvolve o projeto Gestão de Saúde e Qualidade que tem por objetivo ofertar um ambiente saudável e condições adequadas à manutenção da saúde no desempenho da função do colaborador e também a interação entre empresa colaborador-família.

Indicadores Sociais Externos

A análise horizontal dos “Indicadores Sociais Externos”, representam a terceira parte do balanço social da Eletronorte - é apresentado na tabela 03.

Indicadores Sociais Externos	2004		2005		2006		? 04/05	? 05/06
	Valor (Mil)	AH	Valor (Mil)	AH	Valor (Mil)	AH		
Educação	3.867	100%	879	(22,73)%	415	47,21%	(77,27)%	(52,79)%
Cultura	826	100%	539	(65,25)%	276	(51,21)%	(34,75)%	(48,79)%
Saúde e saneamento	2.861	100%	11.475	401,08%	11.967	104,29%	301,08%	4,28%
Esporte	100	100%	19	(19)%	0	-	(81,00)%	-
Combate à fome e segurança alimentar	0	100%	18	-	15	(83,33)%	-	(16,67)%
Outros	306	100%	4.796	1.567,32%	3.040	(63,39)%	1.467,32%	(36,61)%
Total das contribuições para a sociedade	7.960	100%	17.726	222,69%	15.713	(88,64)%	122,69%	(11,36)%
Tributos (Excluídos Encargos Sociais)	247.853	100%	395.495	159,56%	443.680	112,18%	59,57%	12,18%
Total - Indicadores Sociais Externos	255.813	100%	413.221	161,53%	459.393	111,17%	61,53%	11,17%

Tabela 03 AH: Indicadores Sociais Externos.

Fonte: Elaboração dos autores com base nos balanços sociais da ELETRONORTE, Modelo IBASE.

Cabe ressaltar que o total das contribuições para a sociedade apresenta o valor total somado de R\$ 7.960⁷ (mil), embora no Balanço e nesse item do total das contribuições para a sociedade, esteja publicado o valor de R\$ 110.536 (mil), ou seja, há uma diferença de aproximadamente R\$ 102.576 (mil). Do mesmo modo, isso interfere no total dos indicadores sociais externos, onde o total seria R\$ 255.813⁸(mil) e não o valor de R\$ 358.389 (mil), como está publicado no balanço social e no site da Eletronorte.

Nesse item, os valores despendidos para incentivo ao esporte, mostra que houve uma redução significativa, tanto que de 2004 para 2005, houve uma queda de 81% e de 2005 para 2006, não obteve resultado em virtude de não se ter destinado em termos de investimento ao esporte. É interessante notar que houve uma redução acentuada no item educação, uma variação de 77,27% de 2004 para 2005, e a variação seguinte de 2005 a 2006 foi de 52,79%. Os investimentos em saúde e saneamento tiveram uma evolução de 301,08% de 2004 a 2005, o que no período de 2005 a 2006, houve um crescimento reduzido de 4,28%.

⁷ Valor corrigido pelos autores, devido à divergência no somatório do total das contribuições para a sociedade.

⁸ Valor corrigido pelos autores, devido à divergência no somatório do total dos indicadores sociais externos, neste grupo do balanço social.

Indicadores Ambientais

A tabela 04 mostra os indicadores ambientais da Eletronorte. No ano de 2004, a empresa não divulgou nenhum valor investido em ações ambientais. Nesse sentido, como 2004 é ano-base para a análise horizontal, logo a variação 2004/2005 não apresenta nenhum valor, conforme mostra a tabela abaixo :

Indicadores Ambientais	2004		2005		2006		? 04/05	? 05/06
	Valor (Mil)	AH	Valor (Mil)	AH	Valor (Mil)	AH		
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	0	100%	12.130	-	7.152	(58,96)%	-	(41,04)%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	100%	15.911	-	27.683	173,99%	-	73,99%
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	19.850	100%	28.041	-	34.835	124,23%	-	24,23%

Tabela 04 AH: Indicadores Ambientais.

Fonte: Elaboração dos autores com base nos balanços sociais da ELETRONORTE, Modelo IBASE.

No ano de 2004, a empresa investiu em meio ambiente um total de R\$ 19.850 (mil) e tendo alcançado no ano de 2006 o total de investimentos de R\$ 34.835 (mil). Ressaltamos que no Balanço Social 2004 não está especificado os investimentos relacionados com a produção/operação da empresa e investimentos em programas e/ou projetos externos. É importante salientar que no balanço social de 2004, publicado no site da empresa mostra que mesmo não havendo valores para os indicadores ambientais, este mostra um somatório no valor de R\$ 19.850 (mil), ou seja, há uma divergência, uma vez que deveria estar zerado, pois se não houve investimentos, logo não deveria ter valores neste ano de 2004 para o somatório destes indicadores ambientais.

Em termos de análise horizontal, já em 2005/2006, a Eletronorte informa os valores despendidos com investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa, mostrando que houve uma redução de 41,04% no período. Em relação aos investimentos em programas e/ou projetos externos, houve uma evolução significativa nesse mesmo período de 73,99%. Sendo que no total dos investimentos em meio ambiente também no mesmo período apresenta um crescimento de 24,23%.

Indicadores do Corpo Funcional

O quinto grupo de indicadores do balanço social refere-se ao corpo funcional da empresa, conforme mostra a tabela 05. De acordo com a análise horizontal feita em relação ao corpo funcional da organização, pode-se perceber que o número de empregados ao final do período teve um aumento de 2004 (ano-base) para 2005 de 7,53%, passando por um aumento de 5,33% de 2005 para 2006.

Na análise horizontal do número de admissões ao final do período, observa-se que de 2005 para 2006 houve uma redução de 18,23%. Ao contrário desse período, houve um aumento significativo do número de admissões em 2005, foram contratados cerca de 192 funcionários, em relação a 2004 onde foram admitidos 66. A variação nesse período de 2004 para 2005 foi de aproximadamente 190,91% de crescimento.

A análise horizontal do número de funcionários terceirizados, conforme expõe a tabela, mostra alguns anos em crescimento como de 2004 para 2005 que cresceu 18,68% e outros em queda, ou seja, de 2005 para 2006 houve uma redução significativa de 53,94%.

Indicadores do Corpo Funcional	2004		2005		2006		? 04/05	? 05/06
	Valor (Mil)	AH	Valor (Mil)	AH	Valor (Mil)	AH		
Nº de empregados (as) ao final do período	2.390	100%	2.570	107,53%	2.707	105,33%	7,53%	5,33%
Nº de admissões ao final do período	66	100%	192	290,91%	157	(81,77)%	190,91%	(18,23)%
Nº de empregados (as) terceirizados (as)	2.323	100%	2.757	118,68%	1.270	(46,06)%	18,68%	(53,94)%
Nº de estagiários (as)	327	100%	521	159,33%	471	(90,40)%	59,33%	(9,60)%
Nº de empregados (as) acima de 45 anos	1.246	100%	1.530	122,79%	1.536	100,39%	22,79%	0,39%
Nº de mulheres que trabalham na empresa	438	100%	461	105,25%	472	102,39%	5,25%	2,39%
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	10,00%	100%	9%	(90,00)%	10,28%	114,22%	(10,00)%	14,22%
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais	13	100%	15	115,38%	23	153,33%	15,38%	53,33%

Tabela 05 AH: Indicadores do Corpo Funcional.

Fonte: Elaboração dos autores com base nos balanços sociais da ELETRONORTE, Modelo IBASE.

Em 2004, o número de estagiários contratados pela empresa foi de 327, passando para 521 em 2005, ou seja, houve um incremento de 59,33%, o que não aconteceu em 2006, onde foram contratados cerca de 471, apresentando uma queda de 9,60%.

O modelo padrão sugerido pelo IBASE apresenta nesse item o número de negros que trabalham na empresa, bem como o percentual de negros que ocupam cargos de chefia. Estes itens não foram ilustrados na tabela 05, por não terem sido divulgados todos os anos no balanço social da entidade, comprometendo os cálculos para evidenciar se houve ou não evolução desse indicador através da análise horizontal.

O número de empregados acima dos 45 anos teve um crescimento gradativo ao longo do período analisado, apresentando um crescimento significativo de 22,79% de 2004/2005 e pouco expressivo de 2005 para 2006 de 0,39. O percentual de cargos de chefia ocupados por mulheres de 2004 para 2005 caiu 10%, elevando-se em 14,22% de 2005 para 2006.

O número de portadores de deficiência ou necessidades especiais também mostrou um aumento gradativo, destacando-se no período de 2005 para 2006, onde o aumento foi de 53,33%, ou seja, em 2005 o número de portadores de deficiência ou necessidades especiais eram de 15 funcionários, passando em 2006 para 23.

Responsabilidade Social da Eletronorte

A responsabilidade social empresarial na Eletronorte expressa no balanço social de 2006 como algo que deve estar agregado a sua cultura organizacional, inserida na gestão da empresa. Todos os princípios, diretrizes de responsabilidade social, política ambiental e de gestão estão em consonância com a missão da empresa.

A Política Ambiental da Eletronorte foi elaborada e aprovada em 24/02/2005, está baseada nos seguintes princípios norteadores: respeito à natureza, uso racional da energia, ação integrada, participação social, respeito à diversidade cultural, desenvolvimento científico e tecnológico e respeito à lei.

Vale destacar que existe uma área que se dedica exclusivamente à responsabilidade social na Eletronorte, que é a assessoria de ações de responsabilidade social, além de outras áreas afins, como Meio Ambiente e Comunicação (comunicação e patrocínio de projetos). O maior objetivo é que estas áreas atuem de maneira integrada e sinérgica, baseada no planejamento estratégico da empresa.

A assessoria de ações de responsabilidade social, a partir do planejamento estratégico, elabora um plano de trabalho anual. Desta forma, anualmente a Eletronorte avança no seu programa de responsabilidade social empresarial. A assessoria de responsabilidade social utiliza-se para seu planejamento de três processos, que são:

- Responsabilidade Social Interna;
- Responsabilidade Social Externa;
- Responsabilidade Sócio-Ambiental.

O objetivo geral da responsabilidade social da Eletronorte é contribuir para mitigação da exclusão social na região dos empreendimentos da empresa assumindo uma postura ética e responsável com seu público promovendo ações de desenvolvimento sustentável (ELETRONORTE, 2006).

No que tange a responsabilidade social interna o objetivo é de promover ações focadas no público interno da empresa de forma a incentivar a melhoria da qualidade de vida para a força de trabalho e seus familiares, por meio de ações relevantes nas áreas de educação, profissionalização e saúde.

Quanto à responsabilidade social externa e ambiental o objetivo é promover ações focadas no público externo com realização de programas e projetos governamentais ou não de desenvolvimento econômico e social, em parceria com as comunidades, adotando uma metodologia participativa.

Em 2006, foi consolidado ainda o Manual de Projetos Sociais, que tem o objetivo de padronizar e sistematizar a elaboração de propostas de ações sociais, e promover o delineamento de um novo modelo de participação no campo da cidadania corporativa. A realização do 3º Encore de 4 a 6 de dezembro de 2006 (Encontro dos Coordenadores dos Comitês de Responsabilidade Social da Eletronorte), que reuniu todos os responsáveis pelas demandas sociais da Empresa, propiciou o nivelamento das informações, a elaboração dos critérios de elegibilidade de demanda social, a definição de indicadores e dinâmica do Balanço Social 2006 (ELETRONORTE, 2007).

Outras atividades de apoio e de filiação a diversas instituições demonstram a abrangência da atuação social da Eletronorte. São exemplos o

apoio institucional para a atualização tecnológica, desenvolvimento e manutenção do site “Mobilizadores do Coep” (comitê de entidades no combate à fome e pela vida); a filiação ao Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, para atualização e nivelamento das informações referentes à Responsabilidade Social Empresarial e a assinatura do Protocolo de Intenções com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República SEPIR/PR, realizado em dezembro de 2006, objetivando a realização conjunta de ações que beneficiem a população negra e quilombola da Amazônia Legal.

Programas e Ações Sociais da Eletronorte em Roraima

O conjunto de ações realizadas pela Eletronorte tem como principal objetivo o fortalecimento da cidadania dos grupos e comunidades onde a empresa atua, bem como contribuir para reverter o quadro de exclusão social existente na região norte do país, em especial o Estado de Roraima, objeto deste estudo.

Dessa forma, possui oito programas sociais alinhados à estratégia das Oito Metas do Milênio, a seguir elencados: Programa Corporativo Adolescente Aprendiz; Programa de Estágio Remunerado; Programa Eletronorte de Apoio à Erradicação do Analfabetismo; Parceria no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti); Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida; Programa Fome Zero; Programa de Inclusão Digital - Topawa Ka'a; Programa Luz para Todos.

Em entrevista, realizada no dia 08 de abril de 2008, com a Sra. Maria da Conceição Mendonça Lobo, coordenadora do Comitê de Responsabilidade da Eletronorte em Roraima, descreveu os principais programas e ações desenvolvidas no Estado de Roraima na promoção da Responsabilidade Social nos anos 2004 a 2006. A entrevistada foi capacitada, no ano de 2006, em responsabilidade social pelo Instituto Ethos, demonstrando a preocupação da empresa em qualificar seu quadro de pessoal para melhor atuação do profissional da área.

CONCLUSÃO

Pelo estudo realizado no presente trabalho pode-se verificar que o balanço social é uma ferramenta eficiente como forma de prestar contas à sociedade e transparecer as atividades realizadas pelas empresas, tanto em relação a recursos humanos, como dos recursos naturais utilizados, demonstrando através de valores e indicadores como estes revertem à comunidade através de benefícios, ou como estão sendo repostos, no caso da utilização de recursos naturais.

A análise demonstra que não há, até o momento, legislação que determine a obrigatoriedade de elaboração do Balanço Social, só apenas projetos no Congresso Nacional e iniciativas públicas e privadas que fomentam a prática.

Na análise empírica dos indicadores do balanço social da Eletronorte referente ao período de 2004-2006, realizado através da técnica de análise horizontal foram interpretados as demonstrações contábeis e seus resultados, mesmo com a ausência de alguns dados, fato que impossibilitou uma análise mais aprofundada, porém, com a referida análise podemos chegar as seguintes conclusões:

- a Valorização dos investimentos sociais;
- a Evolução à aderência ao balanço social;
- Adequação da organização a um modelo padrão foi um fator primordial para a execução da análise, que possibilitou avaliar a evolução e observar o crescimento percentual nos investimentos sociais e ambientais;
- Oscilações no grupo de indicadores do balanço como: nas informações relativas à base de cálculo, referente à folha de pagamento bruta, esta apresentou um incremento ao longo do período analisado. Os dados demonstraram que mesmo havendo variação da receita líquida, o item folha de pagamento bruta cresceu ao longo do período;

- Em relação aos indicadores sociais internos, a alimentação, saúde e previdência privada tiveram investimentos expressivos, já o auxílio creche reduziu-se ao longo do período. Verificamos ainda que neste indicador, no ano de 2004, não foram registrados valores com segurança e saúde no trabalho e educação. Vale salientar, que investimentos destinados ao incentivo à cultura, não constaram em todo o período analisado;

- Nos indicadores sociais externos foram constatados valores que não condizem com o somatório real em relação aos itens contribuições para a sociedade e indicadores sociais externos. Os investimentos em saúde e saneamento evoluíram de 2004 a 2005, fato não identificado nos itens educação, cultura e esporte;

- Em 2004, os investimentos em meio ambiente, apresentaram um total não condizente em função da falta de informações. Já em 2005/2006 os investimentos em programas e/ou projetos externos foram superiores aos relacionados à produção/operação da empresa;

- No corpo funcional, o resultado significativo de 190,91% em admissões refletiu a expansão do número de funcionários ao final do período. Também variaram positivamente o número de empregados acima de 45 anos, bem como, o número de mulheres que trabalham na empresa;

Para finalizar, sugerimos que, a técnica de análise seja incorporada ao balanço social como instrumento de análise de resultados dos indicadores e de tomada de decisão, pois de acordo com a análise dos indicadores sociais do balanço social 2004/2006 da Eletronorte, os resultados refletem o empenho, comprometimento e avanço anual da organização em colocar em prática as questões relativas à responsabilidade social, porém, a ausência de dados e a divergência de alguns totais dificultaram a comparabilidade de algumas informações, sendo de grande importância os ajustes dos valores divulgados.

Uma organização responsável, mais do que cumprir a lei, deve avaliar constantemente sua atividade e seu impacto sobre a sociedade, além de adotar padrões éticos e morais condizentes. Fica o desafio, ou melhor, a oportunidade para que todos construam o novo modelo de responsabilidade social único que vai certamente colocar o Brasil entre as nações mais desenvolvidas do mundo.

Base de Cálculo	Receita líquida (RL), Resultado operacional (RO) e Folha de pagamento bruta (FPB)
Indicadores Sociais Internos	Alimentação, Encargos sociais compulsórios, Previdência privada, Saúde, Segurança e medicina no trabalho, Educação; Cultura, Capacitação e desenvolvimento profissional, Creches ou auxílio-creche, Participação nos lucros ou resultados, outros.
Indicadores Sociais Externos	Educação, Cultura, Saúde e saneamento, Esporte, Combate à fome e segurança alimentar, Outros.
Indicadores Ambientais	Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa; Investimentos em programas e/ou projetos externos.
Indicadores de Corpo Funcional	Nº de empregados (as) ao final do período, Nº de admissões durante o período, Nº de empregados (as) terceirizados (as), Nº de estagiários (as), Nº de empregados (as) acima de 45 anos, Nº de mulheres que trabalham na empresa, % de cargos de chefia ocupados por mulheres, Nº de negros (as) que trabalham na empresa, % de cargos de chefia ocupados por negros (as), Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais.
Informações Relevantes	Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa e Número total de acidentes de trabalho, entre outros.

Quadro 01: Informações que compõem o modelo IBASE de Balanço Social.

Fonte: IBASE, 2004.

Doação de alimentos não-perecíveis para atender ao Abrigo Casa do Vovô no período de 2004/2005.
Doação de 118 kg de alimentos não perecíveis a Creche Cordeirinhos de Cristo em outubro 2004.
Educação com Energia - durante o ano de 2004, em parceria com o Serviço Social da Indústria - SESI, atendendo a 25 alunos, predominantemente idosos, oriundos de bairros carentes do município de Boa Vista.
Participação no I Encontro Estadual das Trabalhadoras da Pesca e Aqüicultura do Estado de Roraima (Nov. 2004), com objetivo propor políticas setoriais para a superação das desigualdades sociais.
Campanhas de Vacinação - parceria com a Secretaria Estadual de Saúde - SESAU para combater e prevenir doenças como febre amarela, hepatite, tétano e gripe, tendo grande adesão dos servidores.
Realização de palestras sobre DST/AIDS, para prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

Os empregados da Central Regional de Transmissão da Eletronorte em Roraima - CRR participaram em abr. 2004, da I Caminhada Saudável, promovida em parceria com a Boa Vista Energia, estimulando a atividade física e melhorando a qualidade de vida, em comemoração ao Dia Mundial da Saúde.
Gincana Ecológica (2004) - ação em parceria com a Fundação Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia - FEMACT, envolvendo os empregados e alunos das escolas públicas, para realizar a limpeza dos principais igarapés, bem como às margens do Rio do Branco.
Campanha contra as Queimadas (2004/2006) - conscientização dos alunos e a população em geral para o perigo que o fogo representa para as linhas de transmissão e, para os que vivem próximos, provocando a interrupção do fornecimento de energia elétrica e causando grandes prejuízos à população.
Projeto Cabelos de Prata (2004/2006) - inclusão social de pessoas idosas por meio do lazer e cultura.
I Campeonato da Melhor Idade - doação de 300 camisetas, participando da organização e execução do evento.
Oficina de auto-estima para albergados do Sistema Penitenciário de Roraima.
Ação realizada no dia das crianças desde 2004 - realiza um dia lazer no parque da criança com brinquedos e jogos eletrônicos para crianças filhas dos funcionários e crianças em situação de vulnerabilidade social. Essa ação continua no sentido de promover atividades e programas educativos voltados para educação ambiental.
Adolescente Aprendiz, desde 2004 a empresa tem em seu quadro 05 adolescentes que moram em torno da Usina Floresta. São jovens de 14 à 21 anos, e a contratação varia de acordo com a legislação vigente e visa à inclusão social destes conforme diretrizes do "Meu Primeiro Emprego".
Programa de Inclusão Digital (2004) Topawa Ka'a - visa à implantação de telecentros nos municípios de Boa Vista e Pacaraima (Terra Indígena São Marcos). Este programa continua através de convênio com a Universidade Federal de Roraima - UFRR que visa a inclusão digital de telecentros para a inclusão digital.
Programa de Gestão de Saúde e Qualidade de Vida - é voltado para o cliente interno desde 2005, com objetivo de promover a alimentação saudável (redução dos fatores de riscos alterados e agravamento do perfil de saúde dos colaboradores); corpo saudável, energia pura (incentivo a prática de atividade física regular); e paz e bem (atividades físicas, reeducação alimentar, massagem e respiração, lazer e cultura).
Comitê permanente para as questões de gênero e diversidade da Eletronorte (2005).
Programa Pró Equidade de Gênero (2006) - consiste em desenvolver novas concepções na gestão de pessoas e cultura organizacional.

Quadro 03: Programas e Ações do Comitê de Responsabilidade Social (2004-2006)

Fonte: Entrevista e Balanço Social da Eletronorte 2004/2006.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Francisco José. **Auditando o balanço social**. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, Ano XXXII, nº 140, mar./abr. 2003.
- ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanço: um enfoque econômico-financeiro**. São Paulo: Atlas, 5ª ed. 2000.
- ASHLEY, Patrícia Almeida. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2003.
- AZEVEDO, Tânia Cristina. **Balanço Social como instrumento para demonstrar a responsabilidade social das entidades: uma discussão quanto à elaboração, padronização e regulamentação**. Disponível em: www.uesb.br. Acesso em: 08 mar. 2008.
- BEDÊ, Aurélio. **Responsabilidade social nas micro e pequenas empresas do Estado de São Paulo**. 1. ed. São Paulo: SEBRAE, 2005.
- BS **BALANÇO SOCIAL**. Disponível em: www.balancosocial.org.br. Acesso em: 03 mar. 2008.
- CORDEIRO, Mariana Starling. **A Responsabilidade Social Empresarial como Estratégia de Gerenciamento de Relações Interorganizacionais: assimetrias de poder, dependências e conflitos**. Disponível em: www.uniethos.org.br. Acesso em: 08 mar. 2008.
- COSTA, Patrícia de Souza; SOUZA, Simone Dias de. **Análise Empírica da Evolução dos Indicadores do Balanço Social no Período de 2000 a 2004: o Caso da Petrobrás**. Disponível em: www.congressoeac.locaweb.com.br/artigos. Acesso em: 08 mar. 2008.
- CUNHA, Jacqueline Venerosos Alves da; RIBEIRO, Maisa de Souza. **Evolução e Diagnóstico Atual do Balanço Social**. Disponível em: www.congressoeac.locaweb.com.br/artigos. Acesso em: 08 mar. 2008.
- DRUKER, Peter. **Terceiro setor: exercícios de auto-avaliação para empresas**. São Paulo: Futura, 2001.
- DRUCKER, Peter. **Administração de Organizações Sem Fins Lucrativos: Princípios e Práticas**. São Paulo: Pioneira, 1994.
- ELETRONORTE. **Relatório Social Eletronorte 2004/2005**.
- ELETRONORTE. **Balanço Social e Ambiental 2006**.

ELETRONORTE **Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A**: www.eln.gov.br. Acesso em 19 mar. 2008.

ELETRONORTE. **25 Anos, Centro da Memória da Eletricidade no Brasil**. Rio de Janeiro. 1998.

ELETRONORTE. **Balço Social A Cara da Eletronorte**, Brasília. 1999.

ETHOS & SEBRAE (2003). **Responsabilidade social para micro e pequenas empresas: passo a passo**. www.sebrae.com.br. Acesso em 13 mar. 2008.

ETHOS - Instituto Ethos: www.ethos.org.br. Acesso em 09 abr 2008.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Souza. **Contabilidade Ambiental: Uma Informação para o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Atlas, 2003.

FIDES Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social: www.fides.org.br. Acesso em: 01 abr. 2008.

FRANCISCHINI , Andresa Silva Neto. **Proposta de modelo para análise de Balço Social através de indicadores de performance baseados no Balanced Scorecard**. Disponível em: www.ethos.org.br. Acesso em: 08 mar. 2008.

GIFE Grupo de Institutos Fundações e Empresas: www.gife.org.br. Acesso em 03 mar. 2008.

GONÇALVES, E. Lima. (organizador). **Balço Social da empresa na América Latina**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1980. Tradução: Maria Aparecida de L. Gonçalves.

GUIMARÃES, Suzana. **Terceiro setor e responsabilidade social**. Porto Alegre: SEBRAE/RS, 2002.

IBASE - **Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas**: www.ibase.org.br. Acesso em 09 abr. 2008.

KRAEMER, Maria Elizabeth Pereira. **A Contabilidade Rumo à Pós-Modernidade: Um Futuro Sustentável, Responsável e Transparente**, IX Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul - 13 a 15 de agosto de 2003 Gramado RS.

LIMA, Helena Mara Oliveira; PINHEIRO, Hugo Macário de Brito. **A Responsabilidade Social da Contabilidade: Uma Proposta de Balço Social Aplicada ao Desenvolvimento Local**. Disponível em: www.biblioteca.sebrae.com.br. Acesso em: 10 mar. 2008.

LOBO, Maria da Conceição Mendonça; **Analista de Recursos Humanos e Membro do Comitê de Responsabilidade Social das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A Regional de Transmissão de Roraima CRR**. Entrevista em 08 abr. 2008.

MAGNAGO, Kersbyenne Marques; BORTOLINI, Tatiana Barcelos. **Balanco social: uma Análise do Modelo Adotado pela Aracruz Celulose S/A de 1997 à 2003**. Monografia de graduação. Espírito Santo: UFES, 2005.

MARQUES, José Augusto Veiga da Costa. **Análise Financeira das Empresas - Liquidez, retorno e criação de valor**. 1. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

MELO NETO, Francisco P. de; FROES, César. **Responsabilidade Social & Cidadania Corporativa - A Administração do Terceiro Setor**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

MELO NETO, Francisco P. de; FROES, César. **Gestão da Responsabilidade Social Corporativa: o caso brasileiro**. Rio de Janeiro: 2. Ed. Qualitymark, 2004.

PAIVA, Paulo Roberto de. **Contabilidade Ambiental - Evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção**. São Paulo: Ed. Atlas, 2003.

PEROTONI, Marco Antônio. **Balanco Social: Responsabilidade, Padronização e Obrigatoriedade**. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, n-134, p.51-57, mar./abr. 2000.

PIRES, Mirian Albert. **Balanco Social: Uma Análise das Empresas do Estado do Espírito Santo**. Monografia de graduação. Espírito Santo: UFES, 2002.

SEBRAE - **Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas**: www.sebrae.com.br. Acesso em 02 abr. 2008.

SILVA, Roberta Barbosa da; PIRES, Mirian Albert. **BALANÇO SOCIAL: uma análise do modelo adotado pela Companhia Siderúrgica de Tubarão de 1998 a 2004**. Disponível em: www.congressoeac.locaweb.com.br/artigos. Acesso em: 05 mar. 2008.

SILVA, Rosana Bentes da. Assistente Social das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A Regional de Transmissão de Roraima - CRR. Entrevista em 08 abr. 2008.

SOUZA, Herbert de. **Balanco Social nas Empresas Públicas**. Folha de São Paulo, 1997.

SUCUPIRA, João A. **Ética nas empresas e balanço social**. In: SILVA, César

Augusto Tibúrcio, FREIRE, Fátima de Souza (org.). **Balço social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balço Social uma Abordagem da Transparência e da Responsabilidade Pública das Organizações**. Editora Atlas São Paulo 2001.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. São Paulo: Ed. Atlas, 2004.

TORRES, Ciro. **Responsabilidade social das empresas (RSE) e balço social no Brasil**. In: SILVA, César Augusto Tibúrcio, FREIRE, Fátima de Souza (organizadores). Balço social: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2001.

TOURINHO, Juliana Gama dos Santos. **Responsabilidade Social Empresarial (RSE): Considerações no Capitalismo Contemporâneo**. Disponível em: www.frb.br. Acesso em: 08 mar. 2008.

VIEIRA FILHO, O. **Uma metodologia para elaboração do Balço Social da Eletronorte**. Trabalho final para o curso de MBA da Fundação Dom Cabral. Disponível em: www.balcosocial.org.br. Acesso em: 03 abr. 2008.

ARTIGO

**MEMÓRIAS SOBRE A TUBERCULOSE:
NARRATIVAS DE FAMILIARES E DE CURADORES**

RESUMO: Entre 1930 e 1960 a tuberculose, sob todas as suas formas, era a enfermidade que mais vítimas fazia em Pelotas (RS), chegando a acometer 1/3 de sua população. Esta situação não era específica da cidade, ocorrendo em várias outras regiões do Brasil e do mundo. Embora tenha sido um período extremamente importante para o tratamento da moléstia, com um grande avanço na terapêutica, a maioria dos doentes não conseguiu se beneficiar dos resultados trazidos pelas novas pesquisas e pela expansão do atendimento hospitalar. O presente artigo pretende analisar depoimentos de pessoas que tiveram envolvimento com a doença: familiares, médicos e uma visitadora sanitária. Neste sentido, além da pesquisa documental, trabalha-se com a metodologia da história oral temática, a qual será aqui priorizada.

Palavras-chave: Tuberculose. História Oral. Memória.

No ano de 2004 defendi, junto à PUCRS, tese que enfocou a história da tuberculose em Pelotas¹ e tinha como uma de suas preocupações verificar as transformações pelas quais a cidade havia passado, em fins do século XIX e início do XX, para combater a doença, tendo em vista o expressivo número de mortos por ela ocasionados.

^{*} Professora Doutora do Mestrado em Ciências Sociais da UFPel

¹ Segundo dados do Ministério da Saúde, atualmente a cidade de Pelotas continua sendo uma zona de alta incidência de tuberculose, constando na lista dos 315 municípios brasileiros que concentram 70% dos casos do país. Para maiores informações ver <http://portal.saude.gov.br>, último acesso em 30 de junho de 2008.

A tese, publicada em 2007, com o nome “O mal do século: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS) 1890-1930” apontou para o fato de que pouquíssimas modificações haviam se dado no espaço urbano, fruto das necessidades impostas pela moléstia. As alterações sanitárias efetuadas ocorreram em função de epidemias, como a febre tifóide, a varíola, a gripe espanhola, a peste bubônica, a difteria, já que estas causavam imensa preocupação junto à comunidade, mais amedrontada por aquilo que efetivamente desconhecia e não pela chamada “filha da casa”², a tuberculose.

Outras preocupações apareceram durante o trabalho, representadas na busca por uma espécie de caracterização do tuberculoso: idade, etnia, sexo, local de residência; uma discussão sobre os espaços de cuidado; um debate vinculado à conformação da cidade, que apontava para uma oposição entre vilas operárias e cortiços, além de uma análise sobre os vários processos de cura, publicizados pela imprensa local, que propagandeavam desde xaropes e elixires, até banhos de luz azul e vôos em aeroplanos³.

Quanto à caracterização do enfermo, através da análise de 4.512 registros hospitalares, que constavam nos Relatórios de Internamento da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, chegou-se à conclusão de que a doença infectou predominantemente homens brasileiros, naturais da zona urbana, jornaleiros, negros ou pardos, solteiros, que estavam justamente em sua fase mais produtiva, ou seja, possuíam entre 21 e 35 anos. A maior parte destas pessoas tinha em comum o fato de viver com escassos recursos financeiros, estando praticamente à margem da sociedade.

Como uma moléstia contagiosa, a tuberculose poderia atingir qualquer pessoa que tivesse contato com o bacilo, mas em fábricas insalubres e em casas deletérias, sua disseminação dava-se com maior facilidade.

² Como a tuberculose era a doença que causava os maiores índices de mortalidade, nos Relatórios sobre a saúde, apareciam expressões que, para atestar um bom estado sanitário na cidade, procuravam minimizar a importância da doença, como: “a tuberculose aqui, como em toda a parte”, “afora a tuberculose”, “a filha da casa”.

³ Arnaldo Jabor (2004, p. 46) no livro “Grandes amigos: pais e filhos”, conta que quando pegou coqueluche, seus pais o levaram para uma viagem em um avião bimotor a quatro mil metros de altura, “pois diziam que isso curava a tosse renitente”. É provável que a terapêutica estivesse assim relacionada a um dos sintomas da tuberculose, a tosse.

No que diz respeito aos espaços de cuidado, embora os hospitais tenham construído pavilhões específicos (como se verá adiante) durante o período analisado, a maioria dos adoentados permaneceu em enfermarias sem nenhum isolamento, não dispondo, na cidade, de alternativas ambulatoriais.

Ainda que tenha existido um debate sobre cortiços versus vilas proletárias, as administrações da cidade atuaram, sobretudo, através de demolições de casebres e da aplicação de multas àqueles que não dispunham de um lugar considerado esteticamente salubre. Muito mais do que preocupação com a construção de alternativas habitacionais à população mais pobre, a polícia sanitária⁴ atuava no que chamava de desmantelamento dos cortiços.

Com relação às terapêuticas e aos remédios que deveriam ser consumidos, os doentes não sabiam como proceder, até mesmo porque o acesso às novas propostas, muitas delas vindas do exterior, ficavam restritas a quem tinha condições de pagar por um tratamento alternativo, e esses eram muito poucos. A maioria tomava apenas xaropes e elixires, causadores de um alívio e de uma sensação de bem-estar imediatos.

O debate realizado na banca, no momento da defesa do trabalho, no entanto, expressou que seria interessante agregar depoimentos de pessoas envolvidas com a história da enfermidade, ainda que tivesse trabalhado com uma grande quantidade de fontes, existentes tanto em Pelotas quanto em Porto Alegre.

Pelo recuo de tempo da tese (1890-1930), optei por não analisar depoimentos de segunda, terceira ou quarta geração, mesmo que a história oral faça parte de minha trajetória, em trabalhos sobre os mais diferentes assuntos, como a imigração judaica e a discussão de gênero, por exemplo.

Instigada pelo tema, que certamente ainda tinha muito a oferecer, e também pela possibilidade metodológica, resolvi estudar as três décadas posteriores - 1930 a 1960 - período importantíssimo na conformação de um novo tipo de tratamento, que traria a cura a milhares de pessoas, através do

⁴ A Polícia Sanitária estava vinculada à Diretoria de Higiene do Estado, tendo por objetivo fundamental “[...] a prevenção e repressão dos abusos que possam comprometer a saúde pública ou individual”. *Jornal A Opinião Pública* de 18 de março de 1908, p. 1.

início da vacinação pela BCG (ainda na década de 1920), do desenvolvimento da técnica da abreugrafia e também pela descoberta da estreptomicina, a partir de 1944, por Selman Waksman, o que permitiu o combate a vários tipos de infecções, dentre elas a tuberculose. As novidades em termos de atos clínicos surgiram com a intensificação do uso do pneumotórax artificial⁵ e a cirurgia para a retirada de costelas, entre outros.

Nas décadas anteriores a 1930, na maior parte das vezes, aos doentes restava apenas esperar a morte, depois de descoberta a contaminação.

Surgia, assim, um novo projeto, em andamento desde o ano de 2006, no qual, além da análise das fontes escritas existentes em arquivos locais, priorizou-se a história oral temática (MEIHY; HOLANDA, 2007), a qual permitiu incorporar as memórias dos envolvidos com a enfermidade.

[...] Memória no sentido de fonte do passado no presente, como busca daquele tempo no agora, transcendendo a mera cronologia, mas como nas palavras de Walter Benjamin, 'como musa da narratividade, que se constrói na experiência de vida', possibilitando, assim, revisitar o passado no presente, 'restabelecer uma ligação com o passado, e que este possa ser salvo naquilo que tem de fundamental' (BORELLI, 1992: 81).

Até este momento foram entrevistadas seis pessoas: dois familiares, três médicos e uma visitadora sanitária.

Os médicos foram Naum Keiserman, nascido em 1917, em Porto Alegre, que atuou durante décadas no Departamento de Tisiologia do Centro de Saúde do Estado, em Pelotas; Saul Sokolovsky, nascido em 1927, que trabalhou nos hospitais da Santa Casa de Misericórdia e Beneficência Portuguesa e Carlos Karam, também nascido em 1927, que apesar de se dedicar a outra especialidade, conviveu com a moléstia durante toda a extensa trajetória. Por ter toda uma vida profissional dedicada à tuberculose, Naum foi aquele que mais dissertou sobre o tema.

Tanto a Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, quanto a Beneficência Portuguesa, tiveram alas específicas para os tuberculosos.

⁵O método, proposto pelo italiano Carlo Forlanini, consistia na introdução de gás azoto na pleura, do que resultaria a produção do pneumotórax artificial. Sua aplicação deveria ser absolutamente precisa.

Na Santa Casa o prédio, um misto de alvenaria, de pedra, tijolos e concreto armado, teve sua inauguração oficial no dia 8 de outubro de 1925, sendo composto de dois andares. O debate sobre a obra se iniciou, no entanto, em fins do século XIX.

Ainda que a maior parte dos enfermos, a partir desta data tenha passado a ser tratada em uma das salas da nova enfermaria, muitos doentes continuaram em enfermarias nas quais havia portadores de diferentes moléstias, tendo em vista que o número de leitos era muito inferior à demanda.

Na Beneficência Portuguesa de Pelotas, a discussão sobre a construção de uma ala de isolamento apareceu desde o ano de 1944. A obra foi inaugurada em 16 de setembro de 1951, na comemoração do 94º aniversário do Hospital, embora tenha começado a funcionar ainda no ano de 1946.

O prédio ficava em face à rua Uruguai, entre a casa de máquinas e o necrotério, recebendo o nome de Ala São Roque. No ano de 1967 foi inaugurado um outro setor denominado de Salão de Seção de Tisiologia.

Durante pesquisa em jornais apareceram referências também à Construção de um Sanatório em Pelotas, localizado nas Três Vendas, estrada do Retiro, chamado “Alice Velloso”. Embora não se destinasse de modo específico aos tuberculosos, possuía um pavilhão de isolamento, que segundo anúncio publicitário “[...] apresenta todas as condições que requer a higiene moderna para instalações desta natureza, tais como luz direta, ventilação, água ligada diretamente ao encanamento geral, revestimento adequado, piso de tijoleta” (*Jornal A Opinião Pública* de 5 de outubro de 1925, p 1).

Em 1934 foi criado o Sanatório Belém, em Porto Alegre, que iniciou suas atividades em 1940. A partir daquele ano, muitos pacientes do interior foram deslocados para a capital, a fim de se tratar.

Com relação aos familiares de pessoas acometidas por tuberculose, a busca tem sido mais difícil, tendo em vista que muitos envolvidos com a enfermidade não se dispõem a falar, colocando como obstáculo a dificuldade em rememorar histórias de tanto sofrimento e também o fato da presença ainda viva do estigma.

Para Goffman (1980:14) podem-se mencionar três tipos diferentes de estigmas. O primeiro se relaciona às deformidades físicas; o segundo, às

culpas construídas em virtude de atos individuais “percebidos como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade [...], vício, alcoolismo”. O terceiro vincula-se a traços transmitidos em face de uma mesma linhagem, capazes de “contaminar por igual todos os membros de uma família”. Note-se que a tuberculose pode ser pensada através das três formas de estigmas propostas pelo autor: o corpo de um tuberculoso revela marcas perceptíveis com o desenvolvimento da doença; ao mesmo tempo, no século XX, fundamentalmente, a tísica tanto foi vista como fruto de hábitos impróprios, como causada pela hereditariedade familiar.

Até o momento, como se disse, foram obtidos dois depoimentos de pessoas que tiveram algum tipo de ligação com a doença. O primeiro depoente, Luís Carlos André Pereira, nascido em 22 de agosto de 1911 e falecido recentemente, no dia 24 de abril de 2007, teve quatro familiares com tuberculose pulmonar: o pai, chamado Antônio André Pereira e três irmãos, Aires, Otávio e Cássio André Pereira. Todos foram cuidados por um médico humanitário, que também faleceu por tuberculose pulmonar, após passar quatro anos em tratamento num Sanatório de Minas Gerais. Seu nome era Armando Fagundes e, em jornais da época, aparece a dedicação integral deste profissional em minimizar o sofrimento daqueles que possuíam a tísica pulmonar.

A segunda entrevista aconteceu com Maria Araújo, nascida no dia 16 de março de 1940, que desvendou minuciosamente o universo familiar em que estava inserida, referindo-se prioritariamente à história do pai.

Maria contou que vários de seus familiares viviam todos juntos em uma casa com poucos cômodos e que ninguém, além do pai, se contaminou. Para ela, isto se deu em função de que:

O meu pai era muito cuidadoso, ele tinha o prato dele marcado, tinha uma colher, ele como era ferreiro, marcou praticamente a ferro e fogo, com uma cruz ali, que aquilo ali era dele e ele tinha a própria caneca, tudo o que era dele não se tocava. Ele era muito bom, não brigava com a gente por nada, só se mexesse nas coisas dele. Inclusive naquele tempo se usava muito lavar louça com bacia porque não tinha água encanada e ele tinha a bacia própria dele. A roupa dele, toalha, nada, nada se podia usar.

Em sua fala aparecem também práticas para manter o ambiente mais saudável:

Lá na casa da minha avó eles usavam muito de queimar eucalipto. Eles ferviam umas panelas de eucalipto e a gente sentia aquele cheiro forte que ficava dentro de casa. Botavam um fogareiro com água para ferver porque diziam que aquilo ali desinfetava ou ajudava a desinfetar. Eles ferviam e ficava aquele cheirinho dentro de casa, era coisa que a gente criança achava tudo engraçado, não é? Eu achava aquilo tão estranho. Por que estão fervendo essas ervas aí?

Embora em sua casa não tenha havido outra contaminação, uma tia e um primo também foram vítimas da doença.

Tanto na fala do senhor Luís quanto na de dona Maria, a hospitalização aparece como o último recurso.

Luís afirma que o pai “não chegou a ir para o hospital, porque sabia que a vida estava no fim. Não queria ir para o hospital. Ele queria morrer em casa”. Maria revela que a tia, após realizar uma intervenção cirúrgica, teve que permanecer internada, mas que “durou só um dia lá porque em casa era tudo feito com muito cuidado, tudo era muito agasalhado, aí ela chegou lá naquela enfermaria muito grande e sentiu muito a diferença e longe da família, naquela mesma noite, ela faleceu”.

Note-se que o número de falecimentos em casa era altíssimo, em termos de doenças em geral. No ano de 1920, por exemplo, foram 91,73% para o Estado do Rio Grande do Sul (Relatório de 1920, p. 532). Em se tratando de tuberculose, nas primeiras décadas do século XX, a internação era ainda mais rara, pois servia apenas para propiciar repouso ao enfermo e uma alimentação saudável e, por outro lado, poderia trazer graves conseqüências para a vida do paciente, uma vez que estar no hospital significaria não ter mais como esconder a doença.

Os três médicos entrevistados concentraram os seus olhares nos processos de tratamento para a enfermidade. Suas memórias vincularam-se prioritariamente aos seus ambientes de trabalho, ressaltando o caráter social da reconstrução das lembranças (HALBWACHS, 2004).

Suas narrativas estiveram ligadas mais fortemente à História de experiências, na medida em que mostraram “como pessoas ou grupos

efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas” (ALBERTI, 2004, p. 26).

Saul Sokolovsky e Carlos Karam não se dedicaram exclusivamente à doença, embora tenham convivido com ela, por estarem inseridos na rotina diária de hospitais, que recebiam pessoas com as mais diferentes necessidades.

Já Naum Keiserman dedicou grande parte de sua vida profissional à tisiologia, especialidade existente e importante, segundo ele, até o aparecimento dos antibióticos. “Com os antibióticos o tratamento da tuberculose passou para os clínicos gerais, não se ia mais aos especialistas, o clínico receitava o antibiótico e pronto”.

O médico, ao relatar como iniciou a sua atividade profissional, assim diz:

Formei-me em 1939. Em 1941 fui contratado pelo então Departamento Estadual de Saúde e designado para o setor de Tisiologia, no Centro de Saúde de Rio Grande. Recém casado, minha esposa era “visitadora sanitária”, e exercia sua atividade em Porto Alegre. Não havendo vaga em Rio Grande, foi ela transferida para Pelotas. Nos fins de semana eu ia à Pelotas. Esta situação durou pouco tempo. Ocorre que o tisiologista que atuava em Pelotas, Dr. Assunção Osório, transferiu residência para o Rio de Janeiro, proporcionando minha transferência para Pelotas. Exerci minha atividade nessa cidade até 1966 quando fui aposentado. Houve um intervalo de 1943 a 1945, quando fui convocado no período da 2ª Guerra Mundial.

Sobre a sua formação acadêmica, Naum explicita como esta se deu:

Para trabalhar em tisiologia eu me preparei com alguns cursos: fiz um curso oferecido pelo próprio Departamento Estadual de Saúde, fiz um estágio no Hospital Sanatório Belém, na época destinado a pacientes com tuberculose. Lá trabalhavam os professores Cezar Ávila e Eliseu Paglioli, entre outros. Em Montevidéu fiz curso de broncoscopia com o Dr. Chevalier Jackson, americano que lá se encontrava para este fim. Em Córdoba, Argentina, fiz curso de Cirurgia Torácica. No Rio de Janeiro, acompanhei cirurgia de tórax com Jesse Teixeira.

Em sua entrevista, o que mais se acentuam são os procedimentos realizados por ele e seus colegas, na Beneficência Portuguesa de Pelotas, com o objetivo de oferecer algum tratamento à tuberculose.

Um das práticas mais utilizadas foi o pneumotórax, o qual descreve da seguinte maneira:

O pulmão é revestido por um tecido chamado pleura, então são duas pleuras, a parietal que forra o tórax e a pleura visceral que encobre o pulmão. Quanto o pulmão respira, essas duas pleuras deslizam uma na outra, enche o tórax, se faz o vácuo entre as duas pleuras e esse vácuo, auxiliado pela expiração, expande o pulmão. Quando se introduziu o pneumotórax a idéia era fazer com que as lesões, principalmente as cavernas, sofressem um colapso. A tendência normal do pulmão é retrair, não retrai porque tem o vácuo entre as pleuras, então se introduzir ar entre a pleura parietal e a pleura visceral, essa camada de ar faz com que o pulmão tenha um colapso, e a idéia é fazer com que com esse colapso, a caverna, que é uma escavação, tenda a se fechar e fazer a cicatrização de uma parede para outra, então se fazia a injeção de ar entre as duas pleuras, isso era o que eu fazia.

Como o tratamento era controverso, o médico não negou os riscos do procedimento, ao abordar a enorme precisão necessária para introduzir a agulha exatamente no espaço entre as duas pleuras. Várias complicações poderiam acontecer, como ele mesmo lembra: “[...] na hora da realização da prática a injeção pegar alguma veia, alguma artéria do tecido. Outro problema é que às vezes, com a irritação da pleura, acontecia um derrame pleural, formando um líquido dentro da cavidade torácica. [...] Eu tive casos de estar no consultório fazendo isso e de repente dar uma embolia no paciente”.

Keiserman conta também sobre a ressecção de costelas aprendida por ele em um grande centro de tratamento da tuberculose na Argentina, em Córdoba e sobre o que chamavam de “pneumotórax extra pleural cirúrgico”, que consistia em se retirar uma costela e fazer o descolamento da pleura parietal, “de maneira a descolar a pleura da parede e abrir um espaço e depois injetar ar nesse espaço. Era uma terapêutica que se fazia em último caso, porque era difícil manter essa camada de ar”.

Outro tratamento aplicado eram as injeções de ar no abdômen, utilizado quando a lesão do pulmão era em sua base. O ar elevava o diafragma e produzia uma espécie de colapso pulmonar.

Questionado sobre uma prática, a plumbagem, sobre a qual os dois outros médicos haviam comentado, fala também sobre ela dizendo nunca tê-la

executado, mas que existia. “Para se fazer o deslocamento do pulmão, em vez de se fazer o pneumotórax, se colocava bolinhas de ping-pong, no espaço entre a pleura visceral e o tórax”.

Saul Sokolovsky comenta sobre esta técnica, afirmando que os médicos colocavam bolinhas de ping-pong simplesmente esterilizadas e colabavam o pulmão. “Eu me lembro que depois até nós víamos as bolinhas nas radiografias, dependendo do tamanho da lesão”.

É interessante o fato de que Naum Keiserman veio para Pelotas a fim de acompanhar sua esposa, recém nomeada pelo Estado como visitadora sanitária.

A profissão delas era visitar os pacientes e ensinar a fazer o isolamento, como cuidar para não transmitir a doença, tinha que ter seus talheres, copos, pratos, tudo separado. [...] Todo o médico que atende a doentes com doenças contagiosas é obrigado a notificar a Secretaria de Saúde, para a mesma tomar conhecimento de quantos doentes tinha e providenciar o que era necessário. A visitadora tomava conhecimento de cada doente que era tuberculoso e ia à casa desse doente ensinar como fazer o isolamento domiciliar. Outra função importante da visitadora era aplicar a vacinação BCG, nos recém nascidos.

Clara, nascida em 24 de novembro de 1916 em Cruz Alta, fez parte de um grupo de pessoas preparadas, a partir da década de 1920 no Brasil, para visitar os pacientes mais necessitados, repassando-lhes, principalmente, conselhos higiênicos.

Nos cursos para visitadoras eram abordados temas como anatomia e fisiologia, microbiologia, higiene individual, princípios de Medicina, cirurgia, obstetrícia, pediatria, matéria médica dietética e ética profissional, como relatou Clara.

Segundo PEREIRA NETTO (1997:125) “[...] o cuidado com os doentes remonta à Antigüidade, quando a atividade da enfermeira estava vinculada às obrigações domésticas e femininas”, assim vamos encontrar cuidadoras em todos os períodos da História, ainda que a chamada enfermagem moderna tenha como marco o ano de 1860, quando Florence Nightingale criou uma escola de enfermeiras em Londres.

Em Pelotas, as mulheres que cuidaram de doentes, as assistentes dos médicos, como eram chamadas, são encontradas com frequência quando

estudamos a história da Santa Casa de Misericórdia, e eram, quase em sua totalidade, vinculadas a ordens religiosas.

No Brasil, somente a partir do século XX⁶, se começaria a exigir uma formação maior para as enfermeiras e as visitadoras⁷, do que aquela considerada inata a todas as mulheres, ou seja, o ato de cuidar, de se preocupar com o outro, de ser solidária.

Clara conta que fez um curso ministrado pela professora Isaura Barbosa Lima, vinda do Rio de Janeiro:

O serviço era feito assim: as parteiras eram obrigadas a notificar os nascimentos. Pelotas foi dividida em cinco zonas, cada uma tinha que cuidar de uma delas (éramos em cinco), então quando a parteira notificava o nascimento, a educadora ia até a casa oferecer a vacina BCG. Nós introduzimos em Pelotas a vacina BCG, de modo que era assim, uma campanha de informação e às vezes até de insistência, porque em seguida dizíamos que era para imunizar contra a tuberculose e tinha aceitação.

As visitadoras tinham que realizar todas as vacinas: contra a varíola, a difteria, a tuberculose e dar conselhos de higiene infantil. Clara revela ter atendido casos de doenças crônicas e contagiosas, inclusive situações de lepra. Com relação à tuberculose, diz que as principais medidas ensinadas eram:

Dávamos conselhos sobre a higiene que deveriam ter, encaminhávamos a exames, os comunicantes, como se chamavam as pessoas da casa. Eram todos encaminhados para bater raio X. E falávamos sobre a separação. Não dormir na mesma cama, separar os objetos e o tuberculoso nunca escarrar dentro de casa ou fora de casa, mas sim no banheiro e não falar muito perto das outras pessoas. Os objetos também, tudo era separado.

⁶ Em 27 de setembro de 1890 foi criada, pelo decreto n. 791, a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras na cidade do Rio de Janeiro, no Hospital de Alienados. Foi somente em fins de 1921 e início de 1922, que chegou ao Brasil um grupo de enfermeiras norte-americanas e canadenses, chefiadas por Ethel Parsons, que pretendeu mudar o perfil destes profissionais (Reinaldo e Rocha, 2002:37).

⁷ Rosen (1994, p. 291) faz uma distinção entre o trabalho das enfermeiras e das visitadoras, dizendo que em algumas vezes suas funções se equivaliam, mas que foram buscados modelos diversos para a formação das visitadoras, como preparar pessoas da própria comunidade ou treinar mulheres com um nível de instrução maior, como o projeto realizado no Brasil, na maioria das grandes cidades.

Em seu depoimento aparece que o acesso aos adoentados estava restrito aos mais pobres.

Só os doentes que se tratavam no Centro de Saúde eram visitados, porque os médicos não notificavam os casos que eles atendiam nos consultórios. Muitos doentes negavam que tivessem a doença e a visitadora indo até a casa, ficava conhecido o fato dele ter a tuberculose.

As visitas geralmente eram feitas uma vez por mês (com exceção da difteria ou tifo), nestes encontros se conversava sobre procedimentos cotidianos.

A maioria era pobre, não se podia dizer que comessem o que era próprio para eles, não é? Eram muito pobres... Mas a cozinha dietética tinha uma mamadeira que se fazia e se entregava para a mãe. A mãe não podia alimentar a criança no peito, ela era fichada no Centro de Saúde e ia uma vez por mês consultar com o pediatra e, conforme a idade, iria mudando a alimentação. [...] Com um ano elas já tinham o leite engrossado com maisena, era a área da nossa dietética onde tinha muita criança. Quando eram muito pobres nem se falava em alimentação. Não dava para falar, não é?

Fica clara a contradição existente entre o discurso médico e dietético e a dura realidade econômica vivida pela maioria da população, que fazia com que os profissionais aconselhassem preceitos que dificilmente as pessoas poderiam seguir, já que eram muito pobres.

Quando foi perguntada sobre se teria medo de ser contaminada por alguma doença, assim respondeu:

Não, nós usávamos uniforme e quando chegávamos em casa a primeira coisa era tirar o uniforme no banheiro. O uniforme era um vestido azul marinho de seda, manga comprida, punhos brancos e gola branca. De longe as pessoas já sabiam que a educadora vinha vindo. E usávamos uma maleta na qual havia álcool, a vacina BCG, outras vacinas e uma toalhinha e sabonete, porque se a gente quisesse licença para lavar as mãos não tinha problema, a gente podia.

Note-se que para ela, o uniforme funcionava como uma espécie de escudo protetor contra as enfermidades, assim como um sinal de distinção, reconhecido pela sociedade.

Clara, ao final da entrevista, avalia o seu trabalho como muito gratificante. A sua única preocupação era quando devia convencer⁸ alguma pessoa a se recolher em um leprosário ou um sanatório, afastando-se de sua família. “Até hoje eu tenho remorso porque eu não sei como é que foram tratados. Quando eu encaminhava alguém, tuberculosos também, eu ficava depois com um remorso tremendo”, conclui.

A visitadora sanitária, ainda que demonstre conhecer vários procedimentos adotados em hospitais e dispensários, não parece muito segura sobre o resultado que estes poderiam ter com relação à cura do enfermo ou ao prolongamento de sua vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa, que foi iniciada em 2006, tem ainda caminhos a percorrer, haja vista o grande volume de fontes escritas disponíveis, além das fontes orais, buscadas, sobretudo, junto aos familiares envolvidos com a tuberculose.

Neste artigo, no entanto, optei por apresentar as narrativas de dois familiares de enfermos, cujos relatos vinculam-se ao cotidiano, além de destacar as histórias do casal Keiserman, que permitem analisar algumas questões importantes, na conformação da trajetória da tuberculose-doença e, por que não dizer, da saúde como um todo.

Em primeiro lugar, chama a atenção o respeito e a complementaridade que os dois percebem em suas profissões, que tinham e ainda têm status bastante diferenciados. É importante salientar que a imprensa da época era pródiga em discussões sobre quais seriam os papéis dos médicos e de seus auxiliares, dentre eles as enfermeiras, que para a maioria deveria se submeter ao conhecimento mais qualificado dos “doutores” (PEREIRA NETTO, 1997:131).

⁸ Os positivistas criticavam o que chamavam neste momento de despotismo sanitário e que era entendido por eles, entre outras coisas, como uma perseguição aos mais pobres com relação ao cuidado que estes deveriam ter com relação aos seus corpos. Neste sentido, foram contrários à utilização de mulheres para a função de visitadoras sanitárias. As mulheres eram consideradas por eles como anjos protetores dos homens, sendo a salvaguarda moral da espécie (PEZAT, 2007), assim os positivistas afirmavam que “uma inquisição tão bem disposta não poderia dispensar espionagem. Não é estranhável, mas é doloroso, que eles se tenham lembrado da mulher para esse ofício” (Folheto da Capela Positivista, O Código Negro, 1921, p. 7).

Hoje este tipo de discussão em periódicos é presente em momentos bem demarcados, contudo sabemos que enfermeiros, médicos e outros profissionais da saúde são tratados de forma bastante diferenciada, no que diz respeito ao poder que cada um possui, dentro de seu espaço de trabalho. Um destes momentos de debate se relacionou a uma polêmica recente, que envolveu a definição do Ato Médico, através do PLS nº 25/2002⁹. Enfermeiros, psicólogos, fisioterapeutas, nutricionistas e outros profissionais se insurgiram contra o que definiram como uma reserva de mercado oferecida corporativamente aos médicos.

Um outro ponto que merece ser evidenciado se relaciona ao modo como as entrevistas foram realizadas. Quando colhemos o depoimento de Naum, ele procurava afirmar seu testemunho a partir das lembranças da companheira, o mesmo acontecendo quando dona Clara ofereceu-nos o seu depoimento.

Nestes encontros, era ressaltada a importância dos quadros sociais da memória, através, sobretudo, das relações familiares (HALBWACHS, 2004), embora também a idéia desenvolvida por CANDAU (2002: 64), que parte do pressuposto de que aquilo que os membros de um grupo mais compartilham é justamente o que esqueceram. “Sin dudas, la memoria colectiva es más la suma de los olvidos que la suma de los recuerdos pues, ante todo y esencialmente, éstos son el resultado de una elaboración individual, en tanto que aquéllos tienen en común, precisamente, el haber sido olvidados”.

Pode-se dizer isto tendo em vista que nas entrevistas do casal, tanto a afirmação de informações entre ambos, como também perguntas sobre nomes de pessoas ou procedimentos que eram adotados foram muitas vezes precedidas por frases como “o Naum pode explicar isto”, “a Clara talvez lembre do fato”.

O casal Keiserman, portanto, esteve completamente envolvido com a trajetória da moléstia na cidade, que matava em sua maioria os mais pobres. Aqueles que possuíam condições econômicas favoráveis iam para sanatórios em locais altos, nos quais imperava o descanso e a boa alimentação. Os

⁹ O PLS 25/2002 em seu artigo 1º assim diz: Ato médico é todo procedimento técnico-profissional praticado por médico habilitado e dirigido para: I a promoção primária definida como a promoção da saúde e a prevenção da ocorrência de enfermidades ou profilaxia; II a prevenção secundária definida como a prevenção da evolução das enfermidades ou execução de procedimentos diagnósticos ou terapêuticos e III a prevenção terciária, definida como a prevenção da invalidez ou reabilitação dos enfermos.

trabalhadores menos aquinhoados experimentavam práticas terapêuticas, cujo sucesso não tinha comprovação ou buscavam de todas as formas ocultar o mal que os consumia, mesmo que para isso tivessem que abreviar ainda mais as suas vidas.

Clara e Naum em suas décadas de atividade profissional e convivência diária em comum colecionam memórias, que contribuem para pensar em uma doença, que longe de ser apenas “um mal de século”, permanece viva na história de milhões de pessoas, em todo o mundo.

FONTES

- Entrevista realizada com a senhora Maria Araújo, no dia 2 de março de 2007. Acervo do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel (NDH).
- Entrevista realizada com o senhor Luís Carlos André Pereira, no dia 27 de novembro de 2006. Acervo do NDH.
- Entrevista realizada com o senhor Saul Sokolovsky, no dia 22 e fevereiro de 2007. Acervo do NDH.
- Entrevista realizada com o senhor Carlos Karam, no dia 27 de fevereiro de 2007. Acervo do NDH.
- Entrevista realizada com o senhor Naum Keiserman, no dia 2 de abril de 2007. Acervo do NDH.
- Jornal *A Opinião Pública* de 18 de março de 1908, p. 1.
- Jornal *A Opinião Pública* de 5 de outubro de 1925, p. 1.
- Folheto da Capela Positivista do Brasil. *O Código Negro: Alguns dados sobre os males da confusão dos dois poderes oferecidos ao Governo e ao Público.* Autoria Joaquim Bagueira Leal, 1921. Acervo do NDH
- Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protásio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 30 de agosto de 1920, II Volume, 1920. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d'A Federação, p. 532. Acervo da Biblioteca Pública Pelotense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. *Ouvir Contar*. Textos em História Oral. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.
- ERTOLLI FILHO, Cláudio. *História Social da Tuberculose e do Tuberculoso*. 1900-1950. São Paulo, 1993. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo.
- BORELLI, Sílvia. *Memória e Temporalidade*. Diálogo entre Walter Benjamin e Henri Bérgson. São Paulo: EDUC, 1992.
- CANAU, Joël. *Antropología de la memoria*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2002.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FERNANDES, Tânia (coord.). *Memória da Tuberculose: acervo de depoimentos*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ: Casa de Oswaldo Cruz/ Fundação Nacional de Saúde. Centro de Referência Prof. Hélio Fraga: Coordenação Nacional de Pneumologia Sanitária, 1993.
- GILL, Lorena Almeida. *O mal de século: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS) 1890-1930*. Pelotas: EDUCAT, 2007.
- GONÇALVES, Helen. *A visão do paciente*. Além da “Adesão” ao tratamento da tuberculose. Porto Alegre, 1998. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade do Rio Grande do Sul.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio da Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- HALBAWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.
- JABOR, Arnaldo. Meu pai foi um mistério em minha vida. In: CAMPOS, Carmen e SILVA, Nilson. *Grandes Amigos: Pais e Filhos*. São Paulo: Editora Panda, 2004, p. 44-48.
- MEIHY, José e HOLANDA, Fabíola. *História Oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.
- PEZAT, P. Carlos Torres Gonçalves e o sexo altruísta: a conversão feminina à Religião da Humanidade em Porto Alegre no início do século XX. Anos 90, Porto Alegre, v. 14, n. 25, p. 99-138, jul. 2007.
- PEREIRA NETO, André de Faria. *Palavras, gestos e intenções*. Os interesses

profissionais da elite médica. Congresso Nacional dos Práticos (1922). Rio de Janeiro, 1997. Tese (Doutorado), Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Instituto de Medicina Social.

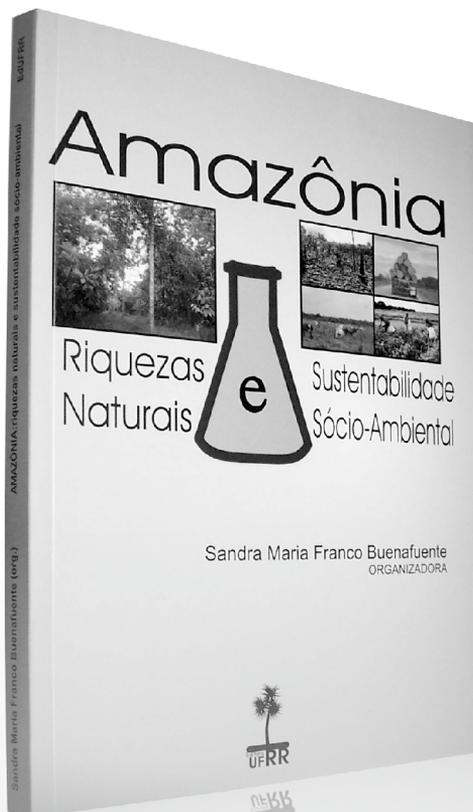
REVEL, Jacques e PETER, Jean-Pierre. O corpo: o homem doente e sua história. IN: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

REINALDO, A. M.S.; ROCHA, R. M. Visita domiciliar de Enfermagem em Saúde Pública: idéias para hoje e amanhã. *Revista Eletrônica de Enfermagem*. Vol. 4, n. 2, p. 36-41, 2002. Disponível em <http://www.fen.ufg.br>. Acesso em 12 de janeiro de 2008.

ROSEN, George. *Uma história da saúde pública*. São Paulo: Hucitec: Editora da UNESP; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1994.

SONTAG, Susan. *A doença como metáfora*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

SOURNIA, Jean- Charles e RUFFIE, Jacques. *As epidemias na História do Homem*. Porto: Edições 70, 1986.



AMAZÔNIA: RIQUEZAS NATURAIS E SUSTENTABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL

Organizado por Sandra Maria Buenafuente



ARTIGO

**NOTÍCIAS SOBRE JOAQUIM NABUCO,
OLIVEIRA LIMA E SALVADOR DE MENDONÇA**

RESUMO: Apresentamos a trajetória de três homens públicos da República brasileira na diplomacia e no jornalismo, bem como refletiremos a aproximação dos temas tratados por eles através dos conteúdos apresentados nos seus discursos. Nesse caso, consideram-se as diferenças de percepções relativas às circunstâncias políticas e sociais que viveram no Brasil e no exterior. Observamos também suas idéias sobre o regime republicano e o continente americano em relação aos Estados Unidos. O artigo busca o itinerário de Joaquim Nabuco, Oliveira Lima e Salvador de Mendonça em fases distintas de suas biografias e da história contemporânea do Brasil para cumprir esse objetivo.

Palavras-chave: Oliveira Lima; Joaquim Nabuco; Salvador de Mendonça.

INTRODUÇÃO

Joaquim Nabuco, Oliveira Lima e Salvador de Mendonça refletiram a história e a vida social brasileira publicando suas opiniões em livros e periódicos. Por isso, eles foram investigados nas décadas que antecederam a República e no período das administrações militares dos presidentes Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, bem como nos quadriênios dos governos civis de Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves e Affonso Pena.

*Doutor em História pela Universidade de Brasília UnB.
Professor Adjunto da Universidade Federal de Roraima UFRR.

Entendemos que essas trajetórias dão notícias da atuação no serviço diplomático¹ desses regimes e informam suas posições políticas por meio dos títulos publicados nos jornais e panfletos da época. Os debates produzidos nesses indicam a inserção do país no denominado mundo civilizado² através do fim do trabalho servil e da inauguração da República brasileira.

A tarefa foi cumprida com consultas a autobiografias e biografias desses pensadores e, depois, por seu cruzamento, de modo a produzir um painel de dados confiável. Informamos, também, a opção de contemplar períodos anteriores à vida diplomática e política desses pensadores.

A redação do artigo aborda temas anteriores à década de 1870 quando esses três homens públicos iniciam na diplomacia e na política³. Comentaremos as atividades desenvolvidas, locais visitados e pessoas que tiveram contato com Lima, Mendonça e Nabuco. Essa escolha corroborou na identificação de ambientes onde formaram opiniões e as manifestaram. Colégios, faculdades e jornais - acadêmicos e profissionais, foram citados de modo a promover reflexões sobre coincidências entre preocupações e temas que os abalaram. Neste caso, títulos de artigos, de periódicos e informações autobiográficas e biográficas permitiram inferir distâncias e proximidades de suas compreensões da política doméstica e das relações internacionais durante a Monarquia e a República. Outrossim, os três pensadores manifestaram uma preocupação comum expressa por concepções, às vezes antagônicas, da inserção brasileira no continente americano e republicano, como também da participação deste país no mundo ocidental.

Essa preocupação revela expressões idealizadas por uma mesma geração que se batia para responder a novos problemas de ordem política e

¹ Importante esclarecer que Joaquim Nabuco e Salvador de Mendonça trabalharam no serviço diplomático da Monarquia e da República. Oliveira Lima atuou somente no último.

² O termo civilizado refere-se aos padrões de conduta e vida européias, em especial a francesa. Nesse tempo, os Estados Unidos começam a encantar por conta da sua industrialização. Admiti-se, igualmente, sua importância militar e política no continente americano expressa pela doutrina de Monroe.

³ Joaquim Nabuco e Salvador de Mendonça se iniciam nesta década. Oliveira Lima começou na década de 1890.

social. Geração configura grupos unidos por laços sociais que os organizam em torno de idades e/ou identidades⁴, sendo a geração fundada no mesmo processo histórico social. Desse modo, os membros dos grupos observam o mundo por meio de referenciais comuns sem perder particularidades de pensamento (Mannheim, s/d). Lima, Mendonça e Nabuco possuíram esses laços porque conviveram na diplomacia e foram colegas nas letras. Eles escreveram na Revista Americana e Brasileira. Esta última antecedeu e gerou a Academia Brasileira de Letras - ABL⁵. Além do que suas biografias, quando não se encontram, apontam semelhanças concernentes a costumes e práticas.

No tocante à noção de geração, comentamos as observações de Oliveira Lima sobre seu encontro com José Veríssimo e Machado de Assis promovido por Carlos de Carvalho. Lima esteve no Brasil assim que terminara sua missão em Berlim no ano de 1895. Ele estava convencido a ingressar na política, mas Carvalho o declinou da intenção promovendo-o a Primeiro Secretário nos Estados Unidos. A promoção o levou a trabalhar com Salvador de Mendonça no ano seguinte. Carvalho também apresentou Lima a Veríssimo e a Assis. O primeiro era o editor da Revista Brasileira e o último o ícone da intelectualidade brasileira. Vale salientar que essa Revista gerou a Academia Brasileira de Letras, bem como as pessoas apresentadas foram membros fundadores desta organização. O grupo estava afinado no propósito de construir uma áurea de puritanismo acadêmico para o regime que se firmava.

JOAQUIM NABUCO E SALVADOR DE MENDONÇA: ENCONTROS ACADÊMICOS E NO JORNALISMO

Joaquim Nabuco e Salvador de Mendonça se encontraram em duas situações antes de ingressarem na vida diplomática. A primeira se deu no

⁴ O conceito de identidade não é consensual, contudo, sua discussão exige a construção de outro artigo. Desse modo, preferimos comentar que seu uso, no texto, refere-se ao que Maria Lúcia Montes denomina de Visão Relacional. Grosso modo, concebe-se identidade como uma construção cultural que depende de duas categorias de análise, a alteridade e a relacional. Por exemplo: um indivíduo qualquer se reconhece na oposição a outros, de modo a ter-se dinâmica e fluidez no conceito.

⁵ Sérgio Miceli comenta a geração de 1870 e suas edificações, como a Academia Brasileira de Letras, a qual se tornou importante centro de produção intelectual e de consagração. As principais editoras mantinham-se nas esferas de influência da Academia, bem como essa possuía relações com a máquina por meio de homens públicos de relevo.

Imperial Colégio de Pedro II e a última na Faculdade de Direito de São Paulo. Na primeira, Mendonça foi professor de Nabuco. Na outra, os dois foram colegas de curso e de letras. Nesse ínterim, Oliveira Lima nasceria em Pernambuco, mais precisamente no Recife, para, em 1873, seguir com a família em direção a Lisboa. Nesse sentido, exploramos as biografias desses pensadores para encontrá-los em atividade nos momentos em que o Brasil vivia transformações profundas.

A biografia de Salvador de Meneses Drummond Furtado de Mendonça se diferencia das demais em função da idade⁶, pois antecedia em oito anos a Joaquim Nabuco e vinte seis a Oliveira Lima. Mas Mendonça os encontrará na legação⁷ dos Estados Unidos, em tempos distintos, e Nabuco na carreira jornalística. Além do que, outra característica comum foi a primeira educação que receberam no interior das casas de suas famílias. A mãe de Mendonça, Amália de Meneses Drummond, o iniciou nos estudos de desenho, línguas e música, fazendo-o sair de Itaboraí para estudar na Corte em 1851.

Salvador de Mendonça seguiu para o colégio Marinho, onde teve como colega Sizenando Nabuco, irmão mais velho de Joaquim Nabuco. Depois foi matriculado no colégio Curiácio, dirigido pelo barão de Tautphoeus. Nesse, Mendonça se destacou enquanto discente, pois, concluído seus preparatórios, recebeu a honra de ser levado à presença de Pedro II (MENDONÇA, 1960). Situação que indicava reconhecimento público da distinção e mérito conferidos ao aluno. A distinção o encorajou, pois apresentou seu primeiro ensaio literário, uma adaptação de *O bobo*, de Herculano, para o teatro em 1858. No ano anterior, Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo ingressava no colégio Curiácio porque Ana Rosa Falcão de Carvalho, sua madrinha, havia falecido.

Joaquim Nabuco deixou o Engenho Massangana onde foi criado desde 1849, ano de seu nascimento (Daghlian, 1988). O engenho era de propriedade de seus padrinhos e lá fora criado porque seus pais, o então deputado José Tomás Nabuco de Araújo e Ana Benigna de Sá Barreto, compreenderam ser o

⁶ Salvador de Mendonça nasceu na vila de Itaboraí, Rio de Janeiro, a 21 de julho de 1841.

⁷ Termo largamente utilizado por intelectuais que assumiram funções diplomáticas, indicando uma representação diplomática de categoria inferior à embaixada. Vale salientar que a embaixada do Brasil em Washington foi criada somente em 1905, tendo Joaquim Nabuco como primeiro embaixador. Nabuco apresentou suas credenciais ao presidente estadunidense Teodoro Roosevelt em 25 de maio daquele ano.

melhor para sua formação. Em Massangana, a criança teve toda sua instrução primária. O jovem receberia a complementação no Rio de Janeiro, junto aos pais, no colégio Curiácio e Imperial Colégio Pedro II. Do primeiro, Salvador de Mendonça deixou de ser membro em 1859.

Mendonça seguiu para São Paulo onde se matriculou na Faculdade de Direito, tendo por colegas Campos Sales e Prudente de Moraes, futuros presidentes do Brasil. Ele dividiu espaço na Gironda com Teófilo Ottoni Filho. Entenda-se Gironda como sendo uma república que abrigava membros do partido liberal e, por isso, tratada com muitas reservas e redobrada vigilância pelas elites da cidade. Situação que não assustou Mendonça, posto se iniciar no jornalismo em um período de grande inspiração. Ele publicou o poema *Singairu* na Revista Mensal do Ensaio Filosófico Paulistano. Escreveu para outros jornais, como o periódico acadêmico O Caleidoscópio, do Instituto Acadêmico Paulistano, no qual publicou a comédia-drama de 5 atos e 7 quadros intitulada *O romance de um moço rico*. Na Revista Popular da Corte se apresentou como crítico, anunciando as *Flores Silvestres* de Bittencourt Sampaio.

Salvador de Mendonça também atuou no jornalismo não acadêmico. Com o pseudônimo de Tacitus escreveu a sessão teatros da Corte, na Revista Dramática, e contribuiu com a Revista Mensal. Mendonça e Teófilo Ottoni Filho fundaram o jornal A Legenda, concebido pelos estudantes da Gironda. Esse dava atenção a temas políticos, com tônica liberal. O periódico aparecia nos dias 1, 11 e 21 de cada mês do ano de 1860. Mas, no final daquele ano, Mendonça interrompeu seus estudos e retornou para o Rio de Janeiro, quando se viu arrimo de uma família de oito irmãos e, para sustentá-la, foi obrigado a trabalhar no jornalismo profissional e no magistério particular. No jornalismo, participou da redação do Diário do Rio de Janeiro que tinha Joaquim Saldanha Marinho como redator-chefe. Saldanha Marinho, à época, defendia a Monarquia representativa. No magistério, ingressou como professor no colégio Curiácio e se casou com Amélia Clemência Lúcia Luísa de Lemos, em 1861.

Apesar do magistério, Salvador de Mendonça teve atuação marcante no jornalismo, fortalecendo sua presença nos jornais. Escreveu no Jornal do Comércio e no Correio Mercantil. No primeiro fazia crítica musical e no último

compunha a Semana Lírica. Mendonça, contudo, insistia na produção teatral. Ele criou a peça *A herança* e apresentou a tragédia lírica *Joana de Flandres*, cujo libreto se destinava à Carlos Gomes para ser musicado. O período que se iniciou em 1864 e terminou no ano de 1870, guardou muitos eventos que mudaram a paisagem política e social brasileira, bem como a vida pessoal de Salvador de Mendonça. Em 1864, começou a Guerra da Tríplice Aliança, a qual comprometeu diversas instituições monárquicas, inclusive a Monarquia. Em uma perspectiva individual, Mendonça foi incorporado pela primeira vez a um corpo de redatores efetivos, o do jornal liberal *Atualidade*, de propriedade de Luís Barbosa e Flávio Farnese. Algo inédito em sua carreira até então.

Sua vida social se tornou mais dinâmica no salão de Carlota de Melo Matos, onde estabeleceu contatos com pessoas influentes da Monarquia, assim como afetou também sua atividade como professor, posto que em 1865 assumiu a cadeira de História do Brasil no Imperial Colégio de Pedro II. Substituindo Joaquim Manuel de Macedo, que o indicou pessoalmente para a regência. Teve como alunos os bacharelados do sétimo ano, dentre os quais Jaguaribe, Joaquim Nabuco, Luís Betim, Moncorvo, Moreira Pinto, Rodrigues Alves e Vieira Fazenda.

Mendonça, que também se encontrava embebido do sentimento patriótico promovido pela Guerra da Tríplice Aliança, compôs um hino, logo que declarada a Guerra, com música de Carlos Gomes. Tendo a colaboração do padre Antonio Álvares Guedes Vaz e Vítor Dias, apresentou o primeiro volume de uma obra que deveria ser maior, os *Apontamentos Biográficos para a História das Campanhas do Uruguai e do Paraguai desde 1864*. Os demais volumes não vêm a lume. No plano da política doméstica, com o pseudônimo de Demófilo, publicou o folheto *Regeneração*.

Mas o jornalista e o professor cederam lugar ao estudante. Mendonça retornou a província de São Paulo para concluir seu curso de Direito, em 1867. Ele se deparou com uma província inquieta, onde se discutia temas como abolição e república no meio acadêmico. Debates que transcendiam a faculdade e alcançavam outros veículos como a literatura e a política. Lá reencontrou Joaquim Nabuco, figura de destaque na imprensa e tribuna acadêmica. A chegada de Mendonça a São Paulo deu-se ao mesmo tempo da

fundação do jornal A Tribuna Liberal, de Nabuco. Dessa feita, ex-aluno e ex-professor tornaram-se redatores do periódico, que tinha a participação de outros estudantes, como Clímaco Cesarino, Ferreira Braga, Leôncio de Carvalho, Martim Cabral, Monteiro de Barros e Pereira de Campos.

Naquele mesmo ano, a 25 de dezembro, Oliveira Lima nascia na cidade natal de Joaquim Nabuco - Recife. Lima era filho do comerciante português Luís de Oliveira Lima e da brasileira Maria Benedita de Oliveira Lima. Sua primeira educação também foi feita no seio da família. A diferença está na complementação, toda ela desenvolvida em Lisboa para onde seguiu em 1873. Anos depois, Salvador de Mendonça comentará a data de nascimento de Lima ao recepcioná-lo na Academia Brasileira de Letras - ABL. Antes disso, porém, Salvador de Mendonça permaneceria mais algum tempo, coisa de meses, na Tribuna.

Com a situação liberal na política, apoiada pelo gabinete comandado por Zacarias de Góes e Vasconcelos, ele recebeu dois convites. O primeiro deles feito pelo conselheiro José Bonifácio; conselheiro Martim Francisco; conselheiro Silva Carrão e pelos senhores José Maria de Andrada e Ferreira Menezes. Mendonça dirigirá o jornal Ipiranga, o qual Joaquim Nabuco criticou nas folhas do seu jornal (MENDONÇA, 1960). O segundo convite foi feito por Saldanha Marinho que substituíra José Tavares Bastos na presidência da província de São Paulo. Marinho escolheu Mendonça para seu secretário particular.

Mas a roda da fortuna de Salvador de Mendonça seria alterada para pior, com a Crise de 68. Nela ocorreu a queda do ministério de 3 de agosto, de formação liberal, e ascensão do gabinete conservador de 16 de julho, comandado pelo visconde de Itaboraí, a quem coube a responsabilidade de organizá-lo. Tarefa árdua posto a dissolução de o ministério liberal ter sido traumática.

O processo de dissolução começou no dia 17 de julho, com a votação de uma moção justificatória na Câmara dos Deputados. O resultado da votação foi humilhante, tendo os apoiadores da moção 85 votos contra 10 de seus oponentes. Os ânimos dos parlamentares se alteraram e acusações severas foram feitas aos conservadores. José Bonifácio o moço, criticou a moção e afirmou que a ascensão conservadora ofendia a ordem institucional, bem como

os novos ministros seriam pessoas importunas que pediriam auxílio em casa de estranhos. Apesar da animosidade, o conselho de Estado se reuniu, em sessão especial de 18, e fez publicar no dia seguinte, um domingo, o decreto de dissolução daquele ministério.

O medo da reação liberal fez a semana posterior iniciar com ares de golpe de Estado, tendo-se concentrado no Paço grande quantidade de tropa armada. Os liberais não reagiram como se esperava, mas deram voz a sua indignação. Na província de São Paulo, Saldanha Marinho renunciava à presidência e afirmava ser a ascensão do ministério conservador um estelionato político. Marinho deu início a sua mudança para a seara republicana. Na mesma cidade, na Faculdade de Direito, Joaquim Nabuco proferiu o discurso da recepção de José Bonifácio o moço, um dos políticos que reagiu mais tenazmente aos conservadores. Além do que, o fato não passou despercebido aos observadores internacionais. No jornal *Anglo-Brazilian Times*, o irlandês Willim Scully publicou o artigo *Primeira Espada do Império*. Os argumentos de Scully estavam em consonância com o dos liberais brasileiros, pois supunha a existência de algo de insólito e de mau agouro para a Monarquia. O plenipotenciário norte-americano James Watson Webb, em despacho para o Secretário de Estado em Washington, afirmou está próxima a queda da única Monarquia do hemisfério.

A mudança de Gabinetes desnudou, igualmente, incorreções da Monarquia brasileira que o discurso oficial disfarçava. Ela era comentada, pelos áulicos, como preferível às Repúblicas sul-americanas porque possuía estabilidade administrativa. Acreditava-se que essas Repúblicas viviam amotinadas e amedrontadas por medo de assalto ao poder. Mas a alteração da situação liberal, para uma conservadora, mostrou a fragilidade do discurso áulico.

A substituição do governo implicou em demissões e remoções de empregados públicos, como ocorria nos países de língua espanhola. O barão de Itaúna exemplifica o argumento esboçado, pois nomeado presidente de São Paulo a 25 de julho de 1868, teve sucessor a 30 de julho de 1869. Mas o barão ocupou o posto entre 27 de agosto e 24 de abril de 1869, de modo a preparar o pleito que resultou na câmara unânime reclamada pelo novo governo conservador. Ao sair, Itaúna preteriu os primeiro e segundo vice-

presidentes, deixando o terceiro, que pertencia à ala dos conservadores que mais se afeiçoava. Talvez por isso, Salvador de Mendonça tenha escrito e não publicado a composição da *História da Regência - ensaio de regime democrático no Brasil*.

Passaram as conturbações com a mudança de gabinetes, mas os problemas do sistema de representação foram evidenciados e largamente discutidos. Criticava-se duramente o poder moderador, com a diferença de se ter o monarca na qualidade de manipulador do jogo político. De igual modo, debateram-se acaloradamente as contradições do regime monárquico, refletindo-se oposições teóricas como a do princípio moderno da soberania popular e o da sanção divina; um sistema nominalmente representativo e a carência de verdadeira representação e um regime aristocrático e a ausência de aristocracias tradicionais.

Nesse momento, Salvador de Mendonça e Joaquim Nabuco encontraram-se no Rio de Janeiro. O primeiro trabalhava no escritório de advocacia de Saldanha Marinho, do qual sairia para se associar ao também advogado João de Cerqueira Lima. Na política, porém, Marinho e Mendonça estavam juntos. Eles ajudaram a criar o clube republicano na capital do Império e participaram da publicação do Manifesto de 70, no qual Mendonça escreveu o capítulo A verdade democrática. Eles ainda corroboraram na fundação do partido republicano e do jornal A República. Neste, Salvador de Mendonça participou até seu encerramento em 1874, quando passou a redigir no O Globo, de Quintino Bocaiúva.

Joaquim Nabuco, formado pela Faculdade de Direito de Pernambuco, retornou ao Rio de Janeiro para trabalhar no escritório de advocacia de seu pai. Mas preferiu o jornalismo e a literatura. Escreveu no jornal liberal Reforma e publicou *Camões e os Lusíadas*, um ensaio literário e *Amour et Dieu*, um livro de poesias; este quando do seu passeio pela Europa, em 1873. No ano seguinte, repleto de cosmopolitismo, se bateu com José de Alencar nas páginas de O Globo, chegando a proferir provocações pessoais ao romancista.

Apesar das diferenças de opinião sobre a Monarquia, Salvador de Mendonça e Joaquim Nabuco ingressaram em anos próximos no serviço diplomático brasileiro. O primeiro em 1875, como Cônsul Privativo do Império

em Baltimore. Mas, com a morte de Luís Henrique Ferreira de Aguiar, o Cônsul-Geral, permaneceu na cidade de Nova York e assumiu interinamente a função. Nabuco ingressou no ano de 1876, nomeado adido nos Estados Unidos e se instalou em Nova York.

Nabuco, no entanto, tinha os olhos voltados para a Europa, indo para Londres no ano seguinte. Enquanto isso, Mendonça se encantava com a grande pátria americana, onde representou o Brasil na Exposição Centenária de Filadélfia. Publicou suas impressões, de forma espaçada, na revista *Novo Mundo* de José Carlos Rodrigues, como também deu publicidade a suas correspondências sobre os Estados Unidos nos jornais brasileiros *O Cruzeiro*, do Rio de Janeiro e no *Diário da Bahia*. No primeiro foram publicadas as *Cartas Americanas* e no último as *Cartas dos Estados Unidos*. Nesse período, Cansansão de Sinimbu o incumbiu de colher informações sobre a imigração chinesa nos Estados Unidos que transformou no livro intitulado *Trabalhadores Asiáticos*.

Cansansão de Sinimbu estava à frente de um governo liberal e a questão da abolição pairava como algo que fatalmente aconteceria, sobretudo, depois da aprovação da lei de 13 de maio ou dos nascituros. Sua votação aconteceu quando o conselheiro Dantas estava à frente do governo, no ano de 1871. Ela foi aprovada, na Câmara dos Deputados, por maioria esmagadora e revelava um novo cenário, o da cisão entre os produtores rurais. A ala mais dinâmica daquele grupo não precisava do trabalhador cativo e optou por não se opor aos abolicionistas, que defendiam uma bandeira cada dia mais popular. Além do que, o trabalho livre garantia maiores liberdades com o poder público, pois não possuía raízes no passado. Dessa forma, uma resposta precisava ser dada ao problema. Mas a resposta tentada por Sinimbu foi apelidada de mongolização do país por Joaquim Nabuco, então deputado geral pela província de Pernambuco.

Nabuco criticava o estímulo à imigração de chineses para substituir escravos na agricultura brasileira. Ele se afastou da diplomacia em 1878, ano da morte de seu pai, para se eleger deputado geral na legislatura do ano seguinte. Ocupou cadeira no Parlamento durante dez anos, de 1879-1889. Exceção feita às legislaturas de 1881-1884, 1886 e parte de 1887. Nabuco, ao

longo desses anos, discutiu o problema da escravidão dentro ou fora do Parlamento. O tema do trabalho livre incomodava-o profundamente, bem como o desejo de ter a primazia de sua solução. Atesta-o a criação da Sociedade Anti-Escravagista Brasileira e a publicação do livro *O Abolicionismo*.

Nesse mesmo período, Salvador de Mendonça estava à frente do consulado do Brasil em Nova York, cumprindo ordens dos governos que se alternavam durante a vigência da Monarquia. Destes, o último gabinete foi o do visconde de Ouro Preto, cujo intento conferido a Mendonça era de organizar missão especial que iria a Washington representar o Brasil na Primeira Conferência Internacional Americana que se realizou em Washington no período de 20 de outubro de 1889 a 19 de abril de 1890. Nos trabalhos de organização, ele negou o pedido da princesa Isabel, feito por intermédio do visconde, de nomear Joaquim Nabuco chefe da missão. A desculpa foi de que o pretendido não detinha conhecimentos suficientes para a empreitada, o que gerou um acordo em torno do nome de Lafayette Rodrigues Pereira.

A Monarquia brasileira não havia participado de outros encontros interamericanos. Ausentou-se do encontro no Panamá de 1826, de Lima nos anos de 1847-1848, de Santiago em 1856, de Washington também em 1856 e de Lima nos anos de 1864-1865 (SANTOS, 2004: 21). Quando se decidiu pela participação, o regime demonstrava suas fragilidades. Oliveira Lima, que estava em Lisboa no ano da Conferência, alguns meses antes do dia 15 de novembro, falava ao conselheiro Saraiva sobre a inevitável realização da República brasileira. O conselheiro o reprovou, mas não interpôs convicção contrária.

Salvador de Mendonça foi nomeado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em Missão Especial nos Estados Unidos, além de Delegado do Brasil na Primeira Conferência Internacional Americana. Quando da mudança de regime na nação brasileira, ele lutou pelo êxito da República nos Estados Unidos. Existiam desconfiças em relação ao futuro do novo regime. O senador republicano John Sherman defendia a prudência, supondo coerente aguardar a manifestação da opinião pública brasileira. O presidente Harrison, também republicano, parecia esposar a tese do senador. O problema se agravava, pois o barão de Itajubá informou Salvador de Mendonça que nenhuma nação européia reconheceria a república antes dos Estados Unidos.

Mendonça procurou Andrew Carnegie, Charles R. Flint e Thomas Jefferson Coolidge, os três delegados norte-americanos à Conferência, para mostrar a conveniência daquele país ser o padrinho político da nação brasileira. Caso contrário, algum país europeu tomaria a dianteira. No dia 29 de janeiro de 1890, Thomas Jefferson Coolidge avisou Salvador de Mendonça que o Secretário de Estado, James Blaine, desejava vê-lo. Blaine comunicou estar convencido da conveniência dos Estados Unidos serem padrinho político do Brasil e que reconheceriam imediatamente a República. Mendonça comunicou o Governo Provisório por meio dos ofícios reservados ao Ministério das Relações Exteriores, sob números 1 e 2, de 14 de janeiro e de 6 de fevereiro, respectivamente.

Na Conferência, o plenipotenciário brasileiro sustentou a tese do arbitramento obrigatório, que conjuntamente a Saenz Peña e Manuel Quintana, redigiu seu projeto para aprová-lo em 1890.

No mesmo período, Joaquim Nabuco contraiu núpcias com Evelina Torres Soares Ribeiro e escreveu contra a república nas páginas do Jornal do Comércio. Enquanto Salvador de Mendonça era nomeado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Primeira Classe do Brasil em Washington, pelo Ministro do Exterior Quintino Bocaiúva, empenhando-se pelo convênio aduaneiro e a compra da prata, Oliveira Lima iniciava sua vida diplomática.

De volta ao Brasil, Lima acompanhou o desenvolvimento da vida política brasileira após a proclamação da República, quando foi apresentado a Bocaiúva pelo conde de São Salvador de Mattosinhos. Já em 1891, acompanhou seu cunhado Araújo Beltrão, então primeiro ministro da República, a Lisboa. Sua chegada naquela capital aconteceu depois que a Monarquia portuguesa debelara a revolta portuense de 31 de janeiro, assim como deu início à fase dos ministérios extra partidários. Coincidiu, ainda, com o gabinete que tinha o conde de Valbom como responsável pela pasta dos negócios estrangeiros e com a circular do governo, contrária a emigração para o Brasil, dada à acusação de maus tratos a colonos de outros países. A República brasileira encontrou resistências, sendo que algumas dificuldades foram causadas pela inabilidade do cunhado de Lima.

Outro fato é que Araújo Beltrão estava aborrecido com a má vontade do governo português, em especial do conde de Valbom, na busca de soluções aos problemas encontrados. Procurando se fortalecer Beltrão aconselhou, por telegrama, o barão de Lucena a não dar andamento às negociações para um convênio de comércio favorável à exportação de vinhos portugueses. Pretendia, com isso, isolar politicamente o conselheiro Mattoso dos Santos, então no Rio de Janeiro. Pensou que dessa forma pressionaria o ministro português de estrangeiros a conceder prova de equidade internacional tal qual se reclamava.

O telegrama, como recorda Oliveira Lima, foi interceptado e decifrado, contrariando sobremaneira o conde de Valbom. Assim sendo, se os representantes brasileiros em Portugal não eram quistos, passaram a ser mal vistos. Tanto que Valbom, homem vingativo segundo Lima, aguardou o momento oportuno para prejudicar seus adversários por meio de hostilidades. A possibilidade se manifestou em dezembro de 1891, com o falecimento de Pedro II na capital francesa.

A legação brasileira pediu instruções ao governo de Floriano Peixoto sobre como proceder quanto ao funeral de Pedro II. A resposta oficial proibia a legação de participar do evento, como também orientava que ao ministro diplomático não era lícito despojar-se do seu caráter representativo no país onde se encontrava. O único membro da legação a respeitar a deliberação foi Oliveira Lima que apresentou como desculpas suas núpcias.

O conde de Valbom não poupou os brasileiros. Proprietário do jornal Novidades, no qual escreviam seu filho e Barbosa Colen, fez publicar editorial acusando Oliveira Lima de republicanismo por se ausentar do funeral de Pedro II, assim como afirmou que sua irmã, a esposa de Araújo Beltrão, propositalmente desfilou de carro, trajando vestes pouco recomendáveis para o momento, de modo a afrontar a memória do ex-imperador brasileiro. Na estratégia de Valbom contou, ainda, a campanha contra o governo brasileiro com auxílio do ministro português Paço d'Arcos, para alcançar a remoção de Beltrão, de Lima e do cônsul geral Vieira da Silva, ao que logrou êxito. O primeiro foi removido para Berna e Lima para Berlim (LIMA, 1934, p.99).

Salvador de Mendonça também seria removido dos Estados Unidos e depois perseguido até seu afastamento ilegal do serviço diplomático brasileiro. Mendonça representou o governo de Floriano Peixoto com muita lealdade, a ponto de impedir o reconhecimento estadunidense da revolta da armada no ano de 1893. Mas, deste ano até os primeiros anos do século XX, ele sofrerá as conseqüências dessa fidelidade, mais adiante expressas por Oliveira Lima.

Salvador de Mendonça defendeu a República brasileira naquele país articulando apoios para o seu governo junto a Blaine. Todo o processo é narrado no artigo *The Rebellion in Brazil* de 1894, último ano de sua glória porque, a partir do ano seguinte, ele seria isolado. Prova-o a questão das Missões. Ela foi decidida favoravelmente ao Brasil, contudo, o nome de Mendonça não apareceu nas notícias dos jornais apesar de ter acompanhado e participado do processo desde o Império.

A remoção de Salvador de Mendonça aconteceu em 1898, com sua ida para Lisboa. No mesmo ano foi exonerado, ficando desempregado. Nessa condição, ele escreveu seu *Ajuste de Contas* nas páginas do Jornal do Comércio como dedicou sua vida pela reintegração do ano de 1899 ao ano de 1901. Mendonça continuou atento ao que acontecia na política internacional, manifestando-se em três artigos publicados naquele jornal em 1902. Os artigos foram intitulados *A Questão do Acre* e seu autor defendia o direito do Brasil a todo o vale do Amazonas. No ano seguinte aos artigos, Mendonça foi reintegrado a carreira diplomática de modo limitado, levando-o a se aposentar em 1911.

Os últimos anos de vida foram dedicados ao jornalismo, mesmo que com publicações esparsas no periódico O Ipiranga e no Século. Os artigos do primeiro corroboraram para a publicação do livro *A situação internacional do Brasil* e do segundo salientam-se os *Furtos no Itamaraty* e *A Crise da república*. A carreira diplomática de Salvador de Mendonça finalizou em 1911 e a de Joaquim Nabuco, com sua morte, em 1910. Oliveira Lima conviveu com os dois diplomatas que lembraria nas suas Memórias. Lima compara os perfis de Mendonça e Nabuco, desnudando-os nas suas limitações, manias e vitórias.

A GUIA DA CONCLUSÃO: JOAQUIM NABUCO E SALVADOR DE MENDONÇA NAS PERCEPÇÕES DE OLIVEIRA LIMA

Oliveira Lima teve Salvador de Mendonça como chefe nos Estados Unidos e recorda do seu primeiro encontro com ele. Lima trabalhou com Mendonça a partir de 1896 e este possuía má fama na Secretaria de Estrangeiros, pois se contava que sempre seguia uma prática para proteger seu filho Mário, então segundo secretário. Mendonça queixava-se de todos os primeiros secretários, que eram recebidos com uma chávena de café perfumado e um Cabañas y Carvajal; depois ouviam que por não existir nada a se fazer poderiam descansar.

Oliveira Lima chegou aos Estados Unidos no mês de maio e seu chefe havia providenciado quartos no Grafton, hotel próximo à legação brasileira. Os dois se encontrariam no dia seguinte, quando Lima se apresentaria oficialmente. Nesse encontro, o secretário lembra os detalhes da conversa e das coisas servidas.

Salvador de Mendonça recebeu Oliveira Lima com muita cortesia, convidando-o para uma chávena de café perfumado. A bebida foi servida por um copeiro dinamarquês enquanto Mendonça abria uma caixa de charutos para convidar seu interlocutor a se servir. O chefe observava que a estação estava calma e considerava oportuno seu secretário visitar a capital dos Estados Unidos. Lima retrucou e também o informou da má fama que possuía no Brasil. Salvador de Mendonça sorriu afirmando conhecer o valor do seu subordinado e que ambos trabalhariam muito após o verão.

Mendonça aludiu à possibilidade de ambos serem vizinhos na cidade de Keene Valley, onde ficava sua casa de campo. Oliveira Lima alugou quartos no hotel dessa cidade e conheceu melhor seu vizinho, com o qual manteve relação amistosa até sua morte. Além de perceber-lhe características como o faro diplomático e admirar-lhe o prestígio na sociedade estadunidense da década de 1890. Para Lima, nenhum outro representante do Brasil foi tão estimado quanto Salvador de Mendonça, como se observa na passagem que segue:

(...) na gradação descendente que vai do imaginativo Nabuco ao imbecil Cochrane de Alencar e ao fátuo Silvino do Amaral, passando pelo

dengoso Domicio da Gama, ainda assim dotado de certa distinção intelectual e de um certo sentimento de reserva social. Nabuco gozou da estima de Elihu Root e de Roosevelt, que apreciaram a sua superioridade espiritual e também o seu vistoso pan-americanismo, mas nunca soube como Salvador percorrer toda a gama sobre o teclado da alma americana (LIMA, 1937, p.147).

Oliveira Lima recorda a participação de Salvador de Mendonça nos eventos que desmantelaram a revolta da armada. O florianista era o melhor agente da legalidade no estrangeiro e percebeu as intenções do ministro norte-americano no Brasil por meio de despachos. O ministro pretendia induzir o seu governo a reconhecer a beligerância porque se simpatizava com a marinha brasileira. O representante brasileiro soube usar o sentimento nativista e republicano estadunidense, convencendo o Secretário de Estado Gresham que seu diplomata sofria influências de congêneres europeus simpáticos à Monarquia. Mendonça aconselhou o secretário a fazer descer de Petrópolis aquele diplomata afastando-o dos representantes da Europa. Gresham atendeu a sugestão.

Sem tramas e intrigas diplomáticas, Salvador de Mendonça impediu a mudança de regime no Brasil, como visto no parágrafo anterior. Mas a defesa da homogeneidade republicana no continente custou uma intervenção humilhante promovida pela esquadra dos Estados Unidos e condenada por Joaquim Nabuco⁸. Condenação que, segundo Oliveira Lima, Nabuco esqueceu tão logo ocupou a embaixada de Washington. Aliás, este mudava de opinião profunda e rapidamente, dizendo não lembrar a experiência latina de Roma, onde esteve em missão junto ao arbitro, que deu a Inglaterra o acesso à bacia amazônica. Decisão que desprezou a doutrina dos limites naturais e o princípio do *Uti Possidetis* na questão de fronteiras envolvendo a Guiana britânica.

O prestígio de Salvador de Mendonça revelou-se mais completamente

⁸ Joaquim Nabuco publicou uma série de artigos no Jornal do Comércio em 1895, condenando a intervenção estrangeira na Revolta de 1893. Os artigos foram transformados no livro *A intervenção estrangeira durante a revolta de 1893*. O movimento começou em 6 de setembro de 1893 e terminou em 13 de março de 1894, tendo Custódio de Melo e depois Saldanha da Gama no comando das forças revoltosas. Ao longo de seis meses, as forças que defendiam a novel República brasileira combateram setores que pretendiam a volta do regime monárquico. Sugere-se, para comparação das ideias em jogo nesse período, o já citado livro de Nabuco, ainda monarquista, e o livro *Situação internacional do Brasil*, do republicano histórico Salvador de Mendonça.

em 1897 quando assumiu duas secretarias americanas. Uma delas era a União Pan-Americana designada, à época, Repartição das Repúblicas Americanas, na qual mostrou sua influência junto a autoridades estadunidenses. Mendonça fez prevalecer sua indicação para o cargo de tradutor de francês. A embaixada da França protegia Henry Harrisse e o brasileiro protegia duas moças norte-americanas. Salvador de Mendonça procurou o Secretário de Estado Sherman para expor suas convicções, as quais convenceram o Secretário que intercedeu favoravelmente às pretensões do representante do Brasil em detrimento dos interesses daquela embaixada.

Apesar do prestígio, Mendonça também foi enganado nos Estados Unidos pelo Secretário de Estado Blaine. Este foi inteligente e velhaco, segundo Oliveira Lima, ao negociar um convênio de reciprocidade comercial com o brasileiro. O convênio destinava-se aos países hispano-americanos e se prestava igualmente a ser complemento de outro convênio, o de arbitramento obrigatório. Na negociação, Blaine comprometeu-se a conceder tratamento de exclusividade para o açúcar brasileiro. Como Salvador de Mendonça afastou-se das negociações, por conta de um ataque de gripe que revelou seu glaucoma, o norte-americano destinou aquela exclusividade ao açúcar cubano. O representante diplomático brasileiro foi duramente criticado no seu país. Aliás, no Brasil, ele sofreria outros golpes de traição, como o da sua remoção para Lisboa.

A transferência de Salvador de Mendonça fez parte da estratégia de Fontoura Xavier para ser ministro nos Estados Unidos. Xavier articulou junto ao Senado brasileiro a remoção de Mendonça por incapacidade física e logrou suas ambições, tornando-se, posteriormente, embaixador. Mas Mendonça teve a graça de um editorial do Washington Post dizendo que setenta milhões de amigos norte-americanos davam um saudoso adeus ao diplomata. Setenta milhões era a população dos Estados Unidos na década de 1890. Apesar disso, no Brasil imaginava-se ou fazia-se imaginar que as boas relações desses países deviam-se ao barão do Rio Branco e a Joaquim Nabuco. Para Lima, as boas relações vinham de João VI que fundou um império americano, de Pedro I ao declará-lo parte do sistema americano e do comportamento de Pedro II, bem como defendia o valor dos serviços de Mendonça que foram atirados no limbo.

Não bastasse, Salvador de Mendonça foi atingido na honra. José Carlos Rodrigues era proprietário do Jornal do Comércio e lançou uma campanha de difamação contra Mendonça. Rodrigues era exemplo dos bajuladores sem méritos da República, de acordo com Oliveira Lima, tendo negada sua reabilitação para a legação de Londres na presidência Campos Sales. O ministro das relações exteriores dessa presidência, Olinto de Magalhães, disse preferir que suas mãos fossem cortadas a assinar a reabilitação daquele senhor. Mas o não reabilitado fez fortuna no Brasil por meio do resgate das estradas de ferro inglesas quando chefiou uma comissão do governo. Mendonça, contudo, resistiu energicamente no seu *Ajuste de Contas*.

Oliveira Lima menciona outras qualidades de Salvador de Mendonça como sua erudição. Mendonça percorria catálogos de leilões de livros e possuía excelente biblioteca, como também colecionava quadros. Se esses não eram todos autênticos a culpa não era sua, pois a esperteza européia dos *old masters* havia se consolidado nos Estados Unidos. Apesar da erudição, o ex-ministro nunca ocupou cargos na Academia Brasileira de Letras - ABL, o que Lima entende como injustiça ao alegar que ele merecia ter sido seu presidente porque era brilhante professor e exímio jornalista que nunca apelou para agressões pessoais. Oliveira Lima comenta, ainda, outras perseguições.

Salvador de Mendonça sofreu perseguição em função da bajulação de Fontoura Xavier para agradar o ministro do exterior, Dionísio Cerqueira, que pretendia obter a demissão de Mendonça sob acusação de proteção dos interesses norte-americanos. Xavier inventou que comerciantes estadunidenses aumentariam a taxação do café brasileiro e recomendava o representante diplomático do Brasil a exigir novas negociações. O representante ao perceber a trapaça, comunicou o despropósito ao Rio de Janeiro. A comunicação fez Dionísio de Cerqueira perder o posto e Fontoura Xavier retornar humildemente ao seu consulado. Xavier recuperou-se logo do golpe, pois especulou café brasileiro com o grande investidor norte-americano Streng, angariando concessões rendosas para esse, tendo o senador Azeredo por parceiro.

No concernente aos Estados Unidos, Oliveira Lima tece comparações entre Joaquim Nabuco e Salvador de Mendonça. O primeiro teve sua figura

diplomática realçada pelo talento como escritor, fazendo palestras em associações e Universidades daquele país. Mas ele não possuía o mesmo domínio da língua inglesa de Mendonça, o qual Renick dizia ser um puro *Maculay* (RENICK apud LIMA, 1937, p.186). Elogio importante, pois partia do *chief clerk* do Departamento de Estado da segunda administração Cleveland e ex-sócio do democrata Woodrow Wilson, futuro presidente norte-americano.

Nabuco era uma inteligência formada por três matrizes distintas. A imaginação era latina, a mentalidade francesa e a orientação inglesa. A primeira, todavia, representou o traço capital de sua atividade política e o conduziu ao novo regime, mas não sem obstáculos. Jaceguay tentou demovê-lo cobrando sua fidelidade à monarquia e Carlos de Laet amargurou, ao longo da vida, a deserção do soldado, o qual criticou quando do discurso de recepção do seu sucessor na Academia Brasileira de Letras - ABL.

Nabuco foi designado para fazer o tratado de arbitramento relativo ao território de litígio com a Guiana britânica. Na ocasião, Oliveira Lima o aconselhou a não aceitar a defesa de um arbitro simpático à Inglaterra, pois interesses nacionais europeus concorriam contra as pretensões brasileiras. Lima argumentava estar o mar Mediterrâneo sob o controle inglês e a Itália impedida de aliar-se a França, a qual tinha o protetorado sobre a Tunísia, igualmente cobiçada pelos italianos. Ele informou Joaquim Nabuco de que o barão do Rio Branco escrevera sobre o tema para Souza Correa, o qual negociava um tratado de limites com concessões maiores que as dadas pelo arbitramento.

O barão comentara ser o direito brasileiro difícil de provar no caso da Guiana e, por descuido, dissera-o igualmente mais complicado quando comparado ao caso do Amapá e das Missões. Mas de nada adiantou, pois o negociador do Brasil confiava demasiadamente nos seus dotes literários, os quais não foram suficientes e a derrota no litígio foi explorada pela imprensa. O Jornal do Comércio apresentou uma exposição depreciativa da questão de modo a convencer que o laudo adverso devia-se a falta de experiência do negociador. Mas, com a elevação da legação brasileira a embaixada em Washington, Nabuco seria redimido com a promoção a embaixador nos Estados Unidos.

Joaquim Nabuco apresentou suas credenciais nos Estados Unidos defendendo a potência incomensurável de Roosevelt e a valorização internacional do Brasil. Oliveira Lima criticou o discurso, mas não negava as qualidades de Nabuco como a beleza, as maneiras aristocráticas e o vasto conhecimento sempre usado com destreza. Ele era um *charmeur*, com expressão atraente e sorriso cativante. Apesar disso, eles romperiam relações porque o embaixador era excessivamente vaidoso e não aceitava críticas ao seu americanismo. Nesse sentido, Lima faz duas observações. A primeira dar-se pelo fato de Joaquim Nabuco não reconhecer os méritos dos seus predecessores nos Estados Unidos, chegando a desprezar Salvador de Mendonça.

A segunda observação deriva da primeira e começou por uma carta escrita na Venezuela, na qual Oliveira Lima criticava Joaquim Nabuco pela forma com que procurava unir o Brasil e os Estados Unidos. Nabuco desejava estreitar os laços entre esses países numa *entente ultra-cordiale* que representava seu triunfo pessoal. Esses países, no entanto, possuíam uma longa tradição de cordialidade e o termo *ultra*, preocupava Lima que ilustrou suas reservas pelo exemplo das panelas de barro e de ferro.

O Brasil seria uma panela de barro e os Estados Unidos uma panela de ferro, sendo a primeira frágil e a última forte. A relação resultante desta correlação de forças era a impossibilidade da equivalência entre os países, criando-se uma possível dependência moral e política da parte mais fraca. Joaquim Nabuco e Rio Branco davam mostras dessa dependência quando da conferência Pan-Americana do Rio de Janeiro. O primeiro a presidiu e defendeu o pan-americanismo do Norte e o último orientava a política brasileira no sentido de ajustá-la aos interesses dos Estados Unidos.

A crítica de Oliveira Lima deu-se nesse sentido, pois Nabuco o informou em carta estar favorável ao Brasil ser dirigido pelos Estados Unidos. Lima expressou seu descontentamento por meio de uma anedota baseada na decisão do Secretário de Estado Root não visitar a América do Sul. Joaquim Nabuco se esmerava para trazer o Secretário de Estado, visto a visita representar um trunfo para sua carreira. Lima ironizou o embaixador brasileiro ao denominá-lo *rootless*. Mas as desavenças não se encerraram nessas correspondências.

Oliveira Lima escreveu para um editorial do Jornal do Recife, apontando divergências suas e de Joaquim Nabuco sobre o tema pan-americanismo. Nabuco ficou irritado e solicitou ao barão do Rio Branco a disponibilidade de Lima. O barão se esquivou ao solicitar que o requerente fizesse o pedido oficialmente, para que o mesmo fosse levado ao presidente da República. O pedido não foi feito. A vaidade do embaixador ocorreu também em relação a Rui Barbosa, que fora convidado para a segunda conferência de paz, pois o barão do Rio Branco pretendia edificar uma delegação de águias.

Joaquim Nabuco se recusou a participar da delegação porque sabia que o primeiro seria Rui Barbosa. Nabuco, no entanto, esteve em Bruxelas para influenciar a decisão de Barbosa no sentido de estreitarem-se posições com os Estados Unidos. Seus conselhos foram dispensados. Quanto à formação da delegação, Barbosa expôs seu desejo de levar Lima como segundo secretário e Jaceguay como delegado técnico. O barão não atendeu o seu pedido porque Jaceguay criticou o tratado de Petrópolis e Lima nunca o aplaudira incondicionalmente.

Por fim, afirmamos que o presente artigo ambicionou mostrar aspectos de um período de mudanças na história contemporânea brasileira, em especial nas suas relações internacionais com os Estados Unidos. Joaquim Nabuco, Oliveira Lima e Salvador de Mendonça corroboram na tarefa porque participaram ativamente desse período. Além do que Mendonça e Nabuco oferecem possibilidades de leituras da política doméstica brasileira, visto terem trabalhado no jornalismo político e o último atuado no parlamento. Oliveira Lima e Salvador de Mendonça concorrem nessas reflexões porque estiveram na diplomacia quando da afirmação do regime republicano e sua inserção no mundo do trabalho moderno divergindo em idéias relativas à abolição, mais precisamente, a forma como foi concluída.

FONTES

LIMA, Oliveira. *Memórias (estas minhas reminiscências...)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937, coleção Documentos Brasileiros, 2.

MENDONÇA, Salvador. *Situação Internacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1913.

NABUCO, Joaquim. *A intervenção estrangeira durante a Revolta de 1893*. Brasília: Senado Federal, 2003, edições do Senado Federal, Volume 21.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DAGHLIAN, Carlos. *Os Discursos Americanos de Joaquim Nabuco*. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1988, série estudos e pesquisas, 51.

LYRA JUNIOR, A. A. *Brasil e Estados Unidos nas representações de Oliveira Lima e Salvador de Mendonça (1870-1914): idéias sobre a inserção brasileira na América*.

Brasília, 2008. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, 2008.

MANNHEIM, Karl. O problema das gerações In *Sociologia do conhecimento*. Portugal: Rés-Editora, s/d, Volume II, p.115-176.

MENDONÇA, Carlos Sússekind de. *Salvador de Mendonça: democrata do Império e da República*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Cultura/Instituto Nacional do Livro, 1960, Coleção B3 Biografia II.

MICELI, Sérgio. *Poder, sexo e letras na República Velha (estudo clínico dos anatolianos)*. São Paulo: Perspectiva, 1977 Coleção ELOS.

MONTES, Maria Lúcia. Raça e identidade: entre o espelho, a invenção e a ideologia In SCHWARCZ, Lilia Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva (orgs.). *Raça e diversidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Estação Ciência, 1996, p.46-75.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *O Brasil entre a América e a Europa (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)*. São Paulo: UNESP, 2004.

ARTIGO

**EDUCAÇÃO MUSICAL E EDUCAÇÃO ESPECIAL:
PROCESSOS DE INCLUSÃO NO SISTEMA
REGULAR DE ENSINO.**

RESUMO: Neste texto propomos a reflexão de dois aspectos: primeiro queremos ampliar o conceito de inclusão e traçar um paralelo entre a inclusão da educação especial e da educação musical na escola. Em segundo lugar, considerando o desenvolvimento da criança, iremos ressaltar a importância da presença da música nos processos de ensino e de aprendizagem, para o envolvimento de todos nas atividades musicais. Procuraremos explicitar aqui, as dificuldades que existem na implantação de uma educação que seja realmente inclusiva e porque isso ocorre, bem como abordar o preconceito que há em relação ao ensino das artes e mais especificamente, a arte musical, no ambiente educacional. Finalmente, iremos expor uma justificativa relacionada à reflexão sobre esta temática e focar a importância de se proporcionar uma variada gama de formas expressivas para que todos os alunos tenham a chance de participar e se desenvolver de forma diferenciada no ambiente educacional.

Palavras Chave: inclusão, educação musical, educação especial.

ABSTRACT: This paper proposes a reflection of two things: first we extend the concept of inclusion and draw a parallel between the inclusion of special education and music education in school.

¹ Doutora e Mestre em Educação pelo PPGEduc da UFRGS. Pesquisadora da área da Educação Musical. Profª da FACCAT - Faculdades Integradas de Taquara. patriciakebach@yahoo.com.br

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFRGS, sob a orientação da Profª. Drª. Esther Beyer. Profª. do Centro de Educação da Universidade Federal de Roraima. Roduart@click21.com.br

Secondly, considering the child's development, we emphasize the importance of the presence of music in the process of teaching and learning for the involvement of all the musical activities. Seek explicit here, the difficulties that exist in the implementation of an education that is truly inclusive and because it occurs as well as addressing the bias that is in the teaching of the arts and more specifically the musical arts in the educational environment. Finally, we will expose a reason related to the reflection on this issue and focus on the importance of providing a wide range of expressive forms so that all students have the chance to participate and to develop so differently in the educational environment.

Keywords: inclusion, music education, special education.

SITUAÇÃO HISTÓRICA E CONCEITUAL

A história da Educação Musical assim como a da Educação Especial demonstra certo descaso ao longo dos anos por grupos sociais, políticos e culturais que convencionam os limites entre *normalidade* e *anormalidade*, entre *dom*, *talento* e *habilidade*, *competência*. Apesar disso, os pesquisadores têm buscado a superação dessas diferenças, através de reflexões, questionamentos e pesquisas sobre o desenvolvimento dos sujeitos, os processos de ensino e os processos de aprendizagem. Segundo Marques (2001, p.116), deve-se “reconsiderar o sentido dado aos seres humanos enquanto sujeitos do mundo, afim de que os alunos possam ser considerados na diversidade/igualdade que os constitui”.

Na busca de uma escola que atendesse a todos, por iniciativa da UNESCO, um grupo de países assinou o Projeto Principal de Educação (México - 1979), com o objetivo de definir e adotar algumas medidas para combater a elitização da escola nos países da América Latina.

Hoje, a ênfase é sobre o fato de a escola oferecer uma resposta à sua demanda. A perspectiva é de se formar uma nova geração dentro de um projeto educacional inclusivo.

Segundo Hugo Beyer (2006), a educação inclusiva foi considerada como conceito e proposta institucional ao longo dos anos 90, pelas conquistas

advindas de dois encontros internacionais que foram a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia -1990, e a Conferência Mundial de Educação Especial, realizada em Salamanca, na Espanha - 1994. A Declaração de Salamanca, sobre princípios, política e prática em Educação Especial, reafirma o direito de todos à educação, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e reconhece as necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino.

A educação inclusiva caracteriza-se como um novo princípio educacional, cujo conceito fundamental defende a heterogeneidade na classe escolar, como situação provocadora de interações entre crianças com situações pessoais as mais diversas. Além desta interação, muito importante para o fomento das aprendizagens recíprocas, propõe-se e busca-se uma pedagogia que se dilate frente às diferenças do alunado (Beyer, 2006, p. 73).

A inclusão escolar também implica na inserção dos alunos com necessidades educacionais especiais (NEE)³ nas classes regulares de forma incondicional, completa e sistemática. Isso representa um avanço considerável na história da Educação, principalmente em relação ao movimento de inclusão.

Refletir sobre inclusão significa quebrar paradigmas, pois sua proposta é de mudança. Portanto, é necessário que a escola se adapte ao aluno. Segundo Mantoan, (2003, p.09): “A perspectiva de se formar uma nova geração dentro de um projeto educacional inclusivo é fruto do exercício diário da cooperação e da fraternidade, do reconhecimento e do valor das diferenças”. Ou seja, as mudanças vão além da sala de aula, implicam numa mudança de perspectiva educacional, que não atinge somente alunos com necessidades educativas especiais, mas todos os demais. Escola e sociedade precisam estar preparadas. Quanto mais diversificado for o ambiente educacional, maiores as possibilidades de se trocar informações, pontos de vista, formas de se adaptar ao mundo social. Compreender a diferença e

³ Conforme Cardoso (2008, p.97), “o termo Necessidades Educativas Especiais não surge como sinônimo de crianças especiais, diferentes, incapacitados, diminuídos, menos válidos ou deficientes”, mas como uma realidade mais ampla que implica em mudanças na prática educacional. Segundo a autora, trata-se de focar as atenções no potencial de todos, sem exceção.

estabelecer a real democracia está justamente nesta forma de promover a heterogeneidade no ambiente de ensino e aprendizagem.

Mantoan (2003, p.19) afirma ainda que: “Se pretendermos uma escola inclusiva é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceito e que reconhece e valorize as diferenças”.

Numa sociedade onde vários tipos de preconceitos ainda se fazem presentes, o verdadeiro sentido da inclusão escolar se reduz unicamente à inserção de alunos através da matrícula, principalmente quando se refere aos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular. Faz-se necessário que haja uma mudança na proposta político pedagógico das escolas, na postura diante dos alunos NEEs e na formação dos professores. Essa mudança tem a ver, desse modo, especialmente com os valores que se atribui à Educação. Perguntamos neste texto, será que nossa sociedade tem valorizado a cooperação, a criatividade e a autonomia como fundamentos de uma Educação Inclusiva de qualidade?

INCLUSÃO NO SISTEMA REGULAR DE ENSINO

O ensino das artes dentro do ambiente educacional, assim como o aproveitamento das condutas espontâneas lúdicas da criança, sempre foram relegados a um segundo plano. Esses aspectos somente há pouco tempo são considerados como importantes no ambiente escolar, pois permitem a transição entre a espontaneidade da criança e o trabalho acadêmico (Piaget, 2006). Levar em conta a expressividade através de múltiplas linguagens, e não somente através da linguagem verbal, contribui para que se possa incluir a todos em atividades diversificadas e significativas. Assim, por exemplo, numa atividade musical, os envolvidos podem se expressar de diversas maneiras: compondo um poema que será a letra de uma canção, cantando, dançando, batendo palmas, tocando algum instrumento, etc. Assim, diversos aspectos interdisciplinarmente estarão se desenvolvendo em uma atividade como esta. Tudo isto, de forma lúdica e, portanto, prazerosa. As crianças poderão desenvolver sua criatividade e autonomia ao criarem uma coreografia; a

pulsção; a expressão corporal e rítmica; a coordenação de ações sociais ao combinarem preliminarmente as ações musicais; o português, enquanto criam uma poesia; a matemática, quando devem contar os tempos musicais; etc. Cada um agirá conforme suas capacidades e interesses momentâneos e a produção será de todos!

De qualquer forma, até hoje, na maioria das escolas, ainda há predomínio de um modelo empirista de transmissão de conteúdos, especialmente a partir das séries iniciais do ensino fundamental. Nesse modelo obsoleto, é claro que a inclusão, tanto da Educação Musical, como da Educação Especial, não encontra espaço para se expandir e se qualificar. Em primeiro lugar, porque não há valorização das diferentes formas de expressividade da criança (música, dança, artes visuais, poética) e sim, da reprodução de modelos transmitidos apenas sobre os conteúdos que são valorizados (matemática, português, ciências, por exemplo). Em segundo lugar, as crianças são tratadas como pequenos adultos ignorantes, a quem o professor deve transmitir esses conteúdos valorizados por uma cultura excludente e seletiva.

Anache e Martinez (2007) denunciam a proposição acima da seguinte forma: “A criatividade pode se expressar em diferentes contextos e em qualquer tipo de atividade humana. É um aspecto que tem sido pouco contemplado no ensino, em face de sua padronização, e que, certamente, nossos alunos com deficiência mental têm denunciado” (p. 52).

Como ainda é forte um padrão de comportamento docente empirista no sistema educacional, o ensino da música e a inclusão da educação de alunos com necessidades educativas especiais no Sistema Regular de Ensino, apesar de ser assegurada por lei, ainda causa muito impacto entre os professores que atuam na rede de ensino regular. Os professores não sabem como devem proceder para atender a essa clientela. Isso gera um mal-estar que atinge a todos os envolvidos no processo educacional. Paradoxalmente, a atitude do professor é a que mais contribui para o sucesso da inclusão, pois os docentes buscam cada vez mais uma formação continuada que auxilie na qualificação de suas ações didático-pedagógicas. Mas o mal-estar gerado pela Educação Inclusiva ainda é visível no cotidiano escolar.

Os professores do ensino regular se sentem despreparados para receber esses alunos, bem como diante do ensino da música, uma vez que em suas salas de aula, ainda encontram dificuldades em lidar com os problemas de disciplina e aprendizagem que enfrentam. Não é para menos, eles tem que realizar a inclusão e ao mesmo tempo dar conta de impor os conteúdos em tempos pré-programados! Não há espaço para se construir conhecimento sobre os conteúdos valorizados. Muito menos sobre um conteúdo como a música, que para muitos, serve apenas como uma forma de divertir ou disciplinar (FUKS, 1991) as crianças.

Desse modo, a educação musical, que poderia ser um ambiente de novidade expressiva e progresso criativo para todos os envolvidos nos processos de ensino e de aprendizagem não contempla a liberdade de expressão, isto é, restringe-se a mais uma forma de transmissão de conteúdo. Expliquemo-nos melhor. Todas as vezes que um professor de música, ao invés de gerar um espaço cooperativo de produção e invenção musical, procura apenas fazer com que seus alunos reproduzam de modo mecânico um repertório estipulado previamente, estará perdendo a oportunidade de proporcionar o desenvolvimento afetivo, cognitivo e das relações sociais de todas as crianças.

Num espaço de liberdade de expressão musical, com desafios e objetivos que despertam a curiosidade e, portanto, o interesse dos alunos em agir, procurando criar soluções para a problemática em jogo não é somente através da fala que a criança se moverá para participar da atividade. Ela poderá agir a partir da totalidade de seu corpo. E se é através da ação significativa, aquela que parte do desejo de interagir, de procurar soluções para se adaptar, etc., que o ser humano se desenvolve, então, todos os participantes de uma atividade deste tipo encontrarão um espaço para se desenvolverem de modo criativo, cooperativo e, portanto, autônomo. Entretanto, parece faltar a compreensão dos professores sobre o aspecto de como o ser humano aprende e também um conceito melhor definido sobre o que significa educar. Desse modo, sem ferramentas teóricas que abarquem a complexidade do tema e a diversidade dos alunos, os docentes se sentem perdidos.

Uma outra situação que impede que o processo de inclusão escolar ocorra de fato é a falta de oportunidade de discussões por parte da

comunidade escolar de redefinir seus planos, buscando a construção de um projeto político pedagógico que venha a favorecer todas as áreas do conhecimento. Muitas vezes, não há cooperação por parte dos profissionais de educação, no sentido de procurar compreender e solucionar a problemática das diferenças no ambiente educacional. Isto é, referimo-nos a todos os sujeitos sem distinção, e aqui também nos reportamos aos indivíduos com NEEs. Dessa forma, as escolas ainda não apresentam propostas condizentes com a igualdade de direitos e oportunidades educacionais para todos, reconhecendo e valorizando as diferenças, mesmo que a pluralidade cultural seja um dos temas transversais propostos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Entretanto, a educação especial não está contemplada nesses documentos.

A inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais (NEEs) nas classes regulares é um assunto presente no cotidiano educacional, desde a aprovação da lei Federal 7.853/89, que dispõe sobre o apoio aos deficientes e sua integração social. Se é um tema discutido há tanto tempo, porque será que as práticas inclusivas não funcionam como deveriam? Mais uma vez propomos que existe aí uma relação entre os valores que permeiam nossa cultura e a dificuldade da implantação de uma educação inclusiva de qualidade. Há pouca cooperação, é escassa a valorização das diferentes formas de expressão e a avaliação sobre os processos de aprendizagem das diferentes crianças que se encontram nestes “pseudo-ambientes inclusivos” costuma não ser diferenciada. Um ambiente inclusivo necessita de flexibilização curricular, em que o professor possa criar atividades significativas e ter tempo para envolver os alunos em tarefas divertidas, que os desenvolva em todos os sentidos. O sistema de avaliação por notas é punitivo e não traz ao professor a compreensão sobre as condutas psicológicas e processos das crianças.

Assim, existem muitos problemas relacionados à educação inclusiva, que remetem a outros problemas relacionados à inclusão da educação musical. A música está presente no ambiente educacional como forma camuflada de disciplinar as crianças e de transmitir os conteúdos ditos “importantes”, em forma de memorização de paródias criadas pelos professores, para aprender o alfabeto, a tabuada, etc. Desse modo,

questionamos: onde ficaria no ambiente educacional, o espaço de valorização da invenção, cooperação e autonomia?

Hoje, apesar do curso de Pedagogia oferecer a disciplina de Educação Especial em suas grades curriculares, isto ainda não é suficiente para que os professores sintam-se preparados para atender os alunos com NEEs nas suas salas de aula. Da mesma forma ocorre em relação à Educação Musical: não se sabe como ensinar música, nem para que ensiná-la.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) mantém a obrigatoriedade do “ensino de arte” no currículo da educação básica no Brasil, denominando dessa forma o que a legislação anterior denominava de “educação artística”. Entretanto, não define com clareza quais as linguagens artísticas que compõem esse “ensino de arte”.

Somente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), encontramos um tratamento específico das formas de expressão artística, denotando uma ação arte-educacional, por meio de linguagens específicas - Música, Artes Visuais, Teatro e Dança, que difere da abordagem polivalente presente na legislação anterior. Na realidade, o que se constata na prática das escolas é que cada instituição educacional atende aos requisitos da lei, de acordo com suas possibilidades operacionais, oferecendo uma ou outra das linguagens artísticas ou buscando formas alternativas para cumprir o que a lei determina. Portanto, não atendem a essa diversidade.

Falando especificamente da educação musical, o texto dos PCNs - Arte (1997) aborda essa integração ao explicitar os objetivos gerais, os conteúdos e a avaliação em música. Os autores defendem que aprender a sentir, expressar e pensar a realidade sonora ao redor do ser humano, que constantemente se modifica nessa rede em que se encontra, auxilia a criança, o jovem e o adulto em fase de escolarização básica a desenvolver capacidades, habilidades e competências em música (PCN-Arte, p. 80). Entretanto, nem todos os professores se utilizam desses documentos para fundamentar suas práticas.

Além disso, o primeiro desafio como professor é atuar com competência em nossa própria linguagem, o que já pressupõe um grande esforço. Dessa forma, os conteúdos propostos pelos PCNs para a educação musical requerem um profissional preparado, capaz de ir além do domínio dos conteúdos

específicos da música e ter conhecimento, também, “[...] das questões próprias da educação musical, incluindo uma visão das diversas propostas pedagógicas existentes na área, para que possa dispor de alternativas metodológicas para a sua prática no ensino fundamental” (PENNA, 2001, p. 133). E em segundo lugar, ainda mais complexo é o desafio de conseguir estabelecer essa correlação com outras linguagens, ao buscar a inclusão da educação musical no contexto abrangente da educação, sem perder de vista a especificidade da primeira e o contexto histórico em que ambas vêm se constituindo.

A MÚSICA COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO

Acreditamos que a transformação do indivíduo se processa por meio das relações interpessoais e intrapessoais que se estabelecem reciprocamente. Numa sociedade marcada pela competição, a música é capaz de proporcionar experiências de participação e colaboração, valorizando a contribuição de cada sujeito participante da sua prática. A palavra chave nos processos de aprendizagem coletiva musical, portanto, é a cooperação. A experiência do fazer, interpretar e apreciar enriquece o mundo do aluno com necessidades educativas especiais em termos lúdicos e estéticos. Através da musicalização, da compreensão dos elementos musicais pode-se trabalhar as questões de percepção, psicomotricidade, ritmo, entre outras. Segundo Santos (2000, p.103), “não se pode subestimar a necessidade humana de beleza sem mutilar o desenvolvimento das pessoas”.

Ao proporcionar à criança a exploração do prazer de brincar, cantar, conhecer e pesquisar o mundo em suas múltiplas possibilidades, ampliamos as possibilidades desses indivíduos de participarem cooperativamente, do meio social em que se encontram, inseridos pela vivência de situações que facilitem trocas nos diferentes níveis - afetivo, lingüístico, motor e intelectual.

A partir da concepção da Epistemologia Genética de Jean Piaget, a qual entende que as necessidades humanas se desenvolvem na interação entre sujeito e objeto, acredita-se que todos os indivíduos possuem potencialidades e estas devem ser exploradas, pois,

[...] o sujeito progressivamente se torna objeto, se faz objeto e é exatamente nessa medida que ele se subjetiva, é nessa precisa medida que ele constrói o mundo, que ele transforma o mundo, que ele se faz sujeito. Essa medida depende estritamente das possibilidades que o meio social lhe dá, que o meio social lhe proporciona (BECKER, 2001, p.37).

Oportunizar as pessoas que possuem necessidades especiais a vivenciarem situações de troca nos níveis afetivo, lingüístico, intelectual e motor, bem como, participarem de forma cooperativa em grupos escolares em que se encontram inseridos, são ações fundamentais para a inserção destas nos grupos sociais de sua convivência.

Desse modo, numa classe inclusiva deve-se propiciar uma educação voltada para a cooperação, para a autonomia intelectual, social e aprendizagem ativa, condições estas que proporcionam o desenvolvimento global de todos os alunos, assim como o aprimoramento profissional dos professores. Na classe inclusiva, portanto, o aluno deveria encontrar essa diversidade de formas de se expressar e não apenas a valorização da expressão verbal, condição que nem todos atingem, devido a certas especificidades de deficiência física ou mental. E, vamos mais além ainda: nem todos gostam de falar. Algumas crianças se expressam muito melhor desenhando, dançando, fazendo poemas ou cantando, por exemplo, como citamos anteriormente.

A aula de música contribui para o desenvolvimento das pessoas com necessidades educacionais especiais por meio do processo de musicalização, oferecendo assim, atividades que ampliam a percepção auditiva e rítmica. As atividades de musicalização devem despertar o interesse pela exploração sonora, propiciando condições para a escuta ativa, improvisação e criação musical. Nestes ambientes de Educação Musical, os sujeitos são desafiados a relacionarem ações exercidas, através da produção criativa, em que exploram sons em objetos sonoros ou instrumentos musicais, com a voz e movimentos corporais e, ao mesmo tempo, coordenarem essas descobertas com a produção dos colegas. Os conteúdos a serem desenvolvidos na aula de música devem, portanto, estar voltados para a musicalização coletiva por meio de jogos e brincadeiras sonoras, criação de expressões rítmicas, canto-coral, parlendas, rondós, ostinatos, apreciação musical ativa, etc., desde que o professor tome o cuidado de observar o interesse diversificado dos alunos e as formas

diferenciadas de aprendizagem. Assim, nessas atividades podem ser trabalhados os conceitos de música e de seus elementos como expressão, melodia, ritmo, textura, forma, dinâmica, etc., sempre levando em conta que a ação musical precede sua compreensão. Mas é necessário levar em conta o seguinte aspecto: mais importante do que impor a aprendizagem de um conteúdo sem sentido, é o fato de o aluno ter a oportunidade de se expressar musicalmente e se sentir autorizado a fazê-lo. E se é justamente a ação do ser humano que o leva à construção de conhecimento sobre determinado conteúdo, então, naturalmente todos os envolvidos em processo de musicalização coletiva, no formato que estamos propondo⁴, terão a oportunidade de se desenvolver musicalmente e utilizar a música como forma de expressão, já que há espaço para a ação de todos, sem exceção.

Ao discutir sobre a contribuição da música para o desenvolvimento de pessoas com necessidades educacionais especiais, Joly (2003), afirma que a música representa para as mesmas um mundo não ameaçador com o qual elas podem se comunicar e se auto-identificarem.

Para que as escolas se tornem espaços vivos de acolhimento e formação para todos os alunos é preciso transformá-las em ambientes educacionais verdadeiramente inclusivos, onde todos os sujeitos são acolhidos, indiscriminadamente, e seus desejos e interesses sejam levados em conta. Desse modo, é de fundamental importância que a música, como um dos componentes curriculares, deve estar presente nas salas de aula, como uma forma a mais de se produzir cultura e de se apropriar da já existente.

É comum para nós, professores de música, ouvirmos nossos alunos propondo que o espaço da educação musical parece possuir um caráter terapêutico. O que seria este caráter terapêutico? Numa sociedade que costuma privilegiar o trabalho obrigatório em detrimento da liberdade expressiva, da criatividade imaginativa e da livre e espontânea vontade de agir cooperando, parece ficar claro que o espaço voltado para a expressão artístico-musical recupera uma certa possibilidade de estruturação subjetiva necessária ao bem estar do ser humano.

⁴ Em outro artigo que escrevemos em parceria, propomos que este ambiente de musicalização deve sempre ser pensado no formato de Oficinas Pedagógicas e, mais especificamente, Oficinas Pedagógicas Musicais (KEBACH & DUARTE, 2008).

Outro aspecto a considerar é que a educação musical, assim como a educação inclusiva, é uma temática que ainda carece de investigações e reflexões, propiciando demanda nesta área de pesquisa. De acordo com Bellaid Freire (apud OLIVEIRA & SILVA, 2006, p. 37), “este novo espaço que vem se abrindo para a área da educação musical necessita de subsídios consistentes, provenientes de nossas práticas e pesquisas”. E é nesse sentido, que esperamos que este trabalho possa colaborar, fornecendo subsídios para a prática da educação musical no processo de inclusão.

Para Piaget, educar consiste em:

[...] transformar a constituição psicobiológica do indivíduo em função do conjunto de realidades coletivas às quais a consciência comum atribui algum valor. Portanto, dois termos na relação constituída pela educação: de um lado, o indivíduo em crescimento, de outro, os valores sociais, intelectuais e morais nos quais o educador está encarregado de iniciá-lo (PIAGET, 2006, p. 139).

Se a consciência comum atribui valor à competição, e não à cooperação, se atribui valor à reprodução, ao invés da liberdade de expressão, se valoriza a razão, em detrimento da estruturação afetiva, fica claro que os alunos ditos “diferentes” não encontrarão espaço no ambiente educacional.

Nossa proposição é a de que se conseguirmos reavaliar nossas formas de pensarmos sobre o conceito de educação, não teremos dúvida sobre a importância da implantação da educação inclusiva e sobre a necessidade de se pensar na educação musical como um instrumento a mais que possibilita diferentes formas de expressividade. Isso é claro, desde que o ambiente instaurado incentive a cooperação, a criatividade, as artes e formas lúdicas de se trabalhar no ambiente de sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este artigo, não pretendemos esgotar as reflexões sobre o tema escolhido, ou seja, a relação entre educação inclusiva e educação musical, mas sim, lançar proposições que incitem a reflexão sobre a abordagem proposta. A temática é nova e merece ser estudada mais a fundo. Nossas

proposições aqui realizadas têm a ver com as observações empíricas que temos realizado em nossas pesquisas. São questões que nos parecem relevantes para podermos pensar uma Educação cada vez mais “para todos”.

O espaço da Educação Musical parece ser um local privilegiado de trocas com a diversidade em todos os sentidos. Ou seja, a musicalização coletiva proporciona a cooperação entre indivíduos diferentes, independente da especificidade dessas diferenças. Nas produções musicais, cada um encontra um local para se expressar e fazer parte de uma totalidade cooperativa de expressão musical, seja realizando o projeto de uma composição pela fala, pelo tocar algum instrumento elementar de percussão, por exemplo, ou um instrumento mais elaborado, pelo cantar, pela marcação com sonoridade corporal, pelo simples dançar ao embalo dos sons, etc.

Enfim, as possibilidades são muitas e dependem apenas do interesse, da capacidade de cada um, dos projetos elaborados em conjunto e, é claro, daquilo que o professor disponibiliza como atividade desafiadora. E quanto mais possibilidades de ação estejam abertas, maiores as chances de um envolvimento de todos. Na educação tradicional, ao contrário, a resposta é única: é aquela esperada pelo professor para que dê um “certo” ao final, homogeneizando as formas de expressão dos alunos, e legitimando apenas as ações de alguns, o que nada tem a ver com inclusão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANACHE, Alexandra A. & MARTINEZ, Albertina M. O sujeito com deficiência mental: processos de aprendizagem na perspectiva histórico-cultural. IN.: JESUS, D. M.; BAPTISTA, C, R.; BARRETO, M. A. S. C. & VICTOR, S. L. (Org.) *Inclusão: Práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa*. Porto Alegre: mediação, 2007.
- BECKER, Fernando. *Educação e construção do conhecimento*. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- BEYER, Hugo. Da integração escolar a educação inclusiva: implicações

pedagógicas. In: BAPTISTA, Cláudio Roberto. *Inclusão e escolarização*. Porto Alegre: Medicação, 2006.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação* (Lei nº 9.394). Brasília, Centro Gráfico, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais* (5ª a 8ª séries): arte. Brasília, 1998.

CARDOSO, M. da S. *Educação Inclusiva e Diversidade: uma práxis educativa junto a alunos com necessidades especiais*. Porto Alegre: Redes Editora, 2008.

FUKS, Rosa. *O discurso do silêncio*. Rio de Janeiro: Enelivros, 1991.

JOLY, Z. L. *Música e Educação Especial: uma possibilidade concreta para promover o desenvolvimento de indivíduos*. Universidade Federal de São Carlos, 2003.

KEBACH, Patrícia; DUARTE, Rosângela. Oficinas Pedagógicas Musicais: espaço construtivista privilegiado de formação continuada. In: *Schème: Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genética*. Volume I nº2 jul/dez, 2008. <http://www.marilia.unesp.br/scheme>

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão Escolar: O que é? Porquê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

MARQUES, Pacheco. *Professor de Alunos com deficiência Mental*. UFJF: 2001.

OLIVEIRA, Jonathan; SILVA, Fabiana B. A educação especial: Um universo a ser explorado na cidade de João Pessoa. In: *XV ENCONTRO ANUAL DA ABEM*. Anais... João Pessoa: ABEM, 2006.

PENNA, Maura (Coord.). *É este o ensino de arte que queremos? Uma análise das propostas dos parâmetros curriculares nacionais*. João Pessoa: Ed. Universitária/CCHLA/PPGE, 2001.

PIAGET, Jean. *Psicologia e pedagogia*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2006.

SANTOS, Marco Antonio C. Música como instrumento de inclusão. In: *IX ENCONTRO ANUAL DA ABEM*. Anais... Belém: ABEM, 2000.

ARTIGO

**A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA
DURANTE OS GOVERNOS MILITARES:
IDÉIAS, PRÁTICAS E IMAGENS (1964 1984)**

RESUMO: Este artigo tem como objetivo estabelecer o nexo entre práticas, idéias e imagens na política externa brasileira dos governos militares. As preocupações geopolíticas, a “paranóia” da Guerra Fria e a doutrina da segurança nacional geraram uma esquizofrenia tridimensional entre a ideologia, o discurso e a ação, todos relacionados aos meios para alcançar as metas da política externa brasileira. Como resultado, produziu-se uma imagem de Brasil autoritário que seria absorvida pelos vizinhos sul-americanos e por outros países do mundo.

Palavras-chave: História das Relações Internacionais do Brasil; América do Sul; Análise de política externa.

ABSTRACT: This article aims to establish a nexus among practices, ideas and images into the Brazilian foreign policy of military governments. Geopolitical concerns, the Cold War paranoia and the national security doctrine generated a tridimensional schizophrenia among ideology, discourse and action, all of them related to the means to achieve the goals of Brazilian foreign policy. As a result, an image of an “authoritarian” Brazil was formed and absorbed by the South American neighbors and other countries of the world.

Key Words: History of International Relations; South America; Foreign Policy Analysis.

“Não considero impossível modificar ou formar as idéias dos indivíduos, argumento que nos condenaria ao silêncio universal, pondo fim a toda produção política”.
(Norman Angell, 2002)

¹ Historiador das Relações Internacionais. Chefe do Departamento de Relações Internacionais da UFRR.

Este artigo enfoca a ruptura que houve com o advento dos regimes militares por toda a América do Sul. Neste período que vai de 1964 a 1984, a idéia-força da integração deixa o palco principal da política internacional sul-americana e cede lugar a outras perspectivas e visões de mundo, de associação aos Estados Unidos e de distanciamento, mediante premissas geopolíticas, com relação à América do Sul.

É necessário perceber este período a partir de um enfoque dual, ou seja, que aprecie tanto o nível doméstico quanto o externo, ainda que seja a Guerra Fria uma variável sistêmica de alta relevância em determinar, ou pelo menos interferir, no andamento dos processos internos de cada país ou região. Do ambiente externo se retiram as regularidades decorrentes do relacionamento entre os países sul-americanos, enquanto do interno consegue-se apreciar a movimentação política, social e cultural que levaria à própria abertura dos regimes de força instalados neste período na América do Sul.

Em suma, é um artigo que busca sistematizar uma sucessão de eventos específicos: o contexto internacional e interno durante os anos de Guerra Fria, como ambiente de formulação da política exterior do Brasil; as idéias e suas repercussões na prática da política exterior do país; e a integração vista pelos militares no Brasil entre 1964 e 1984. Esses três enfoques darão inteligibilidade ao objetivo do artigo de estabelecer um nexos entre ideias, práticas e imagens na política externa brasileira.

A hipótese defendida neste artigo é de que as preocupações geopolíticas, a “paranóia” da Guerra Fria e a doutrina da segurança nacional produziram um vetor dominante do pensamento dos militares brasileiros, neste período, o que gerou uma esquizofrenia tridimensional entre a ideologia, o discurso e a ação, todos relacionados aos meios para a consecução da política externa brasileira.

CONTEXTOS HISTÓRICOS EM DOIS NÍVEIS: INTERNO E INTERNACIONAL

Desde o fim da 2ª Guerra Mundial, o Brasil procurou se colocar ao lado dos EUA com a adesão ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e nas concertações multilaterais no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA). Contudo, o alinhamento brasileiro foi imperfeito e seria temperado pelos desígnios desenvolvimentistas e autonomistas. A política externa independente da década de 1960 foi o auge da autodeterminação brasileira nas relações internacionais, mas seria rompida com o movimento militarista de 1964.

O ambiente internacional entre 1964 e 1984 esteve marcado pela Guerra Fria em transição. Ao longo desses vinte anos, as superpotências

pendularam da coexistência pacífica à distensão das relações bilaterais e, com isso, levaram todos os satélites e estados-clientes que estavam acoplados a seus projetos imperialistas. Quando os espaços de manobra para a periferia pareciam se ampliar com a fratura da ordem bipolar, uma rebipolarização forçada e concertada entre Washington e Moscou marcaria os anos 1980.

Os EUA, como potência hegemônica da região, empreendiam uma política de promoção da Guerra Fria, nos planos ideológico e estratégico-militar. Nesse sentido, o fortalecimento de seu *status quo* dependia do controle efetivo sobre a América Latina, área de expansão de seus interesses. A chamada *doutrina da reserva estratégica* contaminaria políticas externas e sociedades que passariam a viver a lógica paranóica da luta contra a ameaça subversiva.

Com o fim da Guerra Fria e o esfacelamento do debate ideológico e da premissa do anticomunismo, base tradicional que ligava as políticas externas dos EUA e dos países latino-americanos, o discurso ideologizado perdeu sua razão de ser, demandando novos fundamentos para as relações hemisféricas, tais como os projetos de integração. O importante a ser notado é que a guerra fria é tida nas relações internacionais como uma variável sistêmica de alta relevância em determinar, ou pelo menos intervir, no andamento dos processos históricos de países e regiões.

Como um espelho, o contexto internacional seria responsável por refletir idéias, padrões de conduta, costumes e valores que foram absorvidos pelos agentes nacionais. Logo, os anos da guerra fria moldaram a política externa dos governos militares e (de)formaram a imagem internacional do Brasil, com uma roupagem de exacerbação da segurança nacional pelos meios não democráticos.

Do ambiente doméstico vai surgir um desvio institucional caracterizado pela conformação de um aparato de cooperação repressiva entre os países sul-americanos, em especial no Cone Sul. Trata-se de um fenômeno ocorrido durante os governos militares e que associou diferentes países sul-americanos e suas instituições encarregadas dos serviços de inteligência, com vistas à cooperação e troca de informações, e que seria denominada de Operação Condor.

Vale apontar que não há certeza quanto à utilização do termo “Operação Condor” em todos os países envolvidos, já que, em alguns documentos, em especial na documentação brasileira, este nome não aparece. O nome Condor estaria associado à bandeira chilena, país que tem a ave como símbolo nacional, além de ter engatilhado o início de uma colaboração mais intensa, durante o governo Pinochet, entre os grupos de extrema-direita e militares na região do Cone Sul.

Assim, idéias e práticas caminham juntas e interferem no processo de tomada de decisão em política externa. No caso do Brasil, entre 1964 e 1984, também foi responsável por produzir uma imagem, a de “país autoritário”. A seguir, volta-se o olhar sobre as três dimensões do processo decisor em política externa: dimensão ideológica, dimensão do discurso e dimensão da ação.

DIMENSÕES DA FORMULAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

A primeira dimensão: ideológica

No campo das idéias, o pensamento dos militares refletia os estudos de base científica, as premissas doutrinadas na Escola Superior de Guerra (ESG) e o entendimento próprio acerca das relações internacionais de seu tempo. Primeiro, havia uma ênfase nos estudos sobre o entorno geográfico do país e seus pontos de contato-atrito com o mundo exterior, principalmente a Amazônia e a questão das águas na região do Prata. Essa percepção manteria um distanciamento natural entre o Brasil e os países envolvidos nestas questões, como Argentina e Paraguai, de um lado, e Venezuela, Colômbia e Peru, do outro.

Segundo, professava-se a necessidade de abertura de caminho próprio e formação de um centro de poder independente na América do Sul, animada pela regência do gigante do norte, mas sob os olhares desconfiados dos vizinhos sul-americanos, que temiam o retorno do subimperialismo brasileiro. No caso argentino, esta percepção ficaria clara no governo do general Onganía, que passou a buscar o equilíbrio de poder no sistema sul-americano por dois caminhos: bloqueando diplomaticamente o Brasil e procurando a posição de país-chave com relação à política externa dos EUA na região (Bandeira 2003, 412-414).

Terceiro, a Revolução Cubana fez exacerbar o tema da guerra revolucionária e do inimigo interno, doutrina difundida na ESG e que adquiriria a denominação de introspecção estratégica. Em caso de ameaça externa os EUA assumiriam a responsabilidade de defesa continental, motivo suficiente para que os exércitos latino-americanos se voltassem prioritariamente à segurança interna e ação cívico-social. Assim, erigiu-se a doutrina da “segurança nacional” como contraposição conceitual à ideologia comunista (Garcia 1997, 26).

Em conseqüência, a história da América do Sul seria preenchida por excessos - amparados na grande maioria em visões de mundo distorcidas - cometidos ao longo dos regimes militares, como explica o Almirante Armando Amorim Ferreira Vidigal, membro do Estado-Maior durante o governo Geisel:

“a tese do inimigo interno, além de antidemocrática foi também desagregadora, porque dividiu o país entre patriotas e antipatriotas, todos cidadãos nacionais. [...] na realidade, a opção ao comunismo devia ser a democrática e não uma totalitária. A ideologia da 'segurança nacional' é que foi base [ideológica] de todo o aparato repressivo”. (Contreiras 1998, 100).

O campo das idéias estava repleto de pensamentos estratégicos e militares, as visões do outro sendo intensamente alimentadas por noções de imperialismo e disputas pelo poder no continente e as ameaças externas sendo transplantadas para o imaginário coletivo interno vis-à-vis aos centros de poder que identificariam o comunismo e as guerrilhas socialistas e nacionalistas como o inimigo a ser combatido.

Desta forma, três hipóteses de conflito dominaram o pensamento militar brasileiro desde os anos 1960, numa clara referência ao período conturbado de Guerra Fria e oposição entre comunismo e capitalismo: a) envolvimento em guerra extracontinental; b) conflito regional com a Argentina ou com uma aliança formada por países hispânicos limítrofes; c) guerra revolucionária e antiguerrilhas. (Contreiras 1998, 18-40).

Dentro desta esfera de apreciação, merece atenção destacada a *United States Army School of the Americas* (SOA), instituição que moldaria de forma decisiva o pensamento e os rumos dos países latino-americanos no que toca à doutrinação ideológica e à prática de ações repressivas².

A SOA foi estabelecida no Panamá em 1946, por motivos estratégicos, concernentes ao Canal do Panamá, e ideológicos, de bloqueio do avanço das idéias comunistas na América Latina, como deixa explícito o recente discurso do ex-Secretário do Exército norte-americano, durante o governo Clinton, Louis Caldera:

“The absence of strong security regimes is indeed fertile ground for conflicts, resulting in even more tragedies. The School of the Americas fulfilled that role by inculcating Latin American soldiers with professional military values, a sense of common purpose, and a respect for human rights” (Caldera 2000).

Apesar de contemplar disciplinas relacionadas aos direitos humanos em seu curso preparatório, parece ser consensual a função “destrutiva”

² Ao longo de seus cinquenta e seis anos, a SOA treinou mais de 61.000 soldados latino-americanos em técnicas de combate, táticas de comando, inteligência militar e técnicas de tortura. Há indícios de que ainda permanece como um modelo para a formação de redes de terror entre governos da América Latina. In carlisle-www.army.mil/usamhi/usarsa/ (para uma visão do establishment) ou www.soaw.org (para uma visão mais crítica) - consultado em 2003.

desempenhada por esta instituição, como se vê na crítica do próprio presidente do Panamá, Jorge Illueca, que descreveu a SOA como "*la base más grande para la desestabilización en América Latina*".

Ao mesmo tempo, fica clara a utilização da SOA como um recurso de poder inovador para aquele momento, chamado de *soft power*. Como aspecto intrínseco à identidade das grandes potências está um processo de aprimoramento ao longo do tempo em suas atividades primordiais como a diplomacia e a guerra. Assim, a história de afirmação imperialista dos EUA o levou a utilizar o *soft power*, ou sua capacidade de cooptar outros países e gerar aquiescência em torno de temas internacionais, nas relações com os países latino-americanos. Neste caso, a função exercida pela SOA era o de disseminar os valores, crenças e visões de mundo concernentes aos interesses norte-americanos (Nye 2002, 37).

Em consequência, os laços criados a partir de meses de treinamentos, bem como a formação de um pensamento comum, podem ser apontados com um dos fatores principais para o estabelecimento de ações conjuntas entre os países sul-americanos, sob a tutela norte-americana, a exemplo da Operação Condor.

Em outro espectro, o da política interna e do *modus operandi* dos governos militares, destacam-se dois elementos que terão repercussões no futuro do regime e na forma como o país passa a se inserir internacionalmente. Primeiro, cobrava-se um alinhamento incondicional ao sistema, o que dificultava qualquer tipo de mudança ou avanços com relação à forma de agir de indivíduos e grupos, e no trato com as questões mais importantes da agenda política. Assim, a falta de flexibilização, necessária para se oxigenar a máquina estatal por meio de idéias e práticas inovadoras, seria danosa. Segundo depoimento do Brigadeiro Lauro Nei Menezes:

“No regime militar, a profissionalização das Forças Armadas foi prejudicada [por ser] adotada uma linha de que o oficial questionador é um perturbador, e não um indivíduo preocupado em contribuir para a evolução da instituição militar” (Contreiras 1998, 79-80).

Ao mesmo tempo, a preocupação com o risco de esterilização do conhecimento e de dogmatismo ideológico só passaria a figurar como um estado de coisas, tendendo a se tornar uma demanda dentro da corporação militar, quando o regime já estava em pleno processo de abertura, como atesta o general Octavio Costa em discurso de 1985: “É preciso reagir à tendência, que chegou a se configurar, para uma doutrinação ideológica voltada para inibir qualquer iniciativa autônoma e para gerar lealdades incondicionais”.

O general segue em seu discurso preocupado em pontuar a tendência das práticas autoritárias de inibir a circulação de idéias e conformar imagens distorcidas da realidade. Segundo Otavio Costa, a homogeneização ideológica pode:

“nos levar ao risco de assumirmos um perfil militar caracterizado por uma formação humanística insuficiente, unilateral e dogmática e por uma tendência a elaboração de raciocínios simplificados [...] incapaz de conviver com realidades complexas” (Costa 1986, 163-173).

Esta seria a síntese das limitações ideológicas impostas por um regime autoritário, incapaz de se reciclar no campo das idéias e, em consequência, no ambiente prático das políticas interna e externa, ao mesmo tempo em que esta “esterilização do conhecimento” impunha óbices ao pleno desenvolvimento das sociedades sul-americanas.

A segunda dimensão: o discurso

O discurso, por sua vez, se distancia do campo das idéias ao convergir com a realidade do Brasil à época, ou seja, inserido em um ambiente de disputa ideológica e compartilhando com seus vizinhos sul-americanos das mazelas do subdesenvolvimento. Assim, iria alternar-se entre discursos eminentemente geopolíticos e afirmações quanto a uma extensão da agenda para além das *high politics*, como atesta o discurso oficial brasileiro neste período³:

Por exemplo, em discurso do Ministro das Relações Exteriores Juracy Magalhães, publicado no *Correio do Povo*, em dezoito de janeiro de 1966, exaltava-se a aproximação: “com a América Latina, que é nosso habitat natural, desejamos mais do que nunca uma necessária integração econômica” (Vizentini 1998, 29). Também nos discursos do presidente Costa e Silva, como o proferido na Conferência de Punta del Este de 1966, quando o espírito da integração estava em um de seus melhores momentos, um teor nacionalista temperava as idéias de integração.

“a arrancada para a prosperidade requer ação conjunta e solidária, mas constitui, essencialmente, responsabilidade nacional, de cada um de nossos países” (Vizentini 1998, 101).

Não obstante ressalvas, a extensão da agenda apareceu de forma sistemática nos discursos oficiais, que insistiam na necessidade de os países

³ Não se pensa aqui em esgotar a apreciação do discurso oficial ou mesmo trabalhar a parte da análise do discurso, mas apontar uma tendência que se mostrou recorrente, a ponto de se tornar uma regularidade, durante a pesquisa sobre os discursos oficiais no período dos governos militares.

sul-americanos unirem esforços para a formação de um mercado comum, possível panacéia para os problemas estruturais da região; estes últimos bem descritos por Costa e Silva em um discurso publicado no jornal Correio do Povo de treze de abril de 1967:

“Nosso continente permanece angustiado, sufocado pela pobreza, pela doença e pelo subdesenvolvimento. [...] É necessário superar o egoísmo, ter fé em uma verdadeira solidariedade continental” (Vizentini 1998, 102).

Hélio Jaguaribe talvez consiga sintetizar e explicar, de uma forma mais clara, o porquê desta dissonância entre o ideário e o discurso, enfocando a percepção dos governos brasileiros nos dez primeiros anos (1964-1974) do regime militar no que toca ao relacionamento do Brasil com a América do Sul:

“em suas relações com o resto da América Latina o país tem pouco a lucrar, por se tratar de países de nível econômico e tecnológico igual ou inferior ao seu, razão pela qual lhe convém manter um regime de relações essencialmente bilaterais, corretas, mas não demasiadamente estreitas” (Jaguaribe 1974, 116).

Jaguaribe reflete claramente um pensamento nacionalista e, portanto, percebe que no ambiente discursivo da tomada de decisão em política externa também é importante emitir uma mensagem clara sobre as intenções e interesses do Brasil na região: “inclusive porque um maior estreitamento [...] terminaria impondo ao país encargos sem contrapartida, em nome da solidariedade regional” (Jaguaribe 1974, 116).

A Terceira dimensão: a ação

Por último, o agir do Brasil em política externa reafirma a incoerência existente entre pensamento, discurso e ação, evidenciada pelo papel secundário relegado ao Itamaraty durante alguns governos militares entre 1964 e 1984.

Por um lado, o papel da diplomacia seria o de suprir a carência de poder do Estado, pela negociação e por meio de medidas persuasivas destinadas a desestimular ou minimizar rivalidades. Contudo, essa instituição, projetada para tratar com os assuntos internacionais, também sofreria com o autoritarismo. Com a ascensão da linha dura de militares, no governo Castelo Branco, aqueles diplomatas diretamente relacionados à Política Externa Independente, que propugnava uma maior autonomia do país e um claro distanciamento para com os EUA, foram paulatinamente sendo desligados. Da mesma forma, a valorização de outros órgãos burocráticos, técnicos ou ligados

à segurança, produziu um relativo esvaziamento das funções diplomáticas e uma sobrevalorização das pastas econômicas; destaque para as disputas entre o MRE e o Ministério do Planejamento (Vizentini 1998, 26).

Por outro lado, os ideais geopolíticos e de busca pelo poder foram mitigados pelos imperativos econômicos e pela necessidade de se privilegiar o desenvolvimento do país, em detrimento de qualquer política de potência. Assim, a PEB seria formulada em função dos interesses em jogo e não segundo as teorias geopolíticas. Houve, portanto, uma clara dissonância entre o pensamento geopolítico, o discurso desenvolvimentista e as ações tomadas no âmbito da política externa (Miyamoto 1995).

Esta desarticulação entre pensamento, discurso e ação variou ao longo do período de 1964 a 1984, adquirindo formas diversas em cada um dos cinco governos militares brasileiros. Porém, a herança da falta de coerência entre o pensar e o agir afetaria o país no longo prazo, principalmente na década de 1980. Em consequência, retardaria o movimento de aproximação com os países sul-americanos, fazendo deste período de 20 anos um “momento definidor negativo” para a política externa brasileira, uma vez que restringiu a participação do país na cena internacional, tanto do ponto de vista econômico, quanto político, fechando janelas de oportunidades nas duas décadas seguintes.

A INTEGRAÇÃO VISTA PELOS MILITARES NO BRASIL

Ao assumir o poder em 1964, Castelo Branco (1964-1967) tratou de desmantelar as realizações e princípios da PEI e o ideário da OPA, realinhando, por fim, a PEB com os Estados Unidos. No seu governo, a integração hemisférica representava elemento importante da política externa, mas no âmbito pan-americano e não latino-americano.

“O interesse do Brasil coincide círculos concêntricos, com o interesse da América Latina, do continente americano e da comunidade ocidental... e os Estados Unidos podem contar com a solidariedade do Brasil em qualquer caso de ameaça à segurança coletiva do mundo livre” (Vizentini 1998, 34).

Este fato gerou reações de diferentes tipos na América do Sul. Enquanto alguns, como a Venezuela, se opuseram, negando o reconhecimento ao novo governo - o que manteria as relações entre os dois países num clima de tensão neste período - outros, como o Paraguai, mostrariam uma certa convergência de ideais e pensamentos. Isto porque, apesar dos litígios em torno das Sete Quedas, a excelente relação de Strossner com os militares brasileiros lhe

permitia operar uma cooperação íntima no terreno ideológico-diplomático, abrindo espaço para exercer um jogo pendular entre Brasil e Argentina.

Já no governo seguinte, Costa e Silva (1967-1969) romperia com o pan-americano, distanciando-se dos EUA sem, contudo, se aproximar suficientemente da América do Sul. Pelo contrário, se mostrará receoso com relação a acordos (de comércio) que pudessem engessar o país e impedir a diplomacia da prosperidade.

Neste momento a integração avançaria se apoiando na herança dos governos JK e Quadros, pela via de conformação de um mercado comum, proposta principal em torno da qual giraram as discussões da reunião de Punta Del Este (1966). Tal proposta foi aprovada em 1967 na reunião de chanceleres em Montevidéu e concretizada na assinatura da Declaração de Assunção, em agosto do mesmo ano. Entretanto, a descrença brasileira - pelo diferencial de desenvolvimento e pela falta de comunicação dentro do continente sul-americano - esvaziaria tal idéia.

Por outro lado, permanecia clara a sobreposição no discurso brasileiro entre os elementos geopolítico e econômico. Em discurso, o presidente Costa Silva apontaria:

“paralelamente à formação do mercado comum regional, deveremos dar passos concretos para afixar um segundo processo de integração latino-americano, em torno da utilização da energia nuclear.” (Vizentini 1998, 99).

A menção a aspectos intrínsecos ao desenvolvimento sempre foram fator de destaque na composição dos discursos, pois atraía a atenção da população e produzia certo grau de legitimidade, em um contexto social de repressão. Além disso, servia para vincular os parceiros sul-americanos aos projetos brasileiros, como indicava Costa e Silva na Conferência de Punta del Este de 1966

“a arrancada para a prosperidade requer ação conjunta e solidária, mas constitui, essencialmente, responsabilidade nacional, de cada um de nossos países.” (Vizentini 1998, 101).

Assim, não se pretende idealizar a separação entre as esferas política e econômica de ação, mas demonstrar que a falta de coerência impediria, como o fez, o pleno alcance de metas e interesses em dois polos de atuação: desenvolvimento e segurança.

Neste sentido, mesmo tendo Costa e Silva avançado em temas pontuais da agenda sul-americana, como o problema da infraestrutura, a partir da construção de pontes e rodovias em conjunto com os governos da Bolívia,

Paraguai, Uruguai, Peru e Argentina, isto foi insuficiente para romper com as grandes linhas da autonomia e com as preocupações estratégicas de segurança.

No governo seguinte, do presidente Médici, a figura de Mario Gibson Barbosa seria fundamental na reconfiguração dos traços da política externa brasileira, fazendo distanciar a diplomacia da prosperidade em detrimento da auto-intitulada “diplomacia do interesse nacional”. Assim, as características principais do período Médici foram o abandono da solidariedade terceiro-mundista, a troca do discurso politizado pelo pragmatismo, ao mesmo tempo em que a estratégia multilateral cederia espaço ao bilateralismo e à via individualista de inserção internacional.

O aumento brusco do preço do barril de petróleo no final de 1973 colocou em cheque o projeto de desenvolvimento nacional, afetando sensivelmente as contas externas do país. Este elemento estrutural foi decisivo na determinação dos rumos de atuação da política, tanto doméstica quanto externa, do governo Geisel (1974-1979).

Se internamente o país passou a privilegiar a diversificação de fontes de energia, lançando projetos ambiciosos de construção de hidrelétricas, usinas nucleares, incremento da prospecção de petróleo e produção de álcool combustível (Próalcohol), externamente direcionou suas atenções aos contatos com países que pudessem fornecer suporte estratégico de matrizes energéticas.

Neste sentido, ampliou-se o contato, já iniciado nos governos anterior, com Equador, Bolívia e, sobretudo, Venezuela, maior fornecedor de petróleo na América Latina. Ao mesmo tempo, neste período se intensificam os contatos entre o Brasil e seus vizinhos do Cone Sul por meio da chamada Operação Condor, um mecanismo de coordenação militar com características similares a um regime internacional que gerava expectativas entre os países envolvidos.

A síntese destes dois períodos, Médici-Geisel, representou uma nova forma de se abordar as relações com os países da América do Sul. Sua costura político-diplomática se assemelhou muito ao período bismarckiano (1871-1890) da política externa alemã, uma vez que o bilateralismo, como estratégia dominante da política externa brasileira neste período, procurou manter a autonomia de atuação do Brasil ao mesmo tempo em que isolava a Argentina no contexto sul-americano.

Preservando proporções, materiais e de interesses, e a dimensão histórica e cultural, específica de cada período e país, vale-se aqui do instrumento da analogia para facilitar o entendimento da política externa de Médici para a região. Vale ressaltar que Bismarck procurou isolar a França dentro do concerto europeu bem como desmontar os ideais de hegemonia, tanto da Alemanha quanto das outras potências européias, por meio da estruturação de um sistema de alianças formais e duradouras

Uma reviravolta na política externa brasileira para a América do Sul é sentida no governo Figueiredo (1979-1985), reflexo da necessidade de redimensionar o papel do principal parceiro brasileiro na região, a Argentina. Para tal, foi mister resolver a questão das águas, com a assinatura do Acordo Tripartite de 1979, que incluía também o Paraguai. Além disso, a prioridade concedida à América do Sul pela política universalista de Figueiredo foi estendida para o norte com a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e a conseqüente abertura de uma segunda frente de possibilidade de expansão do processo integrativo sul-americano (Spektor 2002, 95, 105 e 110).

Tais acordos permitiram que uma página da história destes países fosse virada e que se pusesse em marcha um novo capítulo, baseado na negociação e eliminação dos obstáculos ao fomento do comércio e à cooperação no campo energético. Além disso, possibilitou a execução de projetos conjuntos, a formação de empresas binacionais e a reestruturação da ALALC, a partir do lançamento de novos modelos integrativos, do tipo *building-blocs*. (Albuquerque 1996, 135-159).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo podem ser extraídas algumas regularidades do relacionamento entre os países sul-americanos durante o período descrito (1964-1984): primeiro a ostensiva presença dos militares na política, que não se fez de repente, pois que já vinha crescendo desde o fim da Segunda Guerra. Segundo, a formação de uma diplomacia militar paralela que se estabeleceria por toda a região, resultante de um círculo vicioso: eleições - golpe militar - eleições e que geraria a possibilidade da Operação Condor. Terceiro, a perpetuação de ideologias externas e a falta de renovação das figuras políticas que atuavam no país, restringindo a reciclagem das idéias e promovendo o surgimento de uma cultura política destorcida, baseada na repressão, no uso da força e no medo.

Neste sentido, o movimento de 31 de março de 1964 no Brasil seria conseqüência da tradição do exército de atuar, desde o início da República, como um poder moderador, intervindo no processo político sem se instalar no poder. Os golpes militares por toda a América do Sul tiveram dois significados principais: primeiro representaram a tentativa de modificação do *status quo* dentro das sociedades, passando não mais a influir e sim a dirigir o país segundo conceitos e práticas influenciadas pelo ambiente de Guerra Fria. Segundo, gerou um paralelismo histórico, amparado por uma mesma estrutura interna, historicamente construída, e influenciado por uma mesma conjuntura, que forneciam os elementos de convergência necessários à conformação,

neste caso específico, de um aparato repressivo transnacional, denominado de Operação Condor.

Duas questões parecem ser fundamentais para guiar aqueles que venham a desenvolver estudos mais aprofundados sobre o assunto: primeiro, se havia realmente a disposição dos governos militares em colaborar uns com os outros, com relação a todo o esquema repressivo desenvolvido internamente e que passou a se ligar e atuar transnacionalmente, por meio de coordenação intragovernamental, chegando a configurar o assim chamado “Mercosul do terror”.

Segundo, se, ao contrário, os mecanismos de repressão tornaram-se independentes, em que pese às ações repressivas exercidas contra pessoas e/ou situações que oferecessem risco à segurança nacional, a ponto de caracterizarem uma força transnacional autônoma de repressão política. No caso do governo brasileiro, este seria sistematicamente acusado de participação nos golpes de Estado na Bolívia (1971) e no Chile (1973). Além disso, havia planos emergenciais de atuação no Uruguai, em ação coordenada com a Argentina, como forma de se garantir a estabilidade da América do Sul, mais do que de um país em especial.

Neste cenário, a presença norte-americana, direta ou indireta, adquirira importância como fator impulsionador deste tipo de ação, uma vez que o ambiente de Guerra Fria restringia a atuação de governos ideologicamente contrários aos EUA.

Por fim, a plena circulação das idéias seria prejudicada neste período da história das relações internacionais da América do Sul, uma vez que ela é mais intensa e se acelera em um ambiente de democracia social e política. Não deixa de ocorrer, entretanto, em ambientes desfavoráveis, caracterizando-se como a cultura da resistência, mas que impedem ou afetam sensivelmente o avanço intelectual-ideológico e prático da inserção do país nas relações internacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, José A. Guilhon, org. 1996. **Crescimento, modernização e política externa. Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)**. V.1, São Paulo: Nupri/USP.

ANGELL, Norman. 2002. **A grande ilusão**. Brasília: IPRI.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. 2003. **Brasil, Argentina e Estados Unidos conflito e integração na América do Sul** (Da tríplice Aliança ao Mercosul: 1870 a 2003). Rio de Janeiro: Revan.

CALDERA, Louis. Closing of the School of the Americas. Georgia: Ft. Benning, 15 de dezembro de 2000. In carlisle-www.army.mil/usamhi/usarsa/.

- CONTREIRAS, Hélio. 1998. **Militares**: confissões: histórias secretas do Brasil. Rio de Janeiro: Mauad.
- COSTA, Octavio. “Os militares na sociedade moderna”. **Política e estratégia**, vol IV, n 2, abr/jun 1986.
- GARCIA, Eugenio Vargas. O pensamento dos militares em política internacional (1961-1989). **RBPI**, ano 40, n 1, 1997.
- JAGUARIBE, Hélio. 1974. **Brasil**: crises e alternativas. RJ: Zahar.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. 1995. **Geopolítica e Poder no Brasil**. Campinas, SP: Papyrus.
- NYE, Joseph. 2002. **O paradoxo do poder americano**. São Paulo: Editora Unesp.
- SPEKTOR, Matias. Brasil e Argentina entre a cordialidade oficial e o projeto de integração: a política externa do governo Geisel (1974-1979). **RBPI**, n 1, ano 45, 2002.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. 1998. **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e a construção de uma potência média**. Porto Alegre: Editora da UFRGS.